



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO E ECOLOGIA HUMANA

ELEUSA SPAGNUOLO SOUZA

AS VOZES DAS MULHERES TRABALHADORAS
RURAS NO ASSENTAMENTO HERBERT DE
SOUZA MUNICÍPIO DE PARACATU/MG
Aprendendo com as mulheres do campo

Brasília, DF
2015

ELEUSA SPAGNUOLO SOUZA

AS VOZES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO
ASSENTAMENTO HERBERT DE SOUZA MUNICÍPIO DE
PARACATU/MG: APRENDENDO COM AS MULHERES DO CAMPO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Educação, linha de pesquisa Educação e Ecologia Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Margarida Lessa Catalão.

Brasília
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719v Souza, Eleusa Spagnuolo
As vozes das mulheres trabalhadoras rurais no
assentamento Herbert de Souza município de
Paracatu/MG: aprendendo com as mulheres do campo /
Eleusa Spagnuolo Souza; orientador Vera Margarida
Lessa Catalão. -- Brasília, 2015.
174 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2015.

1. Mulheres. 2. Reforma agrária. 3. Assentamento.
4. Ecologia de saberes. 5. Ecologia humana. I.
Catalão, Vera Margarida Lessa , orient. II. Título.

ELEUSA SPAGNUOLO SOUZA

AS VOZES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO
ASSENTAMENTO HERBERT DE SOUZA MUNICÍPIO DE
PARACATU/MG: APRENDENDO COM AS MULHERES DO CAMPO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Educação, linha de pesquisa Educação e Ecologia Humana.

Tese aprovada em 07/04/2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vera Margarida Lessa Catalão – orientadora
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Maria de Fátima Almeida Martins
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Leila Chalub Martins
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Prof. Dr. João Batista Pereira de Queiroz
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Cláudia Pato - Suplente
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Agradecimentos

É longa a lista de agradecimentos, mas não é maior que a minha gratidão. Agradeço, primeiramente, a Deus, por me permitir mais esta conquista e ter colocado, em minha vida, pessoas que foram — e são — fundamentais para meu crescimento pessoal, profissional e espiritual.

Ao meu esposo — Marcos Spagnuolo Souza. Tenho muito orgulho de dizer que é “meu esposo”. Exemplo de união, dedicação, carinho e perseverança que me dá todo o apoio que necessito e que é, sem dúvida, meu alicerce, base do que sou e grande responsável pelo meu sucesso, sem os quais nada teria acontecido.

Aos meus filhos — Ananda e Pedro Marcos. Tenho muito que agradecer, pois reparava nos seus olhos o brilho de aprovação por me dedicar completamente aos estudos, tendo um comportamento de respeito nas inúmeras ausências em decorrência das viagens a cidade de Brasília para frequentar as aulas e, também, nas inúmeras idas ao assentamento visando à pesquisa de campo. Ao meu filho Guilherme: agradeço muito por me ter dado alegria de ter voltado aos estudos, tomando uma direção correta na vida e me possibilitando centrar totalmente nos meus objetivos acadêmicos.

À minha querida professora e orientadora, Vera Catalão. Sou uma grande admiradora de seu profissionalismo, seu dinamismo, sua sabedoria e sua capacidade agregadora. Agradeço a dedicação de seu tempo me apoiando, ensinando e orientando, acadêmica e profissionalmente. Agradeço todo o apoio ao longo desses anos, sobretudo: ter me aceito como aluna especial — sem me conhecer nem ter referência a meu respeito — e ter aceito minha proposta de pesquisa.

Às professoras Laís Mourão e Leila Chalub, que na banca de qualificação foram decisivas, com suas observações para lapidar o “material bruto” da pesquisa.

À amiga e professora Regina Coelly, agradeço profundamente a oportunidade de desenvolver o trabalho na Comunidade Rio Bonito, na Chapada dos Veadeiros, e a participação e elaboração do livro *História, memória e territorialidades na licenciatura em educação do campo*, na Faculdade de Planaltina — FUP/UnB.

Às amigas e companheiras de doutorado Ana Orofino e Rosana, que comigo compartilharam as angústias e os sofrimentos decorrentes de uma investigação científica; e que mesmo distantes fisicamente, mas próximas afetivamente, colaboraram comigo em todos os momentos, inclusive pelo acolhimento em vários momentos em Brasília, emprestando um local para dormir.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos fundamentais apoios financeiros concedidos.

Agradeço ao Edinan, que revisou, normalizou e formatou o trabalho, além de apresentar sugestões e comentários que contribuíram para melhorar a qualidade da tese.

À banca de defesa, pela disponibilidade em aceitar participar e compartilhar comigo deste momento tão importante em minha carreira acadêmica.

Dedico este trabalho às mulheres e famílias do assentamento Herbert de Souza, as quais — perseverantes na luta pela terra e por dignidade — me ensinaram que a vida é dura, porém vale a pena lutar por nossos sonhos.

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.*

*Creio na força imanente
que vai gerando a família humana,
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.*

*Creio na solidariedade humana,
na superação dos erros
e angústias do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher tudo fácil.
Antes acreditar do que duvidar*

— CORA CORALINA

Resumo

Este estudo está centrado na ecologia humana e intencionou produzir conhecimentos socioambientais com base em relatos de mulheres do assentamento Herbert de Souza, no município de Paracatu, Minas Gerais. O município passa por um processo de desertificação em decorrência do desenvolvimento da agroindústria e de mineradoras internacionais. A região continua a ser campo do latifúndio onde a reforma agrária tem relevância, pois a luta pela terra resultou na constituição de nove assentamentos, na contramão do sistema político reinante. A metodologia escolhida foi a pesquisa-ação; os procedimentos utilizados foram a observação participante, a entrevista, a oficina e a roda de conversa. No assentamento, cerca de 46% dos assentados tiveram de vender os lotes por ausência absoluta de condições de sobrevivência; nos 54% restantes, 20 famílias têm lotes sem nenhuma atividade produtiva — sobrevivem vendendo sua força de trabalhos para fazendeiros vizinhos. A educação do campo praticamente inexistente; os alunos frequentam escolas rurais e urbanas onde não vivenciam a realidade do campo. Deslocando-se em ônibus escolares, saem de casa de madrugada para regressar no início da tarde. As mulheres, ao lado de seus companheiros, são protagonistas dos processos de resistência e mudança. Nos lotes ainda ocupados, reina um comprometimento intrínseco entre homem e mulher: não existem diferenças marcantes entre os dois, pois ambos lutam lado a lado para sobreviver ante as dificuldades geradas pela falta da água para plantar, pela ausência de conhecimento para estruturar a agricultura familiar, cuja ausência inviabiliza a agroindústria rural de pequeno porte. No assentamento, nota-se que o sistema disjuntivo desagregou qualquer possibilidade de trabalho comunitário em decorrência da economia de mercado, que dilacerou valores antes cultivados. Chegamos à conclusão de que a reforma agrária no assentamento Herbert de Souza está sendo desfigurada em decorrência da inoperância do Estado em não comprometer em atender as suas próprias diretrizes que foram elaboradas para dinamizar uma democracia onde o trabalhador rural teria sustentação para administrar sua gleba tornando-o uma pessoa inserida na sociedade.

Palavras-chave: mulheres; reforma agrária; assentamento; ecologia de saberes; ecologia humana.

Abstract

This study is centered on human ecology. It aimed to produce social and environmental knowledge based on oral accounts from women who live as agrarian reform settlers at Herbert de Souza Settlement, in Paracatu, Minas Gerais. This municipality undertakes a process of desertification due to the development of agro-industry and international mining companies. The region continues to be the place of large landowners where agrarian reform has been relevant. The struggle for land resulted in nine settlements, against the prevailing political system. Action research was the methodology of choice to develop a research whose data come from participant observation, interviews, workshop, and conversation group. About 46 per cent of the settlers had to sell their lots because of absolute absence of conditions to make a living; among the remaining 54 per cent of settlers, 20 families keep their lots without any productive activity. Their income comes from working for neighboring farmers. There are no schools. In school buses, local students leave at dawn to attend urban schools where they have no experience with the reality of the place where they live; and return home early afternoon. Women and their companions stand out in the resistance and change processes. In lots still occupied, an intrinsic commitment between man and woman prevails. There are no marked differences between them. Both fight side by side to survive before difficulties caused by the lack of water and of knowledge to structure family farm, in the absence of which small rural industries tend to fail. In the settlement, one notes the disjunctive system disaggregate any possibility of community service as a result of market economy, which nullifies values cultivated before. We concluded that agrarian reform at Herbert de Souza settlement is being distorted because the state fails to commit itself to the guidelines it designed to foster a democracy in which rural workers would have support to manage their farmland and to establish themselves as citizens.

Keywords: women; agrarian reform; settlement; ecology of knowledge; human ecology.

Resumen

Nuestra pesquisa está centrada en la ecología humana e intencionó producir conocimientos socioambientales a partir de las declaraciones de las mujeres en el asentamiento Herbert de Souza, ubicado en el Municipio de Paracatu, Minas Gerais. El municipio de Paracatu está pasando por un proceso de desertificación como resultado del desarrollo de la agroindustria y mineras internacionales. La región fue y sigue siendo un campo del latifundio donde la reforma agraria tiene importante significación, puesto que la lucha por la tierra en la región resultó en la constitución de 09 asentamientos que están en contra del sistema político reinante. La metodología elegida fue la pesquisa acción y los procedimientos utilizados fueron la observación participante, entrevistas, taller del futuro y círculos de conversación. En el asentamiento Herbert de Souza, acerca de 46% de los asentados tuvieron que vender sus lotes por ausencia absoluta de condiciones de supervivencia, siendo que de los 54% demás tenemos veinte familias cuyos lotes están sin ninguna actividad productiva y sobreviven vendiendo sus fuerzas de trabajos para los hacendados de la redondez. La educación del campo es prácticamente inexistente, siendo que los alumnos asisten escuelas rurales y urbanas sin ninguna experiencia con la realidad del campo, teniendo que viajar en autobús escolares, saliendo de casa durante la madrugada y regresando al principio de la tarde, no ocurriendo aprendizaje significativo. Las mujeres, al lado de sus compañeros son protagonistas de los procesos de resistencia y cambios. Estamos presenciando en el asentamiento Herbert de Souza que el sistema disyuntivo desagregó totalmente cualquier posibilidad de trabajo comunitario debido a la economía de mercado que rompió los valores que antes eran cultivados en el asentamiento. Observamos que en los lotes que todavía los asentados están ocupando reina un compromiso intrínseco entre el hombre y la mujer, no existiendo diferencias marcantes entre los dos, pues, ambos están luchando lado a lado para sobrevivir delante todas las dificultades generadas por la falta de agua para plantar, de la ausencia de conocimientos para estructurar la agricultura familiar cuya ausencia vuelve inviable la agroindustria rural de pequeño porte. Concluimos que la reforma agraria en el asentamiento Herbert de Souza ha sido desfigurada en razón de la inoperancia del Estado en no hacer compromiso en atender a sus propias directrices que fueron preparadas para estimular una democracia donde el trabajador rural tendría apoyo para administrar su gleba haciéndole una persona insertada en la sociedad.

Palabras clave: mujeres; reforma agraria; asentamiento; ecología de saberes; ecología humana.

Lista de figuras

FIGURA 1 – O rio Paracatu é o afluente mais caudaloso do São Francisco. Tem cerca de 300 quilômetros navegáveis, da foz ao extinto Porto Buriti.	30
FIGURA 2 – A extensão da mineração liderada pela empresa canadense Kinross Gold Corporation se aproxima do perímetro urbano	36
FIGURA 3– Escala de vulnerabilidade ambiental no município de Paracatu	44
FIGURA 4 – Participação dos moradores na primeira etapa da oficina na sede da associação, em 23/8/2014, quando apresentaram seus sonhos em cartelas em forma de flor e a afixaram na montagem da árvore na parede	92
FIGURA 5 – A segunda etapa da oficina aconteceu em 23 de agosto de 2014 e com as mesmas pessoas. Cada participante respondeu à pergunta <i>Quais eram os problemas que enfrentavam no assentamento</i>	92
FIGURA 6 – Momento da discussão sobre problemas e desafios por que passava o assentamento como parte da segunda etapa da oficina do dia 23 de agosto de 2014	93
FIGURA 7 – Modelo e condições quase padrões de residência de moradores do assentamento Herbert de Souza, em Paracatu, MG.	107

Lista de tabela e quadro

TABELA 1 – Níveis de vulnerabilidade ambiental do assentamento Herbert de Souza	88
QUADRO 1 – Categorias e subcategorias de análises dos dados da pesquisa	96

Lista de gráficos

GRÁFICO 1 – Tempo de residência de moradores entrevistados no assentamento Herbert Souza — Paracatu, MG	148
GRÁFICO 2 – Preponderância de vulnerabilidade ambiental de média a baixa no assentamento Herbert Souza, município de Paracatu, MG.	149
GRÁFICO 3 – Mulheres se projetam na posse de títulos de concessão de uso dos lotes do assentamento Herbert Souza, município de Paracatu, MG.	150
GRÁFICO 4 – Mulheres solteiras se destacam dentre viúvas e divorciadas no assentamento Herbert Souza, município de Paracatu, MG.	150
GRÁFICO 5 – A escolaridade das mulheres no assentamento retrata a não valorização da educação e não reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento do assentamento	151
GRÁFICO 6 – Quantidade de filhos	152
GRÁFICO 7 – Rede esgoto nas residências do assentamento	152
GRÁFICO 8 – Cisternas nas residências do assentamento	153
GRÁFICO 9 – Banheiro nas residências do assentamento	153
GRÁFICO 10 – Desconhecimento expressivo do que seja ecologia	154

Sumário

Quem fala	16
Apresentação	21
1 VULNERABILIDADE AMBIENTAL EM MINAS GERAIS	27
1.1 Vulnerabilidade dos recursos hídricos no noroeste	28
1.2 O Município de Paracatu	33
1.2.1 Dimensão ambiental — 2005–12	33
1.2.2 Recursos hídricos	41
1.2.3 Preservação e conservação do ecossistema	43
1.3 Últimas considerações	45
2 REFORMA AGRÁRIA NO NOROESTE DE MINAS GERAIS	47
2.1 Ocupação de terras no noroeste mineiro	50
2.2 Primeiras ocupações em Paracatu	51
2.3 Liderança da mulher na luta pela terra em Paracatu	56
2.4 Ocupação da fazenda Conceição	57
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DIÁLOGOS POSSÍVEL	61
3.1 Vida material e natureza	62
3.2 Meio ambiente e educação ambiental	64
3.3 Educação do campo	72
3.3.1 Educação do campo no assentamento Herbert de Souza	74
4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	80
4.1 O caráter dialógico	82
4.2 A bricolagem	82
4.3 Pesquisa-ação	84
4.4 Procedimentos metodológicos	85
4.4.1 Diário de campo	85
4.4.2 Observação participante	86
4.4.3 Procedimentos quantitativos	87
4.4.4 Relatos orais	89
4.4.5 Oficina e rodas de conversa	90
5 VIVÊNCIAS DE MULHERES NO ASSENTAMENTO HERBERT DE SOUZA	95
5.1 Dimensão histórica do assentamento: relatos da ocupação	97
5.1.1 Vida anterior ao acampamento	97

5.1.2 Acampamento	98
5.1.3 Assentamento	101
5.1.4 Contradição: acampamento versus assentamento	102
5.1.5 Problemas no assentamento	104
5.2 Dimensão socioeconômica e posse da terra	106
5.2.1 Concepção de desenvolvimento dos assentados	106
5.2.2 Titulação da terra	109
5.2.3 Venda de lotes	110
5.2.4 Empréstimo governamental	112
5.3 Problematizando as relações do assentamento com poder público	115
5.3.1 Governo federal	115
5.3.2 Relação com o governo municipal	116
5.3.3 Saúde	117
5.4 Educação	119
5.5 Participação coletiva e projetos comunitários	121
5.5.1 Associação do assentamento	123
5.5.2 Projetos comunitários	124
5.5.3 Cooperativa de produção agropecuária	126
5.6 Contexto socioambiental do assentamento	128
5.6.1 Entorno do assentamento	129
5.6.2 Moradias no assentamento	130
5.6.3 Pecuária e lavoura no assentamento	131
5.6.4 Flora e fauna	133
5.6.5 Recursos hídricos	135
5.7 Mulheres trabalhadoras rurais	137
5.7.1 Questão de gênero	137
5.7.2 Trabalho da mulher no assentamento	141
5.7.3 Vida familiar	143
5.7.4 Visão de futuro das mulheres no assentamento	145
6 PERCURSO COLETIVO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTÃO NO ASSENTAMENTO HERBERT DE SOUZA	147
6.1 Diagnostico socioambiental do assentamento	147
6.2 Panorâmica das vivências da mulheres no assentamento	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	166
APÊNDICE	173

Quem fala!

Relatar memórias de nossa vida é difícil. No mínimo, requer esforço e dedicação. Exige trabalho — trabalho de reviver, refazer, reconstruir, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. Afinal, a memória não é sonho; é produto da atividade humana (prática). Este texto-memorial tenta fazer o difícil: relatar fenômenos, eventos, acontecimentos e fatos, momentos, reflexões e lembranças de minha vida pessoal e profissional; e do meu curso de formação.

Uma imagem que tenho da minha infância remonta aos meus 3 anos de idade. Estou sentada sobre sacos de milho sendo levados pelo carro de boi por uma estrada poeirenta. De costas para mim, vejo um homem usando chapéu de palha, vestindo camisa quadriculada colorida, carreando a junta de boi de vara em punho. Meu pai. Ainda escuto o cantar distante dos cocões. É a lembrança de minha infância numa cidadezinha insignificante do interior de Minas Gerais. Noutra imagem que me vem, ainda pequenina, estou sentada nos degraus de uma escada de cimento em uma casa na cidade de Paracatu (MG). Estou com uma boneca de pano — imaginária — apertada contra o peito. Tenho lágrimas nos olhos. Essas duas imagens não me abandonam. Numa, estou com minha família biológica cuja pobreza a obrigou a me doar a um casal de Paracatu. Noutra estou longe dos meus pais, triste (pensava que eles não me amavam).

Caçula de três irmãs e quatro irmãos, fui doada — arrancada do meu tronco para iniciar uma vida entre estranhos. Era costume no interior mineiro a adoção de crianças para

serem serviçais depois. Foi assim comigo. Eu fazia a limpeza da casa e estudava. Agradeço a família que me criou: possibilitou-me concluir meus estudos do então primeiro e segundo grau, mesmo com as obrigações domésticas. Com 10 anos de idade completos, eu trabalhava na loja dos meus pais adotivos: lavava banheiro, fazia limpeza e serviço bancários. Aos 12, já atendia no balcão, onde vendia, sobretudo, armarinho (botões e linhas, além de tecidos, roupas e calçados). Todos os nossos natais passávamos atrás do balcão vendendo para os retardatários e ouvindo cantorias e alegrias das festas familiares. Já crescida, quando o carro de boi passava na rua, eu corria para vê-lo e dar adeus ao carreador, que sempre me correspondia levantando o chapéu de palha. O carro de boi seguia aquela longa estrada, no baixadão, cantando; e sua cantiga faz doer meu coração, aperta a saudade do tempo ido. Aos 18 anos incompletos, arrumaram meu casamento. Vestiram-me de noiva. Chorando, entrei na igreja. Da união nasceu meu primeiro filho — Guilherme. Consegui ficar casada por um ano e meio. Depois da separação, arrumei emprego na Superintendência Regional de Ensino, cujo salário dava para pagar o aluguel de uma casa pequena e me manter com o mínimo necessário. (Eu almoçava na casa dos meus pais adotivos.)

Relacionamentos se iniciavam e terminavam sem que eu conseguisse me fortalecer para estabelecer uma união estável. Quando meu filho completou 11 anos de idade, foi morar com o pai na divisa de Minas com Bahia. Com 30 anos de idade, mora em Paracatu, após idas e vindas. Quando eu estava com 30 anos completos, conheci meu atual marido. Tivemos dois filhos maravilhosos, a menina Ananda e o menino Pedro Marcos. Construimos nossa casa e compramos nosso carro. E hoje procuro oferecer aos meus filhos o que os meus pais verdadeiros não quiseram ou não puderam me dar, sobretudo amor, afago e carinho. Em 2010 conheci meus irmãos e irmãs. Abracei minha mãe. São pessoas pobres vivendo como caseiros em fazendas do interior de Minas Gerais.

Quando iniciei meu relacionamento com meu marido, passei no vestibular para cursar História. Em 2000, formei-me, dando o primeiro passo de minha trajetória acadêmica. Na formatura, agradei a oportunidade que Deus me deu. Ainda em 2000, fundamos — meu marido e eu — o Instituto de Pesquisa do Noroeste de Minas, a fim de trabalharmos os discursos das pessoas marginalizadas pelo sistema. O fruto desse trabalho foi a publicação dos livros *Vidas vividas em Paracatu*, *Vidas vividas em Arinos*, *Vidas vividas em Buritis*, *Siqueira Campos em Paracatu* e *Paracatu, sua história*. Em novembro de 2001, concluímos a obra *Os negros de Paracatu*, coletânea dos discursos de pessoas com mais de 80 anos de idade, que considero significativa porque mostra o preconceito e o sofrimento de descendentes de

escravos da região. A publicação, porém, ocorreu em 2009, viabilizada pela Câmara Municipal de Paracatu.

No período 2001–3, dediquei-me a cursos básicos de informática, ao curso de especialização em Informática em Educação, na Universidade Federal de Lavras, e ao de Gerência em Sistema de Informação, na Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unai, ambas em Minas Gerais. Também fiz especialização em Filosofia e Existência, na Universidade Católica de Brasília. Durante 2002 e 2003, lecionei História e História da Arte no Colégio Soma (ensino fundamental e médio). Em 2003 fui selecionada, por banca examinadora, para ser professora da Faculdade e Colégio Atenas, onde permaneci até julho de 2005, lecionando as disciplinas Informática Jurídica, Sociologia e Filosofia. Em agosto de 2005, passei na seleção para o Mestrado em Educação na Universidade de Uberaba com dedicação exclusiva; em dezembro de 2007, defendi a dissertação, intitulada *A criatividade humana que a escola ainda desconhece: seus fundamentos a partir de Humberto Maturana*.¹

O mestrado foi um período importante na minha vida acadêmica por causa das leituras e reflexões elaboradas sobre subjetividade e suas implicações no conhecimento criativo. O estudo das obras de Maturana me oportunizou refletir sobre o processo autopoietico na construção dos significados valorizando a liberdade que cada pessoa deve ter para elaborar sua relação com o mundo que o envolve. Ficou sedimentada a ideia de que a educação deve fazer desabrochar as capacidades naturais do ser humano; de que o indivíduo deve se preocupar com a reconstrução permanente do estabelecido e de que meu caminhar acadêmico é compreender que a educação deve buscar não os consensos, mas as instabilidades para celebrar nossas diferenças e as novas ideias através da conversação.

Findo o mestrado, fui convidada a trabalhar na faculdade de Cristalina (GO), onde lecionei Informática no curso de Administração, e na Faculdade de Ciência e Tecnologia de Unai, onde ministrei Filosofia na graduação em Direito, História da Educação nos cursos de Pedagogia e Educação Física, assim como Filosofia da Educação e Sociologia da Educação na especialização em Docência do Ensino Superior. Sentindo a necessidade de ampliar minha relação com a educação, em 2007 iniciei o curso de Pedagogia, na Faculdade Noroeste de Minas. No início de 2008, fui convidada de novo a lecionar na Faculdade Atenas, dessa vez as disciplinas Economia Política, no curso de Direito, Sociologia para os cursos de Nutrição e Administração e História da Educação no curso de Educação Física. No início do segundo semestre, fui coordenadora do Núcleo de Iniciação à Ciência dessa faculdade.

¹ Dissertação de mestrado em Educação: formação de professores na UNIUBE, Uberaba. Disponível em: <<http://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000186608.pdf>>

No primeiro semestre de 2009, participei da disciplina Fundamentos Epistemológicos da Transdisciplinaridade, na Universidade de Brasília (UnB), como aluna especial da professora Vera Catalão. Essa possibilidade me permitiu vivenciar um novo olhar sobre nossa relação com a vida, a natureza e o cosmo; entender o ser humano em sua totalidade biopsicofilosófico-poética. No segundo semestre, fui selecionada como aluna especial na disciplina Ecologia Humana e Educação Ambiental, ministrada também por essa docente. Pude ampliar ainda mais minha consciência do pensamento ecossistêmico fundamentada na emoção de cooperação e na possibilidade de desenvolver a solidariedade com tudo que nos envolve, pois pertencemos à natureza: somos elementos constitutivos da malha cósmica, e não dominadores e exploradores da natureza. No fim de 2009, participei da seleção para doutorado em Educação na Faculdade de Educação da UnB; fiquei em terceiro na classificação — 80 pontos —, mas as vagas oferecidas para não foram suficientes para meu ingresso.

No início de maio de 2010, visitei acampamentos de sem-terra e assentamentos no município de Paracatu para colher material visando à preparação de aula de Sociologia na Faculdade Atenas. Ainda no primeiro semestre de 2010 inscrevi-me como aluna especial da disciplina, do doutorado em Educação da UnB, Fundamentos Epistemológicos da Transdisciplinaridade, com a professora Eda Henriques. Ante os problemas observados nos assentamentos e impulsionada a cooperar com aquelas famílias, direcionei meu pré-projeto para seleção de doutorado ao assentamento Herbert de Souza. No fim de agosto, concluí a disciplina; em setembro, o curso de Pedagogia. Em novembro, insisti na seleção para o doutorado na Faculdade de Educação da UnB — dessa vez no programa de pós-graduação em Educação, Ecologia Humana e Educação Ambiental. Impossível descrever minha felicidade ao percorrer o *campus* da UnB como aluna regular do doutorado, ao entrar na sala de aula e participar de debates.

É claro: nos três semestres em que fui aluna ouvinte e especial pude ampliar a visão sistêmica de tal modo, que estou — ao lado do meu marido — transformando o Instituto de Pesquisa do Noroeste de Minas em uma entidade comprometida com a pesquisa e a educação ecologizada para subsidiar a construção de estratégias pedagógicas ecologizadas nas escolas urbanas e rurais no município de Paracatu.

Cursar o doutorado exigiu dedicação integral às leituras, aos trabalhos e à pesquisa de campo no assentamento Herbert de Souza. Tive de me licenciar da Faculdade Atenas. Em setembro de 2011, a professora Vera Catalão indicou meu nome à professora Laís Mourão, vinculada ao projeto do Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais (REUNI). Participei da seleção de bolsa e fui aceita para participar do trabalho desenvolvido na Faculdade de Planaltina, curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A defesa desta tese reforça minha convicção de que posso agradecer: a Deus e a todas as pessoas com quem convivi nesses anos; assim como tenho de agradecer às mulheres do assentamento Herbert de Souza, cujas vozes estão inscritas neste estudo, que passaram a conhecer.

Apresentação

Este estudo está centrado na ecologia humana e pretendeu produzir conhecimentos socioambientais à luz do relato de mulheres residentes no Assentamento Herbert de Souza (situado no município de Paracatu, noroeste de Minas Gerais), às quais foi oferecida a oportunidade de expressar a originalidade de sua visão de mundo. O conhecimento produzido pela pesquisa de campo aqui descrita resultará em um projeto de educação ambiental e gestão socioambiental indicativo dos trabalhos a ser feitos com a comunidade.

Ao iniciarmos este estudo, constatamos que o ambiente no assentamento está deteriorado, que os assentados não têm uma relação harmoniosa com o meio natural, que absorveram a divisão das classes do sistema capitalista e que não aceitam a possibilidade de uma sociedade sem tal divisão. O objetivo geral foi desenvolver uma pesquisa-ação junto com as mulheres assentadas para diagnosticar problemas, interesses e necessidades tendo em vista a elaboração daquele projeto na vida comunitária. Os objetivos específicos incluíram *promover* a conversação com as mulheres sobre as necessidades de descolonizar o imaginário burguês; *desenvolver* a vivência cooperativa entre elas; *promover* um projeto participativo em que sejam protagonistas oferecendo-lhes oportunidade de se libertarem da condição de espectadoras para assumir papel ativo: de objeto para pessoa, de testemunhas da ação para agente; enfim, *produzir* conhecimento e, com este, elaborar um projeto suscetível de ser desenvolvido nas comunidades dos assentados a fim de intervir na realidade que espelha

alienação. Assim, este trabalho tem um propósito duplo: de ação e reação: a ação de produzir conhecimento que interfira na realidade subjetiva e objetiva dos assentamentos no município de Paracatu.

O projeto de educação se justifica porque vem suprir demandas: por um projeto-ação participativo que envolva atores distintos para elaborar um saber do meio ambiente fundado na vivência prática do cotidiano; por uma epistemologia da vida social e ambiental nos assentamentos de reforma agrária cujo escopo parta das pessoas que vivenciam a natureza ali; por uma nulificação dialética da ideia de distanciamento entre pesquisador e informantes da pesquisa; por um conhecimento que permita interferir na realidade permeada pela alienação; por uma ação inédita na região que mina o paradigma do sistema dominador ao atribuir importância às mulheres nos assentamentos rurais.

A tese apresenta a pesquisa em sete capítulos.

O capítulo 1 enfoca a vulnerabilidade ambiental no noroeste mineiro, sobretudo as restrições à utilização dos recursos hídricos. Isto é, a agressão infligida pela monocultura de exportação, pela pecuária de corte e pela mineração: atividades que têm impactos severos na redução do volume de água de riachos, rios e lagoas, além de eliminar a paisagem do cerrado no município de Paracatu.

O capítulo 2 discorre sobre a luta pela terra, especialmente em Paracatu. Nessa região, 12 famílias se organizaram e ocuparam, em 1988, a fazenda Bom Jesus, que tiveram de desocupar depois por força da ação policial. Em 3 de setembro de 1995, 37 famílias ocuparam a fazenda Lagoa Rica, que se tornou assentamento e abriu caminho para que outras fazendas se tornassem assentamentos como o XV de Novembro, o Herbert de Souza, o Aracaju e o Tiro e Queda; o Santa Rosa e o Buriti da Conquista, criados em 1998; e os dois mais recentes: o Belo Vale e o Jambreiro, criados em 1999. Em meia década, nove assentamentos beneficiaram 656 famílias. Locus da pesquisa aqui descrita, o assentamento Herbert de Souza ocupa a área da antiga fazenda Conceição, cuja extensão chegava a dez mil hectares. Ao ser desapropriada, nela se instalaram, também, os assentamentos Belo Vale e Tiro Queda. A desapropriação, porém, manteve uma parcela relevante da propriedade nas mãos dos antigos donos.

O capítulo 3 discorre sobre as relações entre meio ambiente, educação ambiental e educação do campo. Explicitamos uma conceituação de ambiente que assinala que a crise do ponto de vista humano é explicitada pela existência mesma do sistema capitalista e de seu modo de produção — baseado na exploração que resulta em uma dupla degradação, do próprio homem — seus semelhantes — e da natureza. Tratamos da educação ambiental

segundo a lógica do conhecimento disjuntivo que desagregou o ser humano de suas dimensões natural, cultural, afetiva e sensível, culminando na exploração, destruição e dominação. Enfatizamos a crise paradigmática que se abre ao questionamento da visão disjuntiva da sociedade e à concepção de que o ambiente supõe mais que água, terra, ar, flora e fauna, porque incorpora o ser humano: suas ideias, sua cultura e suas sociedades. Indicamos que a ação ecologizada é uma estrutura em que tudo se entrelaça em comunhão com seu entorno, seu contexto e com as circunstâncias, resultando em conexões que evoluem coletivamente. Comentamos os princípios da educação do campo indicados nas diretrizes operacionais para a educação básica, apresentando o discurso de professores, pesquisadores e teóricos da educação do campo que apontam sua origem: as contradições do avanço do capital globalizado sobre as terras dos camponeses e a degradação das condições de vida da classe trabalhadora rural. Realçamos a necessidade de a educação transmissora de saberes prontos a educandos passivos ser substituída pela educação problematizadora que inclua o diálogo — essencial à tomada de decisões consensuais; de o argumento de autoridade ceder lugar à autoridade do argumento mais plausível, mais referencial, mais objetivo, que traduza interesses mais coletivos; e de os seres humanos participarem e decidirem sobre cada aspecto que incide em suas vidas. Defendemos a educação do campo como abandono da visão naturalista de admiração da paisagem e do preservacionismo em busca de uma sociedade democrática e socialmente justa, do desenvolvimento de uma compreensão integrada do ambiente em suas relações múltiplas e complexas, porque envolvem a cultura, a ética, a ciência e a ecologia; educação do campo como mobilização de pessoas e grupos para que assumam responsabilidades na transformação da cultura do consumo em cultura do cuidado. Uma educação tal supõe voltar à intersubjetividade como instância fundamental para construir uma ética, uma estética e uma práxis de religação entre natureza, cultura, sociedade e humanidade.

O capítulo 4 apresenta os fundamentos metodológicos do desenvolvimento (prático) da pesquisa. Incluem: o *caráter dialógico* — os informantes expressam sua personalidade e elaboram suas construções em interação com o pesquisador; a *bricolagem* — o pesquisador trabalha não *sobre* os outros, mas *com* os outros, de modo a dar visibilidade aos artefatos invisíveis porém existentes no poder e na cultura; a *pesquisa-ação existencial* — para coletar dados relativos a certo tema mediante observação, análise documental, entrevista, roda de conversa com mulheres assentadas e oficinas para ter a visão de conjunto do grupo de mulheres sobre o assentamento, aceder suas vivências e seus pensamentos sobre o passado, o presente e o futuro; os *procedimentos quantitativos* — os dados de tratamento estatístico

foram obtidos mediante questionários indicativos da vulnerabilidade ambiental da região e das condições de vida dos assentados; e o *diário de campo* — registro de todas as atividades da pesquisa.

A observação participante permitiu buscar a participação plena da comunidade na análise de sua realidade a fim de promover a intervenção social em seu benefício no assentamento e captar conflitos e tensões, identificando grupos sociais com sensibilidade e motivação para fazer mudanças; a análise documental incluiu documentos do Sindicato Rural dos Trabalhadores do Município de Paracatu, relação dos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária do município e atas da associação do assentamento Herbert de Souza. As oficinas incluíram atividades de rodas de conversa — que possibilitaram aos participantes refletir sobre o cotidiano — e a Oficina do Futuro — que se materializou na etapa “árvore dos sonhos” — os participantes responderam à pergunta “Como gostaria que o assentamento fosse?” e escreveram seus sonhos em folhas de papel afixadas em uma árvore desenhada no mural; na etapa “as pedras no caminho” — representação das dificuldades que precisam ser superadas (os participantes escreveram as dificuldades e colocaram no chão, formando um caminho rumo à “árvore dos sonhos”); e na etapa “plano de ação” — os assentados definiram o que deveria ser feito para alcançar os objetivos delineados na “árvore dos sonhos” e eliminar os obstáculos descritos “[n]as pedras no caminho”.

O capítulo 5 expõe o desenvolvimento das categorias ou dimensões da pesquisa: *dimensão histórica do assentamento e narrativas da ocupação* — relativa a homens e mulheres forçados pelo desemprego rural e urbano a buscar alternativas de vida, sobretudo na condição de ocupar o acampamento para obter um lote de assentamento mediante sorteio; *dimensão socioeconômica e posse da terra* — sobre os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberem títulos de concessão de uso e, depois, o título de domínio: instrumentos que asseguram o acesso e a propriedade da terra; *problematizando as relações do assentamento com poder público* — referente à relação do governo federal com o assentamento mediante o oferecimento de linhas de crédito cuja maioria utilizada indevidamente impede o alcance dos objetivos do programa de reforma agrária (a relação do assentamento com o governo municipal é pontual a pedido de algum vereador; serviços de saúde como hospital, postos e agentes estão disponíveis não no assentamento, mas na sede do município); *educação* — concernente à escolarização das crianças do assentamento oferecida pela rede estadual e municipal nas escolas de nível fundamental e médio de Paracatu ante a inexistência de escolas do campo onde moram, o que permite cogitar uma educação calcada no imaginário urbano; *participação coletiva e projetos comunitários* — vinculada à

predominância de ideias fundamentadas na economia de mercado ante a perda da concepção de trabalho associativo; *contexto socioambiental do assentamento* — ligada à existência de plantações de soja, milho, sorgo e feijão no entorno do assentamento que desvelam uma realidade em que há um sentimento antilatifúndio fora do assentamento, porém insuficiente para aplacar ou anular em seu interior a discrepância entre ricos e pobres como resultante de um ordenamento natural: de um lado, residências com conforto próprio da área rural; de outro, casas sem banheiro cujos moradores mostram ter pouca noção de limpeza e higiene, pois suprem suas necessidades fisiológicas no mato e mantêm esgoto em vala ao céu aberto que deságua no mato; uma realidade em que a produção nos lotes distingue quatro grupos de assentados: o que não conseguiu melhorar a gleba; o que não conseguiu preparar a gleba para dela extrair renda suficiente que dispensasse recorrer a outra fonte de renda como trabalhar para os vizinhos; o que preparou o lote, planta capim, milho e cana-de-açúcar, tem média 20 a 25 cabeças de gado produzindo quase 200 litros de leite diariamente; enfim, o grupo que comprou lotes e que, bem-sucedidos na administração da gleba, são tidos como pequeno ou médio fazendeiro; *mulheres trabalhadoras rurais* — relativa à condição das mulheres, que se sobrepuseram às barreiras e aos preconceitos para ocupar posições sociais similares a de seus companheiros, a tal ponto que não há diferença marcante entre homem e mulher, esposo e esposa: ambos trabalham juntos a fim de fazer o que for preciso para sobreviver; nenhum ajuda o outro na lida com a terra, no roçado e na criação do gado: ambos trabalham lado a lado, vivendo para o trabalho e a família; para melhorar suas condições de vida.

O capítulo 6 apresenta um diagnóstico socioambiental do assentamento exposto em gráficos estatísticos indicativos do percentual de: residentes há mais de dez anos no assentamento; assentados que receberam lotes via sorteio pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); famílias que compraram lotes dos primeiros assentados; assentados que indicaram o grau de vulnerabilidade no assentamento; mulheres detentoras dos títulos de concessão de uso dos lotes; estado civil das mulheres; escolaridade das entrevistadas; número de filhos; esgoto canalizado das residências e que correm a céu aberto; cisternas construídas longe das fossas; e de noções do que seja ecossistema, ecologia, educação ambiental e educação do campo. Expõe elementos críticos da gestão do assentamento Herbert de Souza: o status da vulnerabilidade ambiental da região — muito alta às ações entrópicas, com restrições graves ao uso da água; transformação da região em área desértica; predominância no entorno de fazendas de monocultura para exportação; venda de lotes, descaracterizando os objetivos da reforma agrária; ausência de agricultura familiar e agroindústria rural familiar; descontentamento e desconfianças relativos à liberação de

empréstimos e compra de materiais pelos órgãos responsáveis; alienação da luta em conjunto para enfrentar os problemas; predominância do desmatamento do lote e da criação intensiva de gado nos moldes da lógica pecuarista dos latifundiários da região; compra de lotes para transformá-los em depósitos de maquinário agrícola de aluguel; educação formal desvinculada da realidade do assentamento, porque feita no espaço urbano; enfim, hierarquização econômica, com grupos privilegiados, medianos e pobres.

Como resultado prático da pesquisa em prol das entrevistadas, isto é, do assentamento, o projeto participativo de gestão e educação socioambiental foi elaborado a fim de estancar, no curto prazo, as indiferenças a que se sujeitam os assentados. Propomos um projeto estruturado por uma abordagem pedagógica da legislação relativa aos assentados, pela intenção de desenvolvimento com sustentabilidade, por um diagnóstico da alimentação saudável para manutenção da saúde, enfim, por uma compreensão do significado do trabalho cooperativo.

1

Vulnerabilidade ambiental em Minas Gerais

Vulnerabilidade ambiental é uma condição que envolve variáveis ecológicas — ou seja, eixos temáticos — pelas quais se pode analisar a relação do homem com a natureza. Como este estudo centra-se na ecologia humana a fim de produzir conhecimentos socioambientais, convém apresentar essa condição mediante uma síntese que a radiografe em Minas Gerais, sobretudo no município de Paracatu, noroeste do estado, onde se situa o assentamento Herbert de Souza: lócus da pesquisa aqui descrita. Tal síntese se apoia no “Zoneamento ecológico-econômico de Minas Gerais”, feito pelo governo, em 2011; no “Plano bi-decenal de desenvolvimento sustentável do município de Paracatu”, elaborado pela Fundação João Pinheiro, em 2011; e no “Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paracatu”, apresentado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), em 2006. Cabe esclarecer que esses planos se fundamentam em um conjunto de indicadores e índices que articula os aspectos bióticos e abióticos,² além de objetivar contribuir para a definição de áreas e ações estratégicas em prol do desenvolvimento sustentável de regiões e municípios do estado. Portanto, podem servir como instrumento de planejamento e apoio relativos ao meio ambiente.

² Fatores bióticos são os efeitos causados pelos organismos em um ecossistema que condicionam as populações que o formam. Fatores abióticos são o solo, a água, a atmosfera e as radiações que condicionam a vida dos seres vivos.

1.1 Vulnerabilidade dos recursos hídricos no noroeste

A fim de avaliar a vulnerabilidade espacial e temporal de recursos hídricos, a equipe de pesquisadores que elaborou o zoneamento ecológico-econômico a classificou em: vulnerabilidade muito alta; vulnerabilidade alta; vulnerabilidade média; vulnerabilidade baixa e vulnerabilidade muito baixa em relação às ações antrópicas, isto é, relativas à interferência do homem na natureza.

Nesse sentido, áreas de *vulnerabilidade muito alta* apresentam restrições sérias ao uso de recursos naturais porque a região se encontra altamente vulnerável às ações antrópicas; as restrições se estendem ao uso da água. Áreas de *vulnerabilidade natural alta* apresentam restrições consideráveis à utilização dos recursos naturais porque estes se encontram menos vulneráveis às ações antrópicas do que na classe anterior; logo, há restrição considerável ao uso de recursos hídricos. Em áreas que apresentam *vulnerabilidade natural média*, as restrições ao uso dos recursos naturais como a água são moderadas. A classe *vulnerabilidade natural baixa* indica que áreas nessa condição apresentam baixas restrições à utilização dos recursos naturais; isto é, a restrição ao uso da água é baixa. Enfim, nas que apresentam *vulnerabilidade natural muito baixa*, quase não há restrições significativas quanto a utilizar os recursos naturais porque estes se encontram com poder elevado de resiliência; logo, não há restrição ao uso da água.

Portanto, quanto mais alta for a vulnerabilidade, maior serão a escassez e a contaminação da flora e da fauna; e vice-versa.

À medida que se avança rumo ao norte de Minas Gerais, o aumento da vulnerabilidade se mostra mais. Próximo da serra da Mantiqueira, a vulnerabilidade se apresenta muito baixa; no sul, em parte das regiões Zona da Mata e Paraíba do Sul e em trechos do Triângulo Mineiro, a vulnerabilidade é baixa; na região central, é de média a alta; na região norte, noroeste e no vale do Jequitinhonha, a vulnerabilidade é muito alta (MINAS GERAIS/MG, 2011). Noutros termos, regiões com desenvolvimento econômico elevado apresentaram vulnerabilidade baixa; e vice-versa. Disso se depreende que haverá indisponibilidade de água superficial em médio prazo em muitas regiões; mas no norte e noroeste tal indisponibilidade tende a ser mais preocupante, sobretudo porque aí ocorre um uso intensivo e uma demanda crescente para irrigação; o que constitui um problema que merece reflexão (MG, 2011). Nessas regiões, os recursos hídricos apresentam vulnerabilidade alta e muito alta.

Na região de Paracatu, onde se situa o lócus da pesquisa aqui relatada, destaca-se o rio homônimo, pertencente à bacia do rio São Francisco. Afluente de sua margem esquerda, o Paracatu³ se estende por 485 quilômetros entre a nascente e a foz, cobrindo uma área de 45,6 mil quilômetros quadrados, dos quais 92% estão em território mineiro. A maior parte da região percorrida pelo rio compreende a macrorregião do noroeste; 5% e 3% estão distribuídos, respectivamente, entre Goiás e o Distrito Federal (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS/IGAM, 2006).⁴

A água subterrânea é o componente do ciclo hidrológico que infiltra nos solos e forma os aquíferos; mais que isso, em geral é importante para o abastecimento público por causa de sua qualidade. De natureza transitória, é parte integrante do processo global de circulação hídrica. Assim, a exploração dessas reservas em qualquer proporção afeta os demais corpos armazenadores de água, como os corpos d'água superficiais. Em certo limite, os efeitos podem ser considerados como toleráveis ou insignificantes; mas sua superexploração ou a modificação de sua qualidade podem comprometer o equilíbrio geral do sistema, causando prejuízos econômicos, ambientais e sociais.

As águas subterrâneas na bacia do rio Paracatu (FIG. 1) são utilizadas através de poços tubulares, poços rasos, pelo aproveitamento e pela captação de fontes e nascentes. As reservas exploráveis são superiores aos volumes consumidos projetados. Como se pode deduzir, a disponibilidade hídrica subterrânea de 1.378 hectômetros cúbicos por ano supera em muito as demandas de 75,2 hectômetros cúbicos anuais a ser supridas até o fim de 2015. Nos municípios de Lagoa Grande, Natalândia e Vazante, o manancial subterrâneo é praticamente a única fonte de abastecimento; em Guarda-Mor, Lagamar, Paracatu e Santa Fé de Minas, as águas subterrâneas compõem o sistema de abastecimento com os mananciais superficiais. Fornecem quase 30% do volume consumido pelo abastecimento humano na bacia através de poços ou nascentes.

³ O Paracatu é o afluente mais caudaloso do São Francisco, cuja margem direita recebe os rios Banabujá, Catinga, Campo Grande, Gameleira, Prata, Soninho, Sono Grande, Taboca, Tamanduá, Troncos e o rio Verde; pela margem esquerda, recebe os rios Bezerra, Biboca, Boa Sorte, Cana Brava Córrego Rico, Escuro Grande, Rio Preto (o maior afluente), Santa Catarina, Santa Izabel, São Pedro, Santa Tereza, Santa Fé e Santo Antônio, dentre outros de curso menor (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/FJP, 2011).

⁴ A gestão das águas em Minas Gerais é regida pela política do IGAM.

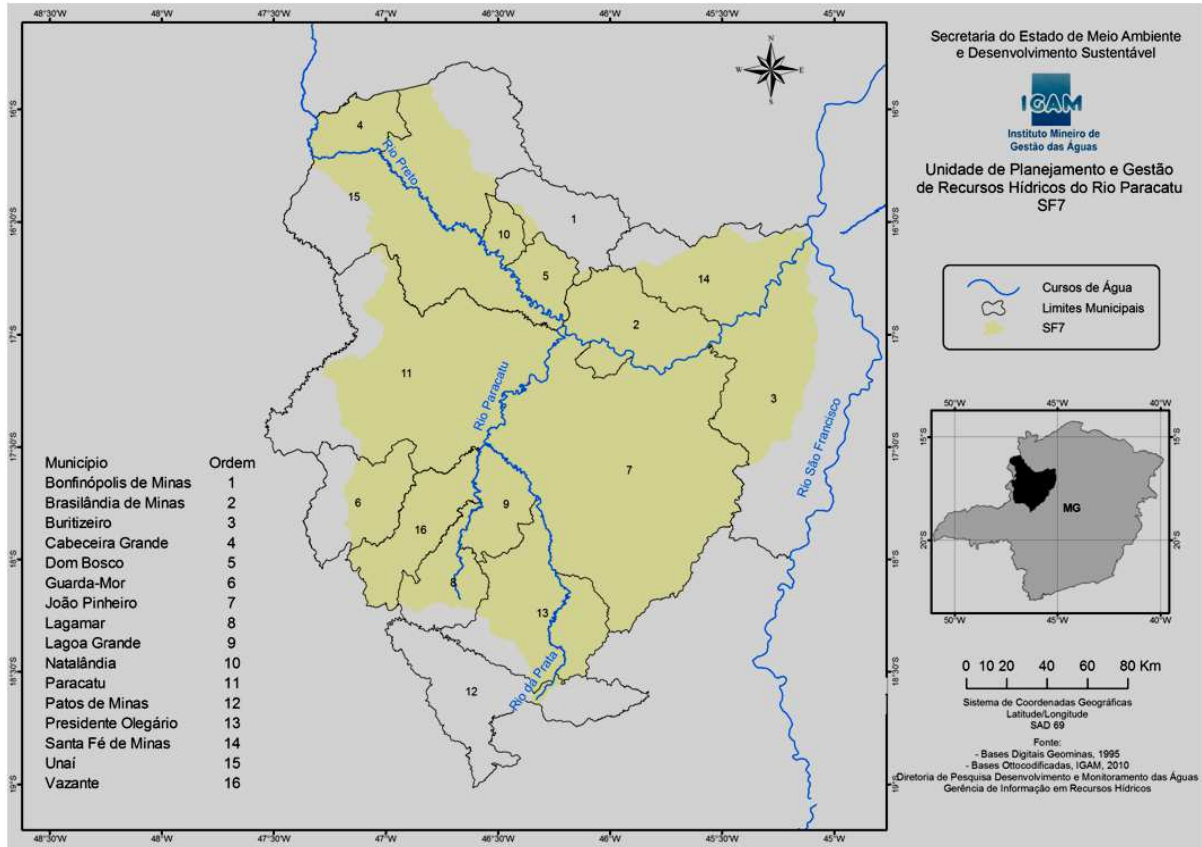


FIGURA 1 – O rio Paracatu é o afluente mais caudaloso do São Francisco. Tem cerca de 300 quilômetros navegáveis, da foz ao extinto Porto Buriti.
Fonte: IGAM, 2006.

Mesmo com uma disponibilidade de águas subterrâneas no noroeste que supera a demanda, estas apresentam alta vulnerabilidade dada a contaminação. Daí que bacia do rio Paracatu apresenta vulnerabilidade alta de água superficial; o comprometimento chega a quase 90% da hidrografia regional. A demanda para irrigação tem sido elevada, a ponto de se poder cogitar conflitos pela posse da água em poucos anos. Conforme destaca o plano de recursos hídricos do IGAM, as outorgas referentes à bacia permitiram concluir uma situação crítica que ultrapassa com folga o limite de disponibilidade hídrica para a região. Eis por que a contaminação do noroeste merece ser objeto de preocupação intensa em meio à sociedade civil e ao poder público (IGAM, 2006).

Dados do IGAM mostram uma bacia marcada pelo uso intenso de grandes extensões de suas terras; em parte pela atividade agropecuária, em parte pela mineração. A irrigação é a forma de uso da água mais expressiva — responde pelo maior consumo. Áreas irrigadas predominam nos municípios de Paracatu, Unai e João Pinheiro, via sistemas automatizados (pivô central) (IGAM, 2006). Em Paracatu há cerca de 800 pivôs centrais, para uma área de quase 40 mil hectares; ou seja, que compromete grande parte das bacias hidrográficas

municipais. Sem contar que em alguns casos o volume outorgado é inferior ao efetivamente consumido. Os estudos do IGAM indicam que com o passar dos anos — isto é, com o crescimento das atividades econômicas — houve uma tendência ao acirramento de conflitos pelo uso da água.

A pecuária seria um dos poluentes centrais da bacia, sobretudo nas sub-bacias do rio Paracatu, regiões onde a atividade abrange extensões de terra relevantes. No período chuvoso, as fezes do gado são conduzidas para os leitos de riachos, rios, veredas e lagoas, contaminando os corpos d'água. No caso da atividade mineradora, trata-se de uma fonte expressiva na degradação por conta das substâncias químicas empregadas e das taxas de carreamento de sólidos em suspensão. As consequências ambientais preocupam porque há não só interferência nos recursos hídricos, mas também desequilíbrios ecológicos na bacia.

Os dados do IGAM (2006) mostram que, além dos dejetos da pecuária e dos resíduos químicos da mineração, o esgoto doméstico e os agrotóxicos e fertilizantes agrícolas contaminam as águas da bacia. Lançados sem tratamento nos corpos d'água, os esgotos contribuem, em primeiro lugar, para a presença de organismos patogênicos que inviabilizam o uso da água para consumo humano e balneabilidade (utilização para banho e em atividades esportivas); o lançamento de esgotos sem tratamento prévio nos rios pode vir a limitar o uso para outras finalidades e até inviabilizar o aproveitamento dos recursos hídricos para usos múltiplos. A segunda causa de contaminação seria o uso de agrotóxicos e fertilizantes. Elementos-chave do modelo agrícola, os agrotóxicos aplicados para controlar pragas, doenças e ervas daninhas comprometem tanto as águas superficiais quanto as subterrâneas. Relatório de sustentabilidade do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) informa que foram aplicados, em 2007, quase nove quilos de agrotóxico por hectare, ante o volume desejável de um quilo e meio (FJP, 2011).

A vulnerabilidade da bacia se amplia por causa de fatores como ausência de áreas de conservação, de assoreamentos das lagoas, da utilização exaustiva das veredas, do desmatamento e do carvoejamento.

Segundo informa o IGAM (2006), a maioria dos municípios situados apresenta parcelas ínfimas de áreas destinadas à conservação. Lagoas marginais presentes em grande densidade ao longo do rio se mostram assoreadas porque suas margens têm sido exploradas por lavouras e pastagens; algumas são usadas diretamente para práticas agropecuárias durante a estiagem. Essas atividades têm descaracterizado com rapidez esses ambientes, em especial a ictiofauna (o conjunto das espécies de peixes), visto que nas lagoas ocorrem a desova e reprodução de numerosas espécies. Logo, tende a haver alteração da biodiversidade do

ecossistema aquático regional (IGAM, 2006). Mais que isso, o avançar da descaracterização ambiental afeta negativamente a biodiversidade.

Classificadas como áreas de preservação permanente, as veredas têm uma função importante: ser fontes perenes de água que alimentam constantemente os cursos e oferece condições favoráveis à manutenção de uma flora específica: suporte fundamental para as espécies faunísticas. Como são extremamente suscetíveis a alterações ambientais, a utilização exaustiva de suas águas para a irrigação e dessedentação animal na bacia lhes traz prejuízos sérios; ou seja, prejuízos à manutenção do equilíbrio ecológico. Por exemplo, é comum ocorrer barramento, que provoca inundação, a morte da vegetação natural e a interrupção do fluxo natural. Nas parcelas com monocultura de eucalipto, as veredas se mostram quase sempre assoreadas (obstruídas) (IGAM, 2006).

O desmatamento generalizado resulta do uso de grandes áreas com a exploração de pastagem e cultivo. Não por acaso, a bacia apresenta várias partes assoreadas. Grandes áreas de vegetação natural foram desmatadas para ser reflorestadas com eucalipto, que exige corrigir os nutrientes do solo com uso de fertilizantes. Na sub-bacia do ribeirão Entre-Ribeiros, áreas alagadas por natureza foram desmatadas para ceder lugar a essas formas de uso da terra. Nos vales, o plantio e o pasto ocupam espaços onde deveria haver matas ciliares e lagos com grau elevado de conservação. Daí que estas se encontram bastante suprimidas na bacia, assim como as matas de topos de morro, legalmente consideradas como de preservação permanente (IGAM, 2006).

Para o IGAM (2006), o carvoejamento exerce pressão direta sobre a formação arbórea na bacia. Os impactos ambientais maiores se relacionam com a emissão de poluentes no ar, a retirada de mata nativa e a disposição inadequada de resíduos. Além da vegetação de áreas reflorestadas, o carvão advém de uma grande parcela de vegetação nativa.

Ante esses indícios de vulnerabilidade da bacia do rio Paracatu, o IGAM (2006) prescreve medidas para diminuí-la. Aí se incluem: saneamento ambiental mais intenso na bacia através da universalização dos serviços de abastecimento de água; ampliação da rede de esgoto e implementação de estações de tratamento; controle e educação ambiental para adequar técnicas de produção aplicadas na irrigação; definição de prioridades e imposição de restrições à utilização dos recursos naturais, sobretudo os hídricos. Dessas medidas se pode esperar reflexos como acirramento de conflitos em locais específicos; isso porque a impossibilidade de aumentar a disponibilidade de água vai impor a obrigatoriedade de reordenar seu uso; áreas irrigadas terão de reduzir o consumo — via modernização de

sistemas de captação, distribuição, aproveitamento etc.; e alguma área de expressão média — é provável — será alijada por falta de recursos hídricos.

1.2 O município de Paracatu

Com acesso pela BR-040, o município de Paracatu dista 483 quilômetros da capital Belo Horizonte e 220 quilômetros de Brasília. Seu relevo se divide em ondulado (50%), plano (35%) e montanhoso (15%). O clima é tropical, com temperaturas médias anuais variando entre 14 °C e 30 °C. O índice pluviométrico médio anual chega a 1.350 milímetros. A região fica na província fitogeográfica do cerrado, em suas formas variadas de ocorrência: cerradão, cerrado típico, cerrado ralo, campo sujo e campo limpo.

1.2.1 *Dimensão ambiental — 2005–12*

Em março de 2005, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG), apoiada pela prefeitura de Paracatu e pela Cooperativa de Agropecuária do Vale do Paracatu (COOPERVAP), realizou o Seminário Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu, quando se elegeram prioridades para o meio ambiente, a exemplo da integração do ser humano às práticas de recuperação e conservação dos ecossistemas. Problemas como redução de matas ciliares e de topo, perda da flora e fauna e diminuição da quantidade e qualidade da água dos mananciais se projetaram na pauta de debates. Ao governo municipal foi sugerida a criação de programas de educação ambiental, a construção de barragens, a abertura de curvas de nível, o terraceamento e outras medidas. Passados cinco anos, dados do zoneamento ecológico-econômico e relatos de informantes locais deixam entrever que a situação ficou mais crítica porque nenhuma proposta foi implantada (FJP, 2011).

Por ter sido menos explorado e modificado, o noroeste ainda tem 35% de área onde a conservação natural da flora está na classe alta e muito alta, embora represente fronteira agrícola no estado. A pressão antrópica começou em meados da década de 1970, sobre a cobertura vegetal original, que passou a ser removida para dar lugar ao cultivo de soja, milho, feijão e espécimes florestais (eucalipto e pinus), além de pastagens. No presente, a expansão do cultivo de cana-de-açúcar aumentou a pressão. E o município de Paracatu, que caracteristicamente tem flora de integridade alta e muito alta em quase 30% do território, fica mais vulnerável à ação humana (FJP, 2011). Do ponto de vista da fauna, diferentemente, uma biodiversidade com baixa conservação ou média conservação caracteriza quase 75% do município. Esse aspecto se relaciona com o histórico de ocupação humana da região, que

resultou na remoção de grande parte da cobertura vegetal original, ocasionando perda dos componentes faunísticos (FJP, 2011).

Igualmente baixa — ou muito baixa — no município é a sustentabilidade do solo em quase 48% de seu território. São áreas mais sujeitas à degradação ambiental ante as alterações impostas por formas diversas de ocupação. Esse resultado se associa, provavelmente, à pressão antrópica referida acima, isto é, iniciada em meados dos anos 70 com o cultivo de grãos, espécimes florestais e pastagens. Solo sem planejamento e sem conservação adequados, sujeito à poluição do meio ambiente por resíduos industriais e orgânicos, pode se tornar suscetível à erosão, perder fertilidade natural e ter sua acidez aumentada. As consequências se mostram na produtividade baixa das culturas e na prevalência de níveis socioeconômico e tecnológico baixos no meio rural; o que diminuiria o grau de vulnerabilidade descrito pelo zoneamento ecológico-econômico (FJP, 2011).

Além das relações entre ecologia e economia, também o clima foi aferido pelo zoneamento da Fundação João Pinheiro, porque pode subsidiar o planejamento e a implantação de áreas diversas de desenvolvimento socioeconômico e ecológico de uma região. A delimitação das regiões climaticamente homogêneas não só permite estabelecer indicadores do potencial do meio físico e biótico para a região em estudo; mas também contribui — com a delimitação das áreas homogêneas do ponto de vista socioeconômico — para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, na área total do município de Paracatu, predomina o clima subúmido em 55% da parte leste do território; na parte oeste — incluindo a região central, onde fica a sede municipal, em uma área que corresponde a 45% da área total —, ocorre o clima úmido; no clima subúmido, o índice de umidade está compreendido entre 0 e 20%, enquanto o índice pluviométrico anual vai de 1.100 a 1.400 milímetros, e a temperatura média anual gira em torno de 22 °C. No clima úmido, o índice de umidade varia entre 20 e 40, enquanto o padrão de chuvas acumulada durante o ano varia de 1.400 a 1.700 milímetros, com média aproximada de 1.500 milímetros; a temperatura média anual chega a oscilar de 18 a 23 °C (FJP, 2011).

Como se pode deduzir, num espaço de quatro décadas a paisagem do cerrado do município de Paracatu se modificou. As mudanças se mostram, sobremaneira, na superfície: a cobertura vegetal original do cerrado deu lugar a faixas extensas cobertas por plantas de feijão, soja e milho, dentre outros grãos, irrigadas mecanicamente (via pivô central). Cada vez mais crescentes, essas monoculturas reduzem a biodiversidade local (FJP, 2011). Não bastasse esse processo, o avanço da cultura de cana-de-açúcar no município — ou seja, das indústrias de álcool em processo de implantação — pode vir a substituir as demais culturas;

quer dizer, pode impactar não só no fornecimento de insumos, sementes e serviços, mas também no volume de postos de trabalho, pois tende a empregar pouca mão de obra. Essa possibilidade se aventa com base na força econômica da produção de combustíveis, cujo potencial financeiro permite anular cultivos menores; isto é, faz valer mais a pena, por exemplo, vender as terras ou alugá-las para as usinas, que, assim, criam o mercado monopsonista, em que há *um* comprador — o monopsonista — para *numerosos* vendedores. Inverso ao monopólio, em que um vendedor vende para vários compradores, esse mercado se apoia numa competição com partes muito desproporcionais (FJP, 2011). O cultivo da cana dá o tom de um dos três pólos agrícolas no município: aquele formado por uma agricultura capitalizada, dinâmica, volumosa, exportadora. A seguir, vem a agricultura familiar, seguida da agricultura praticada em assentamentos da reforma agrária, que não possuem capital, tecnologia nem capacidade de escoar seus produtos.

Fator de modificação da paisagem original de cerrado, as pastagens ocupam 40% da área nas sub-bacias. O estabelecimento de forrageira e o uso inapropriado de pastejo, sobretudo excesso de gado, seriam fatores de degradação não só do solo (FJP, 2011), mas também das pastagens. Nesse caso, o esgotamento do solo, a erosão e a compactação impactariam, também, na pecuária extensiva para produção de carne e leite. Noutros termos, o que afeta a capacidade do solo de produzir, por exemplo, grãos se aplica, também, à produção de pastos que possam garantir a competitividade econômica da pecuária (FJP, 2011). À degradação de lagoas marginais se juntam a presença de fosfatos e coliformes fecais, a erosão, o assoreamento e a turbidez dos corpos d'água (FJP, 2011). Com efeito, a presença de coliformes fecais nas bacias de rios, riachos e lagoas no período chuvoso corroboram o diagnóstico desse manejo inadequado da pecuária (FJP, 2011).

A situação ambiental do solo e da vegetação no município piora com as queimadas. De 1999 a 2009, segundo dados do Instituto Estadual de Florestas/IEF (FJP, 2011), dentre os 853 municípios mineiros, Paracatu apresentou a maior média de ocorrências de focos de calor: 133/ano — indicativo importante de incêndio florestal. Elas são o elemento-chave do desmatamento na região (FJP, 2011). Ocorrem em forma de incêndios florestais, queima da palha de cana-de-açúcar e mesmo como a prática rudimentar de “limpar” áreas. Além de diminuir os processos de oxidação e transformação dos nutrientes normais, dada a redução da vida microbiana, o fogo destrói sementes, plantas jovens e raízes; ou seja, elimina vegetais que comumente não teriam possibilidade de sobreviver na área a não ser por reintrodução posterior, através do homem, de animais ou de agentes físicos. As queimadas destroem ainda

quase toda a camada de 30–40 centímetros de matéria orgânica superficial. Enfim, impactam na poluição atmosférica, intensificada entre julho e setembro (FJP, 2011).

Outra atividade poluente da atmosfera é a mineração, sobretudo graças às explosões e à movimentação de rochas e solo, que levanta muita poeira; as lagoas de rejeitos também exemplificam a poluição (FJP, 2011). A mineração é uma atividade dinâmica no município: à medida que novas reservas são descobertas, a tecnologia oferece novas formas que tornam economicamente viáveis a exploração. Aí se incluem minas de ouro, zinco, chumbo e calcário. A extração aurífera representou quase 80% do valor produzido pela atividade mineradora (FJP, 2011).

Os grupos exploradores Votorantim e Kinross estão entre os que desenvolvem atividades mineradoras econômicas de grande porte na região — nas áreas rurais e urbanas —, onde disputam território e recursos naturais, superficiais e subterrâneos. Com efeito, após o esgotamento da extração mineral na superfície, a Companhia Mineira de Metais — pertencente ao Votorantim — passou a explorar uma mina subterrânea. Afora a poluição da água e a destruição do solo decorrente da exploração, em 1992 a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) constatou que a exploração causaria afundamento (subsistência) de terrenos, conflitos por escassez de recursos hídricos e problemas na qualidade dos afluentes.

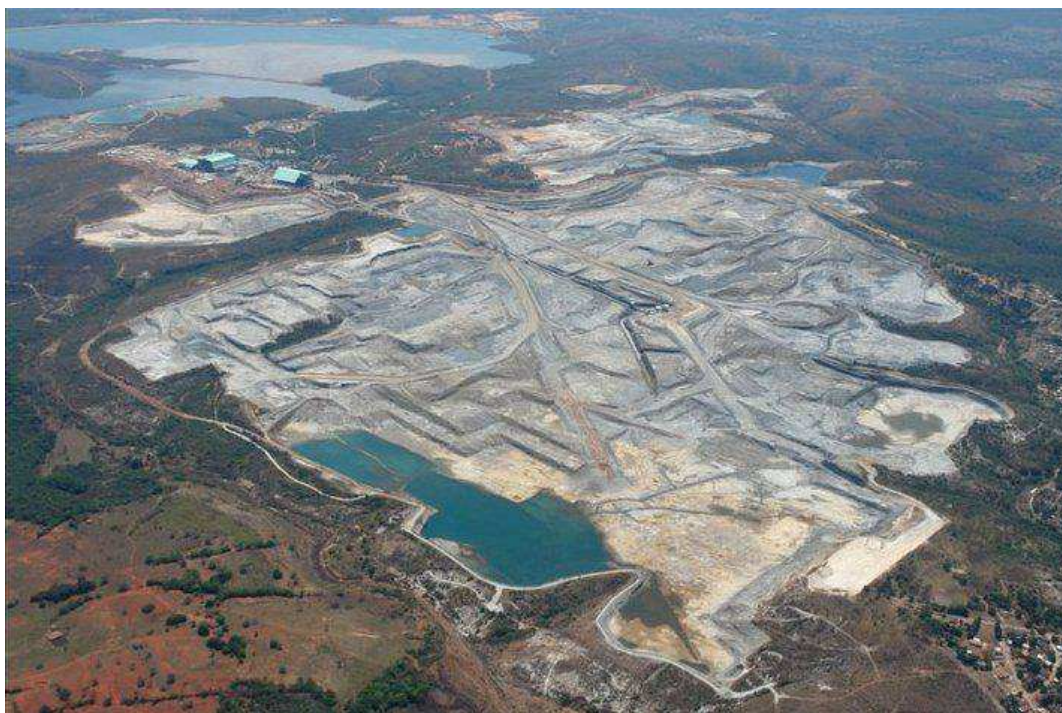


FIGURA 2 – A extensão da mineração liderada pela empresa canadense Kinross Gold Corporation se aproxima do perímetro urbano, como se nota canto direito inferior da fotografia.

Fonte: acervo da pesquisa.

Em abril de 1999, houve um acidente na mina, a 350 metros de profundidade: a escavação atingiu um lençol freático que a invadiu; o acidente obrigou a empresa a bombear continuamente a água, numa média que — segundo relatório da FEAM — não deveria exceder 2,6 mil metros cúbicos por hora, mas que chega a ser quase três vezes mais: 7,5 mil metros cúbicos (MENDONÇA, 2011). A intenção do Votorantim — segundo o pedido de outorga mais recente — é elevar o bombeamento a 16 mil metros cúbicos por hora. É o maior volume de bombeamento subterrâneo no Brasil e um dos maiores do mundo. A quantidade de água bombeada do subsolo leva ao rebaixamento do lençol freático e das reservas subterrâneas; isto é, à drenagem de córregos, lagoas e açudes. Lagoas próximas à mina secaram.

Além disso, metais pesados como cádmio circulam nos mananciais, contaminando e destruindo a fauna e a flora. Subproduto da refinação do zinco, o cádmio pode provocar insuficiência renal e deformação óssea nas pessoas mesmo se absorvido em quantidades pequenas. Não por acaso, especialistas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) constataram que o nível de zinco no rio Paracatu excedia em 50 vezes o limite permitido por lei, enquanto o nível de chumbo era 137 vezes maior, o de manganês, 149 vezes maior, e o de ferro, 9 vezes maior (MENDONÇA, 2011).

A mineradora Kinross Gold Corporation, empresa global com sede no Canadá, conforme Sergio Ulhoa Dani (2011), é um megaempreendimento da produção de ouro situado a dois quilômetros ao norte de Paracatu. A empresa tem licenças de pesquisa de lavra concedidas pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais — órgão do governo federal — em mais de 20 mil hectares em torno da mina Morro do Ouro, incluindo a própria cidade. Essa mina apresenta concentração média de arsênio de 1,1 mil partes por milhão, ou seja, há um quilo desse mineral para cada tonelada de minério. Até o momento, 300 milhões de toneladas foram extraídas. Depositado em um lago de rejeitos, o arsênio é liberado aos poucos na água, que corre para córregos e rios; igualmente, infiltra no lençol freático, contaminando para sempre as águas subterrâneas do aquífero. A contaminação atinge não só os córregos Rico e Santo Antônio, mas também os ribeirões Santa Rita e São Pedro, além do rio Paracatu. Obviamente, o veneno liberado pelas atividades de mineração tende a chegar ao rio São Francisco e daí se espalhará para outros estados, onde pode afetar milhões de pessoas por séculos ou milênios (DANI, 2011).

Os teores de ouro — informa Dani (2011) — ampliam-se à medida que aumenta a presença de arsenopirita: rocha de arsênio, enxofre e ferro que contém ouro. Noutros termos, os maiores teores auríferos ocorrem onde é maior o conteúdo dessa rocha. Não por acaso, a

partir de 2011 a mineradora Kinross buscou explorar reservas que estão nos chamados horizontes de profundidade da escavação, ou seja, B1 e B2 (o mais profundo) — 90% estão no horizonte B2. Mais profundo, o B2 se caracteriza por rochas mais duras e com mais teor de ouro e arsênio, que, assim como o ácido sulfúrico, são liberados no processo de moagem, hidratação e oxidação da rocha (DANI, 2011). Ainda segundo Dani (2011), a poeira produzida pela mina assenta na região 24 horas por dia desde o início da mineração em rocha dura, em 1987, à época feita pela empresa Rio Paracatu Mineração (RPM). Assim, foram mais de cem toneladas de poeira venenosa liberadas nos últimos vinte anos; quer dizer, mais de cem quilos de arsênio: suficientes para matar ou deixar doentes 700 mil pessoas. Com a expansão iniciada em 2008–9, a quantidade de poeira aumentou com a triplicação da produção de ouro; desse aumento se pode estimar quase 18 toneladas anuais de poeira fugitiva, inaladas e incorporadas pelos solos e pelas águas.

Quando comparada com fontes de degradação ambiental como agricultura e pecuária, a atividade mineradora afeta diretamente uma área relativamente pequena (DANI, 2011). Contudo, a poeira tóxica que se forma na área desnuda da lavra atinge a cidade, os povoados e os cursos d'água; logo, os impactos negativos tendem a se estender a centenas de quilômetros da mineração. Há teores de metal pesado na cadeia alimentar e em seres humanos que vivem nos arredores das áreas de mineração. A penetração em solo agrícola, córregos, rios e ribeirões — nos alimentos produzidos nessas áreas — põe em risco toda a população que vive no entorno do empreendimento minerador. Flora e fauna assimilam os compostos de arsênio com facilidade, pois esse elemento substitui o nitrogênio e o fósforo em algumas vias metabólicas (DANI, 2011).

A exploração da mineradora Kinross em Paracatu é de tal proporção, que repercutiu fora do Brasil. Professora da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade de Paris, Laure Terrier (2011) escreveu um artigo em que compara a cidade de Paracatu com a de Pascua Lama, na Argentina: cidades cujos recursos minerais são explorados por empresas transnacionais. No tocante a Paracatu, ela diz que o aumento da área de mineração fez a mina avançar sobre a cidade, aonde guardas armados da área da mineração iriam para intimidar e gerar clima de medo; além disso, a explosão diária das rochas gera ruídos e dissemina poeira de arsênio, a barragem de rejeitos ameaça os habitantes diariamente, e a construção de uma segunda barragem gerou expulsões de pessoas nativas da região. Não por acaso, a preocupação com as consequências sanitárias é enorme.

Terrier (2011) enfatiza que os homens à frente dessa máquina, ao destruírem fontes de água potável e degradarem irreversivelmente o ambiente de gerações presentes e futuras,

destroem comunidades tradicionais e condenam populações a morrer de doenças provocadas por elementos químicos (cianeto de sódio, usado no processamento, e arsênio, liberados da rocha minerada); mais: ao concentrarem a riqueza de um país nas mãos de uma minoria poderosa, acentuam não só a pobreza nos países onde as desigualdades sociais já são fortes, mas também o fenômeno da corrupção. Em última instância, poriam em perigo não só a população brasileira, mas também a humanidade.

Com efeito, segundo informa Terrier (2011), em maio de 2009 um projeto de lei de proteção das águas formulado como iniciativa de cidadãos de Paracatu para os mananciais hídricos ameaçados pelo projeto da Kinross foi rejeitado graças ao *lobby* de vereadores que recebiam da mineradora benefícios e pagamentos facilitadores. Em 30 de março de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a decisão, em primeira instância, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que impedia a empresa Kinross de realizar os trabalhos necessários para construir a segunda barragem de rejeitos no vale do Machadinho; o argumento econômico e financeiro apresentado pela empresa foi considerado plenamente aceitável pelo STJ. Em abril de 2011, o Ministério Público de Minas Gerais pediu o encerramento, sem resolução de mérito, de uma ação civil pública de prevenção e precaução que havia sido proposta pela Fundação Acangaú, em 2009, contra a RPM/Kinross e a prefeitura de Paracatu. (De acordo com a Constituição de 1988, o Ministério Público é um órgão com atribuição de propor ou prosseguir ações desse tipo; nunca de pedir encerramento sem resolução de mérito.) Esse cenário sugere a força do *lobby*: pôr o direito em um plano abaixo dos interesses político-financeiros sob os auspícios dos tribunais, que reconhecem a admissibilidade legal de argumentos econômicos e financeiros que sujeitam os seres humanos e os situam no centro de um desenvolvimento econômico incontrolável que os condena à morte.

À luz de Terrier (2011), é plausível supor que a Kinross consegue impor seus objetivos no município apenas pela via da ilegalidade. Uma suposição tal reverbera o posicionamento de Boaventura Souza Santos (2008) de que na sociologia dos tribunais predomina um debate sobre o direito visto como instrumento de dominação econômica e política; que reflete interesses particulares da classe dominante. Com efeito, cientistas políticos desmentiram a ideia convencional da administração da justiça como função neutra; de que a sentença do juiz faz justiça acima dos interesses das partes. Seus estudos revelam haver tendências ideológicas no solo da magistratura; por exemplo, a justiça civil seria cara para cidadãos em geral e mais onerosa para cidadãos economicamente frágeis. Dito de outro modo, uma maioria — a população mais pobre — seria protagonista em ações de valor menor, nas quais a justiça é proporcionalmente mais cara. Além disso, a lentidão dos

processos pode ser convertida em custo economicamente adicional, que, em proporção, seria maior para cidadãos de menos recursos financeiros (SANTOS, 2008). Ainda nessa lógica, a distância entre os cidadãos e administração da justiça seria maior à medida que fosse mais baixo seu estrato social. Subjacentes a essa distância estariam fatores não só econômicos, mas também sociais e culturais.

A discriminação social no acesso à justiça é um fenômeno muito mais complexo do que à primeira vista pode parecer. Além das condicionantes econômicas — sempre mais óbvias —, há condicionantes sociais e culturais resultantes de processos de socialização e interiorização de valores dominantes muito difíceis de transformar (SANTOS, 2008). Nos últimos anos — diz Santos (2008, p. 178) —, a promulgação de leis pretendeu convergir para os interesses sociais das classes trabalhadoras e os interesses emergentes em segurança social e qualidade de vida; mas têm permanecido como letra morta. É como se quanto mais dada lei proteger os interesses dos pobres, maiores serão as probabilidades de não ser aplicada. Assim, a luta democrática pelo direito deve ser uma luta pela aplicação do direito vigente e mediante interpretação inovadora da lei para obter novas proteções para os interesses sociais até agora menos protegidos.

Essas observações dão uma medida de nossa inserção em um ambiente dualístico no qual predominam ações que refletem o confronto entre dominação e dominados, exploração e explorado, destruição da natureza e vivência ecologizada. Caso se possa dizer que essa dualidade entre opressores e oprimidos atravessa a história humana, então se pode dizer que na era capitalista os donos do capital se posicionaram acima dos fatores bióticos e abióticos: numa posição de controle absoluto do ecossistema. Contribui para esse posicionamento um Estado cujo sistema judiciário está a serviço não da democracia e do ordenamento social, mas de uma economia nacional e transnacional controlada por uma minoria.

Representante local desse Estado, a prefeitura de Paracatu exemplifica essa dualidade minoria–maioria no contexto do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Conforme descreve a FJP (2011), a responsabilidade desse serviço na totalidade da sede municipal cabe à administração pública, mas coleta diária de resíduos sólidos chega a apenas a 6% da população; para 94% a coleta ocorre em dias alternados, às vezes a cada três dias. Os resíduos sólidos são dispostos em um aterro controlado e operado pela prefeitura e onde são cobertos diariamente; o município conta com uma coleta seletiva realizada por 27 catadores organizados em associação que juntam mais de 630 toneladas por ano. Resíduos dos serviços de saúde são coletados em veículo

exclusivo; somam 57 toneladas anuais, dispostas em valas específicas no aterro. Resíduos produzidos pela construção e demolição geram quase 15 mil toneladas anualmente, ou seja, 50% do total de resíduos gerados; além da prefeitura, operadores da iniciativa privada fazem a coleta; igualmente, vão para o aterro (FJP, 2011).

1.2.2 Recursos hídricos

Diferentemente da limpeza urbana e dos resíduos sólidos, a prefeitura não coleta 100% do esgoto sanitário. Como sistema de esgotamento, o município tem redes coletoras que somam 224 quilômetros, insuficientes para fazer desaparecer quase duas mil fossas antigas, mesmo em imóveis no Centro da cidade. A população atendida soma 64.377 habitantes, com índice de atendimento de 79% (FJP, 2011). Ao todo há quase 19 mil ligações de esgoto e 21 mil ligações de água. As redes conduzem os despejos para interceptores às margens dos córregos Rico, Pobre e Babão e, então, para o destino final: a estação de tratamento de esgotos (ETE) às margens do córrego Rico. Ainda assim, segundo afirma a JFP (2011), este córrego e os córregos Rico, Pobre e São Pedro — onde há captação para consumo humano — enfrentam processos de poluição e degradação por esgotos e outros efluentes. No caso do córrego Rico, a poluição e contaminação resultam ainda de ciclos longos e intensos de mineração e garimpo com mercúrio. Em 2000, os índices de qualidade já estavam baixos por conta da presença desse elemento e metais pesados. Da qualidade da água dos ribeirões Santa Isabel e Santa Bárbara pouco se sabe; informações oficiais não têm sido divulgadas, conforme relata a FJP (2011).

Dois importantes cursos d'água do município — cujos recursos hídricos apresentam baixa sustentabilidade natural em quase 53% do território e sustentabilidade média em 48% — tiveram contaminação por fenóis. Compostos orgânicos tóxicos aos organismos aquáticos, os fenóis têm como fontes os esgotos domésticos e a degradação microbiológica de pesticidas. Sua incidência maior ocorreu na bacia do córrego Rico (FJP, 2011). Também teria havido contaminação hídrica com fosfato; cujo nível estava disforme do parâmetro padrão legal (58,6% das amostras com violações) em 210 análises. O fenômeno decorre da fertilização dos solos em toda a bacia hidrográfica. A situação é grave porque o fosfato é o nutriente mais importante na eutrofização⁵ dos corpos hídricos: a proliferação de algas, o aumento da

⁵ Em ecologia, eutrofização — também eutroficação — designa o fenômeno causado pelo excesso de nutrientes numa massa de água que aumenta excessivamente as algas, que, por sua vez, fomentam o desenvolvimento dos consumidores primários e eventualmente de outros elementos da teia alimentar nesse ecossistema. Esse aumento da biomassa tende a diminuir o oxigênio dissolvido, ou seja, tende a levar à morte — logo, à decomposição — muitos organismos, diminuindo a qualidade da água e eventualmente alterando profundamente o ecossistema.

demanda bioquímica por oxigênio (DBO) e a conseqüente morte súbita e generalizada no ambiente aquático.

O zoneamento econômico-ecológico indica comprometimento total da água superficial disponível no espaço territorial do município; e o quadro atual de usuários sinaliza a existência de conflitos pelo uso, que impõem um desafio à gestão dos recursos hídricos: como se trata de região com taxa de crescimento econômico elevada, ocorre pressão pelo aumento da demanda, sobretudo para irrigação. Agentes de setores econômicos em que se desconhecem a realidade acreditam que há disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas suficiente para irrigar, o que tem provocado pressão intensa pela ampliação do volume a ser usado em culturas agrícolas. Segundo a FJP (2011), na água subterrânea se observa um nível de comprometimento médio, produzido, sobretudo, pelo abastecimento de sistemas irrigadores na região. Essa utilização exaustiva da água está prejudicando as veredas e lagoas marginais aos cursos d'água, definidas como áreas de proteção ambiental pelo Código Florestal e componentes de áreas de preservação permanentes.

Águas usadas no abastecimento urbano vêm de dois mananciais: um superficial — o denominado sistema Santa Isabel, cuja captação dista 15 quilômetros da cidade; um subterrâneo — o chamado sistema Santana (oito poços, mais dois de reserva). O sistema misto capta 25% em água subterrânea e 75% em água superficial. A produção soma quase quatro milhões de metros cúbicos por ano. Projetado no início dos anos 90, o sistema atual foi concluído na obra de captação no ribeirão Santa Isabel, em 1999, com alcance operacional previsto para até 2012. O tratamento é feito em uma ETE convencional, com capacidade para 144 litros por segundo e que funciona em regime contínuo. A distribuição de água tratada à população recorre a uma rede de 248 quilômetros, com um de atendimento que chega a 98% da população.

Levantamentos da FJP (2011) na agência da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) em Paracatu mostraram que a qualidade da água distribuída à população segue à risca a portaria 518 do Ministério da Saúde e que as análises são frequentes. Igualmente, permitem afirmar a previsão não só de ampliação do abastecimento mediante a implantação de uma segunda ETE no sistema Santa Isabel, mas também de reversão da bacia do rio Escuro para esse sistema. Destaca-se a preocupação com o abastecimento futuro considerando as atividades mineradoras e da agricultura, isto é, um modelo de uso intensivo da água. O crescimento da demanda chega à média de 150 a 200 novos hidrômetros por mês, equivalentes à demanda de cidades como Patos de Minas (MG), cuja população supera em

duas vezes a de Paracatu. Esse crescimento deve se manter por algum tempo por causa da expansão da mineradora RPM, da Kinross.

A captação das águas pluviais na sede municipal se vale de um sistema constituído de redes tubulares, galerias subterrâneas e drenagem superficial (sarjetas, bocas de lobo, poços de visita) que conduzem a água de chuvas para lançamento nos córregos e riachos do perímetro urbano. A limpeza das 200 bocas de lobo ocorre, sazonalmente, em maio e outubro (período de estiagem). Depois vem a capina para prevenir eventuais alagamentos por causa de obstrução. Há a recomendação para dedetizá-las e desratizá-las após sua limpeza como medida preventiva à saúde da população, mas esses serviços não são elaborados. Os resíduos provenientes da limpeza são coletados e destinados ao aterro (FJP, 2011).

Como uma parte pequena do esgoto recebe tratamento — ou seja, uma parte grande é despejada “in natura” nos solos, rios, córregos e nascentes —, a inexistência de saneamento ambiental responde por quase 80% das doenças e 65% das internações hospitalares. O Rasgão do Mestre Campos, antigo aqueduto construído pelo português Mestre Campos para levar água à cidade, começa nas proximidades do Hospital Municipal, atravessa a cidade e deságua no córrego Rico, entre os bairros Santana e Arraial D’Angola. Nesse rasgão, a incidência de esgoto clandestino doméstico é comum; grotas como a de Vila Mariana, Novo Horizonte, JK, Nossa Senhora de Fátima, Bela Vista II, atrás da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu (COOPERVAP) e outras não têm nenhum tipo de saneamento. Também no córrego das Thermas, que começa no antigo Beco do Chafariz e conflui para o córrego Pobre nas proximidades do Colégio Dom Elizeu, existe incidência de esgotos clandestinos; igualmente, o córrego Pobre, com nascentes nos bairros Alto do Açude, JK e Vista Alegre, com foz entre os bairros Vila Mariana e Santana e 13,5 quilômetros de extensão, encontra-se totalmente degradado. Com sua foz no rio Paracatu, nascentes na região de Machadinho/Bandeirinha e na antiga praia dos Macacos e extensão de quase 50 quilômetros, também o córrego Rico recebe esgotos sanitários “in natura” em vários pontos de seu percurso na área urbana: uma faixa de 5,5 quilômetros entre a BR-040 e a MG-188 (FJP, 2011).

1.2.3 *Preservação e conservação do ecossistema*

Se os córregos expostos ao esgoto sanitário são importantes à manutenção dos recursos hídricos, a sustentabilidade ambiental é central para manutenção das funções e dos componentes dos ecossistemas — a capacidade que tem o ambiente natural de manter as condições de vida humana, a vida de outros seres vivos e como fonte de energias renováveis; isto é, para a preservação de ecossistemas e a sobrevivência das espécies e dos recursos

naturais como um todo. E um elemento vital para alcançá-la reside na porção da superfície destinada à proteção de áreas. Não por acaso, a proporção de áreas protegidas aumenta sistematicamente em todo o mundo (FJP, 2011). Mas em Paracatu as unidades de conservação ocupam superfície equivalente a 0,5% do território municipal. Noutras palavras, a situação é desfavorável.

Cinquenta por cento da área municipal localizada no centro do município exige tratamento especial em relação à conservação por causa das atividades econômicas dos segmentos agropecuário — cultivo de soja, milho, feijão e outras culturas temporárias, além de culturas permanentes como silvicultura e pastagens naturais e plantadas. Essas áreas estão sobre pressão antrópica intensa, em que o aumento descuidado da atividade humana provoca perdas de recursos biológicos (FJP, 2011). A figura a seguir, extraída do zoneamento ecológico-econômico, indica áreas de degradação ambiental alta e muito alta que devem ser prioritárias em planos de recuperação. Uma leitura superficial indica que todo o município demanda preservação e conservação do ecossistema, tal é o grau de vulnerabilidade (FJP, 2011).

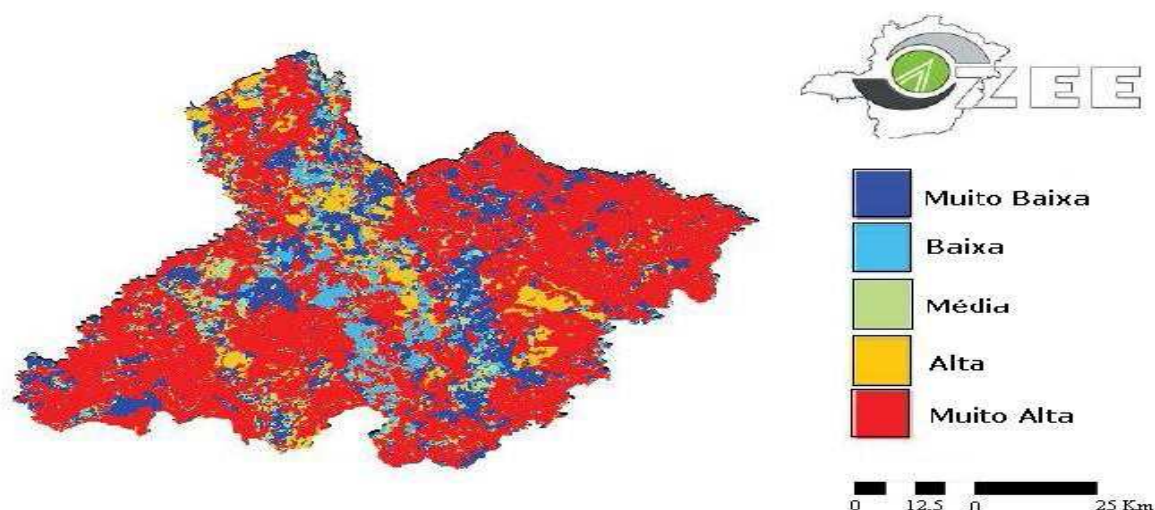


FIGURA 3 – Escala de vulnerabilidade ambiental no município de Paracatu, MG
Fonte: MG, 2011.

Um avanço expressivo para habilitar o município a alcançar metas globais de preservação e conservação foi a criação, pelo decreto 45.567, de 22/3/2011, do Parque Estadual de Paracatu, cuja área chega a mais de 63,4 mil hectares. O parque inclui a área de

proteção especial Santa Isabel e Espalha, que protege os recursos hídricos na região. O próximo passo a ser dado — e com urgência — é a definição dos planos de manejo dessas áreas para torná-las unidades de conservação efetivas (FJP, 2011).

1.3 Últimas considerações

Esse cenário apresentado — que vai, por exemplo, da criação de um parque à exploração mineradora a 350 metros de profundidade — evidencia uma condição de degradação socioambiental do presente. Em um passado que remonta aos anos 50, Paracatu era uma região marcada pela abundância de riachos e rios caudalosos, por chuvas constantes e mata abundante, por florestas virgens de fauna e flora diversificadas e intactas. Relatos de pessoas idosas da cidade — que resultaram no livro *Vidas vividas em Paracatu*⁶ — deixam entrever a riqueza ambiental de um passado bucólico, como relembra um morador: “A gente pescava muito e tirava muito peixe no [córrego] São Domingos. Hoje não tem nada. Era mais fácil comer, plantava no quintal, caçava no mato e pescava no rio” (SOUZA, 1999, p. 23). Outro morador se refere à água bebida diretamente nos córregos: “[...] naquele tempo tinha muitos riachos e com água pura.⁷ Cada casa tinha a sua cisterna e prá lavar a roupa era lá na praia do Santana” (p. 45). Outro destaca a flora e fauna da região: era uma “[...] verdadeira

⁶ O livro resulta de entrevistas com moradores (mais antigos) feitas para uma pesquisa desenvolvida, em 1999, pelo Instituto de Pesquisa do Noroeste Mineiro, do qual sou diretora.

⁷ A descrição da vida no passado da cidade de Paracatu faz lembrar uma crônica Rubens Alves, psicanalista, educador e teólogo brasileiro que escreve sobre religião, educação e existência, assim como escreve livros infantis. Em “A mina d’água”, ele se dirige a suas netas dizendo que “[...] o mundo de quando eu era criança era tão diferente do mundo em que vocês e eu vivemos agora que parece que ele aconteceu há muito, muito tempo mesmo, no tempo daquelas estórias antigas que começavam sempre assim: ‘Era uma vez, numa terra distante, há muito tempo atrás’. [...] No meu mundo a gente vivia perto do nascimento das coisas. Vou explicar. Veja o caso do fogo, sobre que já falamos. Na minha infância o fogo tinha que renascer a cada manhã. Ele nunca estava pronto. A dona de casa que, de manhã, tirava as brasas de sob a cinza e arranjava os paus, os gravetos, os pauzinhos e o capim em volta e sobre as brasas estavam fazendo o fogo nascer. [...] Quando isso acontecia era uma alegria. O fogo nascia porque ela sabia fazê-lo nascer! Ela conhecia os seus segredos! Aquela mulher era uma parteira do fogo. Nas casas de hoje o fogo já aparece pronto. [...] A gente torce um botão e aperta outro: o fogão a gás se acende. Basta apertar um botão do isqueiro para que o fogo apareça. [...] A gente nunca vê o fogo sendo parido pela arte de uma pessoa. [...] E a água? A água, nas nossas casas, não tem mistério. A gente abre a torneira e a água sai. Olhem agora, a minha casa de pau-a-pique e fogão de lenha: onde estão as torneiras? Não há torneiras. [...] Se a gente quisesse ter água a gente tinha de ir até o lugar onde a água nascia! Pois a água nasce! Nasce de dentro da terra. [...] A água é o sangue da terra. É a água que faz a terra viver. [...] Na mina a gente vê a água saindo de dentro da terra. Na mina a gente vê a água nascendo. Vocês já viram uma mina? Já viram a água nascendo? Não. Vocês nunca viram a água nascendo. O que vocês vêem é a água saindo da torneira, a água dentro da garrafa. Água sem mistério! Porque quando a gente olha para a mina, e vê a água saindo de dentro da terra, a gente sente que está diante de um milagre. Se vocês quiserem ver um milagre acontecendo, tratem de procurar uma mina. [...] À volta da mina tudo é vida, tudo é verde. Terra e água fazem vida. Crescem as avencas, crescem samambaias, crescem plantas de todos os tipos. E se a gente está com sede, é só fazer as mãos em concha, mergulhar na água da mina, pegar a água e beber. É impossível beber água numa mina sem ter pensamentos de gratidão por haver na natureza coisa tão bela. [...] É preciso que vocês dêem um jeito de conhecer uma mina. Eu juro: uma mina é uma coisa mais maravilhosa que tudo aquilo que vocês possam ver num Play Center. A água nascendo. A vida nascendo, a natureza nascendo. “Pois, se vocês não o sabem, é nas minas que a natureza nasce” (ALVES, 2001: Caderno C).

floresta, tinha jatobá de toda grossura e tamanho, tinha também jacarandá, caixeta e cangerona. Na mata você topava com anta, veado, catitu e porco do mato” (p. 138). Entrevistas de 2009 reunidas no livro *Os negros de Paracatu* deixam entrever saberes do cotidiano: pela observação fundada em um imaginário que reitera um ambiente não só quase não intocado — “O banho era tomado no córrego que possuía água limpinha e era muita água” —, mas também sujeito a soluções da vida urbana — “o esgoto aqui não tinha. Nos quintais das casas tinha a fossa” (SOUZA; OLIVEIRA, 2009, p. 56). Além de abundância de recursos naturais e de um uso para necessidades elementares — o banho —, o passado desse cenário deixa entrever os momentos em que viver nessa terra significou lutar por ela. Antes do uso exploratório dos recursos hídricos, antes de a água se tornar objeto de legislação e controle, antes de a possibilidade de conflitos se tornar plausível —, Paracatu (MG) fora palco de lutas cujas conquistas — lotes em assentamentos — tiveram, têm e podem ter mais impactos no meio ambiente.

Reforma agrária no noroeste de Minas Gerais

De 1500 a 1822, a estrutura agrária do Brasil foi definida pelo controle da terra, a cargo de uma minoria proprietária (PRADO JÚNIOR, 1970). Logo, a economia foi caracterizada como essencialmente agrícola, monocultora, dependente da mão de obra escrava e dominada por grandes propriedades de terra; isto é, por poucos proprietários. Após a independência, por quase três décadas homens livres ocuparam terras devolutas, embora isso tenha alterado pouco a estrutura agrária. Em 1850, a aprovação da Lei de Terras — lei 601 — favoreceu a consolidação da grande propriedade rural voltada à exportação ao prescrever a aquisição de terras apenas pela compra — e por preços elevados (SILVA, 1996) — a fim de estimular o progresso econômico e a abertura social (DOLHNIKOFF, 1998, p. 371).

Na primeira República (1889–1930), a oligarquia cafeeira dominou o setor agrário, enquanto imigrantes europeus e japoneses proporcionaram a mão de obra agrícola principal. Houve aumento do número de propriedades e proprietários, mas sem que isso alterasse profundamente a estrutura fundiária. Igualmente, a Revolução de 1930, que abriria caminho para dismantelar essa oligarquia, estimular o processo de industrialização e introduzir a legislação trabalhista, interveio pouco.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o ritmo do processo de industrialização acelerou, assim como se intensificou a urbanização, graças ao êxodo campo–cidade,

certamente motivado pela promessa de trabalho mais remunerativo e condições de vida menos insalubres. Nesse contexto, a questão agrária começou a se projetar, mas nenhum projeto de lei de reforma agrária havia sido aprovado. No fim da década de 50, início dos anos 60, aumentaram os debates sobre o tema, reforçados pela participação popular em prol de mudanças estruturais.

Em 1961, João Goulart assumiu a presidência da República, com um governo (1961–4) que pretendeu fazer reformas nos setores educacional, tributário, urbano, político e agrário; assim com impor mais rigor no controle das remessas de lucros ao exterior. Grupos sociais de estratificação diversa — classe média, classe trabalhadora e classe empresarial nacionalista — apoiavam o movimento reformista. De feição progressista, este procurava uma maneira de implantar reformas de base. As ideias mobilizaram grande parcela do povo, que se entusiasmou com os planos do presidente de consolidar uma sociedade mais igualitária (SILVA, 1971). Em 13 de março de 1964, em comício na Central do Brasil, como informa Silva (1971), João Goulart divulgou o decreto da reforma agrária, incluída nas reformas de base. Pelo decreto, seriam desapropriadas propriedades rurais superiores a 500 hectares marginais às estradas federais numa faixa de dez quilômetros; também seriam desapropriadas, para fins de reforma agrária, áreas superiores a 30 hectares marginais aos açudes e a obras de irrigação financiadas pelo governo federal; enfim, haveria desapropriação e encampação de refinarias privadas em favor da Petrobras.

Às metas propostas por João Goulart — ou seja, às reformas, sobretudo a reforma agrária — opuseram-se os militares, cujo descontentamento culminou no golpe de 31 de março de 1964, que impôs um governo ditador. Em 10 de novembro, uma emenda constitucional permitiu à União desapropriar por motivações sociais, porém mediante pagamento de indenização prévia e justa com títulos especiais da dívida pública. No dia 30, foi sancionada a lei 4.504, que dispunha sobre o estatuto da terra; ao mesmo tempo, eram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Com isso, o país passou a ter aparato jurídico-institucional para iniciar um programa nacional de reforma agrária (SILVA, 1971). Em 1970, esses órgãos deram lugar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No dizer de Dreifuss (1981), o modelo de reforma agrária adotado pelo governo priorizava a “colonização” de terras devolutas em regiões remotas, a exemplo de trajetos ao longo da rodovia Transamazônica. A intenção era “exportar excedentes populacionais” e favorecer a integração do território como ação estratégica. A colonização nessa região se mostrou inadequada; centenas de famílias ficaram abandonadas, isoladas em um ambiente

inóspito e condenadas a cultivar terras que se revelaram impróprias ao uso agrícola. Problemas sociais no meio rural como esse se agravariam a ponto de, no começo da década de 80, tomar corpo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizado em torno de três objetivos-chave: lutar pela terra, lutar por reforma agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

A pressão social exemplificada pelo surgimento do MST culminaria na queda do governo ditador. Em 1985, a presidência da República voltou a ser ocupada por um civil: José Sarney, que fora eleito como vice-presidente de Tancredo Neves, acometido por uma doença que o matou antes de tomar posse. O governo Sarney pretendeu assentar 1,4 milhão de famílias em cinco anos; mas a meta não foi além de 10%.

O governo seguinte, de Fernando Collor de Melo (1990–2), baixou a meta para 500 mil famílias; mas não houve desapropriação para fins de reforma agrária (AMSTDDEN, 1992). Os projetos retornaram no governo de Itamar Franco (1992–4), curiosamente, outro vice que assumiu a presidência, após o *impeachment* de Collor. Com uma meta mais tímida se comparada à dos predecessores — 80 mil famílias —, Franco resgatou o processo de desapropriação e assentamento, mas foi capaz de assentar menos da metade da meta, ou seja, 23 mil famílias.

Comprometido não só com aumento da produção agrícola, mas também com a geração de empregos produtivos e rentáveis para quem buscava sustento em áreas rurais, Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência para governar de 1995 a 2002. Com esses objetivos para seu programa de reforma agrária, definiu sua meta de assentamento em 280 mil famílias (MATTEI, 2012, p. 305–6) nos quatro anos de seu primeiro mandato (1995–8); diferentemente, no segundo mandato (1999–2002) seu programa agrário não estipulou meta.

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito presidente da República, cargo que assumiu com a expectativa de reverter os quadros de desigualdade, miséria e fome. A meta de seu governo era assentar, até 2006, a média 400 mil famílias, regularizar a posse da terra de outras 500 e beneficiar 150 mil com assistência de créditos governamentais (BRASIL, 2006). Em seu segundo mandato (2008–10), o governo passou a considerar a reforma agrária como política para desenvolver o meio rural com base na desapropriação de terras improdutivas, na produção de alimentos para combater a pobreza e na recuperação dos assentamentos com infraestrutura social, econômica, assistência técnica e créditos agrícolas (PROGRAMA AGRÁRIO DA CAMPANHA PRESIDENCIAL DO PT, 2002).

Esse histórico breve mostra que, a partir de 1985, houve mais comprometimento do governo federal com a reforma agrária; isto é, que houve uma evolução quantitativa de famílias assentadas: de 142 mil durante os governos Sarney (1985–90), Collor (1990–2) e Itamar (1992–4) para 280 mil no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), 614 mil no governo de Luiz Inácio Lula (2003–10) e, enfim, 75 mil famílias no governo Dilma Rousseff (2011–3), conforme dados do INCRA (MONTE, 2013).

2.1 Ocupação de terras no noroeste mineiro

Esses antecedentes se replicam no noroeste de Minas Gerais, onde a ocupação de terras remonta ao século XVI. Em grande medida, o rio São Francisco e seus afluentes influenciaram a ocupação e exploração da terra porque integravam o noroeste a centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (FERREIRA NETO, 2001). O processo de ocupação foi marcado por dois fluxos de migração: um de vaqueiros conduzindo gado do norte que, aos poucos, estabeleceram-se na região; outro de bandeirantes paulistas. Os primeiros habitantes ocuparam grandes extensões de terra inexplorada, o que lhes permitiu constituir fazendas de criação de gado, isto é, de estimular uma economia movida pela pecuária extensiva. Muitas famílias de proprietários derivaram de vaqueiros que, por motivos diversos — seja a comercialização ou a política —, conseguiram fazer fortunas em gado. Daí que sua presença — segundo Mata-Machado (1991, p. 168) — é um dado fundamental para compreender a história da realidade agrária do noroeste.

Com efeito, muitos municípios se constituíram entre as fazendas. Com isso, tiveram um desenvolvimento marcado pela reprodução de características e relações políticas, econômicas e sociais associáveis com o latifúndio (FERREIRA NETO, 1993), sobretudo o coronelismo e o clientelismo; logo, marcado também pelas lutas sociais. Formavam a sociedade de então os proprietários, os vaqueiros, os camaradas e os agregados — estes últimos predominaram. A fala de Raimundo Campolina Diniz (2000, p. 137),⁸ que era um dos maiores latifundiários do noroeste, dá uma medida do processo de ocupação e exploração. Ao rememorar o passado, ele relatou sua chegada à fazenda em 16 de abril 1949, dizendo que dormiu sob uma gameleira velha. Usando enxada e enxadão, em três meses — segundo ele — construiu uma casa e, na frente, uma pista de pouso. Quando ficou pronta a pista, “[eu] trouxe toda a minha família de avião. O avião era de Jacy Martins [amigo de Campolina]. Para cercar a fazenda, comprou

⁸ Em 2000, entrevistamos ex-coronéis do noroeste de Minas a fim de escrever uma história da região, que foi materializada no livro *Vidas vividas de Arinos*. A entrevista com Raimundo Campolina ocorreu em 21 de maio.

[...] o arame lá em Belo Horizonte. O arame foi de Belo Horizonte à Pirapora pela estrada de ferro. De Pirapora a São Romão foi de vapor e de São Romão até aqui na fazenda foi no carro de boi. [...] Cerquei toda a fazenda de arame, antes disto não tinha nenhuma fazenda cercada no Vale do Urucuia. Levei três anos para fechar toda fazenda. A fazenda era de cerrado natural e mata. O capim era também natural, chamado de capim raiz. Aqui tinha onça, lobo e muitos outros bichos. (DINIZ, 2000, p. 137).

No processo de exploração da terra, diz o entrevistado,

Derrubei a mata e plantei lavoura. Era a lavoura que ia abrindo a fazenda. Depois de dois anos de lavoura, plantava o capim colonhão [colonião]. Assim fui abrindo envernada [pastagem]. Coloquei engenho de cana tocado à água, moinho de fubá, cerraria movida a água, coloquei uma usina de luz lá no córrego. Esta usina fornecia luz para a casa, energia para o rádio e geladeira. Não existia luz em [cidades como] Unaí, Arinos e Buritis, aqui em casa já tinha luz. A geladeira eu comprei lá em Belo Horizonte e trouxe de carro de boi. (DINIZ, 2000, p. 137).

Construir seu patrimônio pressupôs lidar com um contexto político de conservadorismo e mando:

Aqui tinha o chefe político Francisco Fernandes Valadares, que chegou a ser prefeito, mas não queria o progresso. Falava que com o progresso ele perderia a hegemonia na região. Não queria o DER, não queria o asfalto e também não queria telefone na região. Ele não queria nada de progresso, só queria mandar. (DINIZ, 2000, p. 138).

Com o passar do tempo, houve transformações. Raimundo comprou maquinário que lhe deu autonomia para dispensar meeiros, que se deslocaram para a cidade de Arinos. Enquanto o roçado do pasto com a foice demandava a mão de obra de 22 homens durante a seca, com a máquina (mais dois ou três homens) roçava tudo em 15 dias. Noutros termos, a tecnologia trouxe desemprego; expulsou do campo quem dispunha basicamente da força física para ocupar vagas de emprego.

O INCRA havia comprado a fazenda de Raimundo Campolina para assentar famílias de sem-terra. “Depois de cinquenta e um anos, estou deixando a terra onde criei toda minha família. [...] Agora estou indo embora” — disse (DINIZ, 2000, p. 139).

2.2 Primeiras ocupações em Paracatu

Uma compreensão das primeiras ocupações no município de Paracatu pode se valer de Grisotto (2003). Segundo esse autor, a partir da década de 70, parte das fazendas de gado se transforma em fazendas de produção agrícola de grande escala, isto é, voltada à exportação.

Nas fazendas de gado, as relações trabalhistas, por tradição, envolviam proprietários e agregados. Com a mudança, grande parte da mão de obra foi dispensada, isto é, não aproveitada nas propriedades agrícolas mecanizadas, onde passou a predominar a mão de obra temporária.

O desemprego levou à formação de uma massa de trabalhadores rurais que rumou para cidade — a periferia —, acirrando os conflitos em torno da luta pela terra. Em 1985, um grupo desses trabalhadores iniciou o movimento que redundou na criação do sindicato dos trabalhadores rurais, em 1988. Presidente do sindicato, Eliane Aparecida Ribeiro da Silva passou a objetivar, sobretudo, à organização dos trabalhadores rurais para ocupar fazendas. Para tanto, a liderança sindical buscou identificar áreas improdutivas visando à desapropriação. À época, um grupo de doze famílias sem envolvimento com o sindicato se organizou e ocupou uma dessas áreas: a fazenda Bom Jesus, a 90 quilômetros de Paracatu. Dias depois da ocupação, vieram o mandado de despejo e a força policial para desocupá-la, visto que os trabalhadores rurais tentaram resistir.

A desocupação desarticulou o sindicato. Para rearticulá-lo houve nova eleição, em 1992, que renovaria o quadro dirigente. Ante a ação de opositores — polícia e fazendeiros — que pretendiam desarticular todas as atividades do sindicato, as reuniões sindicais ocorriam em bairros periféricos, alternando as casas para evitar confrontos. Em 1993, o polo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) se transfere de João Pinheiro para Paracatu, onde inicia uma nova fase e, com o sindicato dos trabalhadores rurais, um projeto de conscientização mediante reuniões nos bairros da periferia nas quais discutiam a reforma agrária e cadastravam trabalhadores rurais sem-terra. Ao mesmo tempo, houve levantamento de áreas improdutivas no município a ser encaminhado ao INCRA para avaliação e posterior vistoria. Em Paracatu, o polo da FETAEMG passou a ser protagonista não só no processo de organização dos trabalhadores rurais, mas também na implementação de assentamentos na região durante toda a década de 90 — cabe frisar.

A partir de 1994, conflitos envolvendo trabalhadores rurais sem-terra e latifundiários se intensificaram a ponto de iniciar um processo de ocupação de fazendas improdutivas. A primeira experiência de ocupação ocorreu em 3 de setembro de 1995. Apoiadas pelo sindicato rural e pela FETAEMG, 37 famílias ocuparam 5.209,96 hectares da fazenda Lagoa Rica. Haviam se mudado para a sede municipal — onde viviam em condições precárias — esgotarem-se as oportunidades de permanência no campo, onde viviam na condição de agregado, meeiro, parceiro, arrendatário ou de ex-pequeno proprietário. A cerca de 20 quilômetros de Paracatu, próximo da rodovia MG-118, entre esta cidade e Unaí, a fazenda

tinha abundância de água e solo fértil. Pertencia a um empresário paulista não residente no município que só raramente a visitava. À época, residiam na propriedade o administrador e cinco agregados. As terras não eram usadas para produção agrícola, embora criassem gado em pequena escala. Relatos de moradores da região cogitam que o objetivo do proprietário era construir uma comunidade espírita que receberia o nome de Jesualda. Como o projeto não foi executado, a fazenda se tornou improdutiva.

Subjacente à decisão de ocupar a Lagoa Rica havia não só o trabalho de discussão e conscientização acerca da reforma agrária, mas também a união sindicato–FETAEMG e as ocupações noutros municípios do noroeste, que encorajaram os trabalhadores rurais de Paracatu. A ocupação efetiva foi organizada pela presidente do sindicato dos trabalhadores, que arrumou um ônibus para levar o pessoal. Como em Paracatu ninguém queria se envolver com a ocupação de terras temendo a repressão policial, foi preciso dizer ao motorista do ônibus que os trabalhadores haviam sido contratados como boias-frias para arrancar feijão em localidade perto da fazenda cujo acesso pressupunha atravessá-la; e que precisavam sair tarde da noite, pois o trabalho começaria de madrugada. Nas palavras da presidente do sindicato,

Apanhávamos o pessoal em pontos anteriormente marcados e fingíamos que estávamos recolhendo bóias-frias para trabalharem nas fazendas. Tivemos tanto azar, que erramos o caminho, e o ônibus quebrou. Mas carregamos o pessoal a madrugada inteira e conseguimos ocupar a fazenda. O proprietário somente descobriu depois de quatro dias que estávamos acampados na fazenda. (SILVA, 2014, entrevista).

Uma vez na fazenda, a presidente do sindicato mandou o ônibus parar e disse ao motorista: “Moço, sabe o que acaba de acontecer em Paracatu? Acaba de acontecer o começo de uma reforma agrária” (SILVA, 2014, entrevista). Os trabalhadores desceram do ônibus e ocuparam a fazenda. O motorista foi embora e, com receio das represálias, escondeu-se durante alguns dias.

A polícia cercou a região e não deixava ninguém entrar ou sair. Os acampados ficaram sem alimento e agasalho. O carro da diocese de Paracatu conseguiu entrar para levar alimento e recursos necessários à manutenção do acampamento. Não fosse isso, todos teriam de abandonar o acampamento. A vigilância dos policiais não impediu os representantes sindicais de furar o cerco e contatar os acampados para tranquilizá-los. Em 8 de setembro de 1995, cinco dias após a ocupação, foi expedido o mandado de reintegração de posse.

Os trabalhadores desocuparam a fazenda sem confronto e acamparam à beira da rodovia MG-118, ao lado da entrada principal da fazenda Lagoa Rica, onde ficariam por

quatro meses. Enfrentaram o preconceito da maioria dos habitantes da cidade de Paracatu, que os viam como baderneiros e ladrões de terra. Alheio à situação, o poder municipal não forneceu nem mesmo água potável aos acampados. O administrador da fazenda ordenou que os agregados vigiassem intensamente a área da fazenda, enquanto o efetivo policial foi reforçado para vigiar as barracas. Muitos acampados foram indiciados por formação de quadrilha.

O sindicato e o polo da FETAEMG continuaram a intermediar o diálogo entre trabalhadores rurais sem-terra e instâncias governamentais. Mas, ante a inércia do governo, os acampados reocuparam a fazenda, em 10 de janeiro de 1996; dessa vez, reforçados por trabalhadores rurais sem-terra da cidade de Unaí. Para dificultar ação policial, dividiram-se em grupos numerosos de dez famílias, dos quais cada qual ocupou uma parte da propriedade. Em 8 de fevereiro 1996, o decreto de desapropriação da fazenda foi assinado. Com isso, os acampados passaram a ser assentados e não esperaram o projeto de assentamento do INCRA para dividir os mais de 5,2 mil hectares entre eles.

Dividiram a fazenda considerando o grupo dos pioneiros, o grupo dos que trabalhavam na cidade e contribuía com alimentos e o grupo formado pós-desapropriação. Igualmente, os lotes foram qualificados, no quesito infraestrutura, em três categorias: os melhores — tinham benfeitorias, água e condições de receber energia elétrica no futuro —, os intermediários e os piores. Entre os pioneiros — grupo que incluía as 37 famílias da primeira ocupação, líderes do movimento — foram sorteados os lotes melhores; ao segundo grupo foram sorteados os intermediários; para o terceiro, lotes inferiores. Das cinco famílias de agregados residentes na fazenda, duas foram assentadas, pois se aliaram aos trabalhadores no período do acampamento. Cada uma das 111 famílias assentadas assumiu um lote de 10 mil metros quadrados; o critério de divisão foi o da corda, isto é, uma medida de cem metros: uma corda à frente, uma corda para o lado esquerdo, uma corda para o lado direito e uma corda nos fundos formavam um lote.

Os trabalhadores desconheciam que, nos assentamentos, uma área deve ser reserva florestal coletiva, assim como que deve haver áreas destinadas ao uso coletivo e que os lotes não seriam divididos em tamanhos iguais. Com efeito, o INCRA prescreve que os lotes devem ser divididos segundo a qualidade da terra e as benfeitorias; ou seja, lotes onde há água devem ser menores do que aqueles em que não há. Passados cinco meses da publicação do decreto de desapropriação, técnicos desse instituto foram à fazenda desapropriada a fim de implantar o plano de desenvolvimento sustentável do assentamento (PDA). Redistribuíram lotes. Aumentaram e diminuíram lotes conforme a infraestrutura existente — a dimensão de

cada um passou a variar de 36 hectares a 60 hectares. Deslocaram assentados de um lote para outro. Resolverem problemas surgidos com a primeira divisão. Para que os assentamentos recebam créditos, o INCRA exige a criação de associação. No caso do assentamento Nova Lagoa Rica, sua associação foi fundada em 11 de novembro de 1996, com 111 associados.

Após o parcelamento definitivo da área do assentamento, as famílias receberam apoio do projeto Lumiar, criado pelo Ministério da Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário para capacitar as famílias a garantir a sustentabilidade na terra. Três instituições se envolveram diretamente nesse projeto: o INCRA, a associação e a prestadora de assistência técnica, representada pela diocese de Paracatu. A assistência técnica seria gratuita aos até meados do ano 2000. Ante denúncias de desvios de recursos, o governo suspendeu o projeto. A extinção do Lumiar, porém, não impediu a diocese de continuar assistir os agricultores assentados.

Após o assentamento Lagoa Rica, ocorreram outros assentamentos no município de Paracatu. Um foi o XV de Novembro, na fazenda Santa Catarina, em 1996, onde 111 famílias tomaram posse de lotes. Em 1997, três áreas desapropriadas deram origem ao Herbert de Souza — para 88 famílias; ao Aracaju — para 14 famílias; e ao Tiro e Queda — para 25 famílias. Em 1998, mais dois foram formalizados: o Santa Rosa — com 60 famílias — e o Buriti da Conquista — com 71 famílias. Os dois últimos surgiram em 1999: o Belo Vale — ocupado por 30 famílias — e o maior deles: o Jambeiro, com 11.180,79 hectares distribuídos a 195 famílias. O saldo do processo foram nove assentamentos e 656 famílias beneficiadas.

Em 1999, o sindicato dos trabalhadores rurais começou a enfraquecer por causa de uma disputa política acirrada entre líderes do município pelo controle do sindicato e do polo da FETAEMG; isto é, pelo controle da representação dos trabalhadores rurais. A divergência começou quando o sindicato e o polo não chegaram a um consenso quanto a indicar o candidato a vereador; cada instituição lançou o seu. Da falta de consenso surgiu a Associação Municipal dos Pequenos Produtores Rurais Familiares do Município de Paracatu/AMPAF, em 2002. A disputa pelo poder levou os mediadores a perder de vista os objetivos centrais dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e impor seus interesses ou os interesses de outros. Os diretores do polo e do sindicato divergiam nas orientações passadas aos trabalhadores ou lutavam entre si para privilegiar certo grupo. A luta pela terra passou a ser mediada por visões de mundo estranhas aos protagonistas do drama agrário; não mais se restringia substantivamente à luta social de trabalhadores privados da terra ou em vias de sê-lo. Tornou-se luta partidária de setores médios da sociedade: sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes ativistas políticos. Estranhas aos assentamentos, as

mediações se multiplicaram de tal modo, que desde 1999 não houve mais assentamento rural no município e os que estavam em fase de acampamento já duram mais de dois anos.

2.3 Liderança da mulher na luta pela terra

A participação da ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Eliane Aparecida Ribeiro da Silva nesse processo de reforma agrária foi central; sobretudo, porque liderou a luta pela terra em 1994, que resultou em desapropriações e ocupações de terras improdutivas. Hoje assentada no Herbert de Souza, é professora da rede educacional do município de Paracatu e, em 16 de agosto de 2014, nos concedeu entrevista, em sua casa. Num dia de sol a pino, calor imenso e cansaço (por conta das idas e vindas a residências desse assentamento para entrevistar mulheres), Eliane e duas colegas de Paracatu preparavam almoço no fogão a lenha quando nos recebeu, com alegria e sorrisos. Sentadas em torno de uma mesa, passou a recordar, com orgulho, sua participação direta na formação dos acampamentos e assentamentos.

Com a experiência de quem presidiu o sindicato por seis anos — dois mandatos —, ela salienta a primeira ocupação: na fazenda Bom Jesus, cujos trabalhadores que pretendiam ocupá-la ficaram acampados às margens do rio São Marcos, de onde saíram à força, usada pelo proprietário. A segunda ocupação — na fazenda Lagoa Rica — foi organizada em algumas casas, em lotes vagos e em praças. Cada reunião envolvia de cinco a dez pessoas. Evitava-se agrupar muita gente para não gerar suspeita. Isso porque “A polícia ficava vigiando nossos passos, sendo que em uma das reuniões a polícia conseguiu infiltrar um policial, mas descobrimos e demos uma carreira nele, pusemos o militar para correr” (SILVA, 2014, entrevista). O primeiro passo do movimento era encontrar fazendas improdutivas, numa “[...] busca [que] era feita com muito medo de sermos presos ou mortos”.

A polícia militar de Patos de Minas foi para a região, onde montou barreiras nas estradas de acesso à fazenda Lagoa Rica. Ninguém entrava. Carros, carroças e pessoas eram fiscalizadas para impedir a entrada de alimentos. No acampamento, o pessoal ficou quase cinco dias sem receber nenhum gênero alimentício. Passaram fome. A Caritas Diocesana de Paracatu conseguiu chegar ao acampamento levando água e comida. Como informa Eliana (SILVA, 2014, entrevista), “O pessoal do sindicato conseguiu entrar no acampamento, mas eles estavam escondidos no porta-malas do carro da igreja. Quando chegamos ao local onde estavam às barracas, foi a maior alegria”.

Todavia, com a ordem de desocupação, “[...] fomos despejados e saímos da fazenda para montar o acampamento nas margens da rodovia, perto do rio São Pedro. Todo dia ocorria

um conflito com os fazendeiros” (SILVA, 2014, entrevista). A rivalidade terminaria quando o INCRA declarou como improdutiva a terra da fazenda Lagoa Rica. Logo o assentamento Nova Lagoa Rica seria formado “[...] com o pessoal do bairro Alto do Açude, gente muito pobre e sem nenhuma instrução ou conhecimento de trabalho com a terra”.

2.4 Ocupação da fazenda Conceição

A terceira ocupação lembrada por Eliane foi a da fazenda Santa Catarina, por 300 famílias, que constituiriam o assentamento XV de Novembro. A quarta ocupação ocorreu na fazenda Conceição, propriedade com quase 10 mil hectares, que à época já tinham sido divididas entre os filhos do dono, ou seja, dividida em quatro fazendas: a fazenda Barreirinha e a Traíra — que se tornaram o assentamento Herbert de Souza; a Maria José — onde se formou o Belo Vale; e a fazenda Barreira — que se transformou no Tiro e Queda.⁹

Também o atual presidente do sindicato, Adelino José Rodrigues, assentado no lote 2 do assentado Belo Vale, refere-se ao processo de assentamento na fazenda Conceição. Segundo ele, o sindicato e a FETAEMG iniciaram o movimento de desapropriação coordenando os acampamentos na região.

A Fazenda Conceição, quando foi desapropriada, foi dividida em vários assentamentos, que são os seguintes: Herbert de Souza, com 88 parceleiros; Belo Vale, com 30 parceleiros; Tiro Queda, 28 parceleiros. Mesmo com a desapropriação, os donos ficaram com uma grande parte que não foi desapropriada. [...] No acampamento Herbert de Souza, cada assentado possui em média trinta hectares, sendo que perto do córrego ou rio, o lote é menor, e no alto, longe da água, o lote é maior. (RODRIGUES, 2014, entrevista).

Morando “[...] embaixo da lona preta durante um ano e três meses [...]”, sem água potável para beber, sem escola para os filhos, sem assistência médica e sem comida, “A vida era muito difícil”, como sugere o relato de uma assentada entrevistada (M23, diário de campo). Ainda assim, havia uma disciplina e uma rotina de “[...] muita reunião, apitava para chamar o pessoal para as reuniões”. Após 17 anos ocupando o lote 29 — que “[...] está no nome do meu marido”, diz a entrevistada —, “Hoje a gente não preocupa mais com a luta pela terra, a nossa luta é pela sobrevivência no lote e cuidar da família: essa é a nossa preocupação

⁹ No caso da fazenda Barreira, houve tentativa de prejudicar a constituição do assentamento. O dono da fazenda — também chefe de Gabinete do prefeito de Paracatu — derrubou, com ajuda de cinco homens, a ponte de acesso ao acampamento e disparou tiros nas proximidades para intimidar. Os acampados juntaram dinheiro entre si para que todos pudessem ir à prefeitura se reunirem com o prefeito. Da reunião saiu a decisão de demitir o chefe de Gabinete, que disparou sua arma antes de sair. Vem daí o nome do assentamento: Tiro e Queda (SILVA, 2014, entrevista).

hoje. Outra entrevistada, diferentemente, diz que “No acampamento foi uma época boa: todo mundo era unido, todo mundo vivia junto, partilhando as mesmas dificuldades e alegrias. Tem 16 anos que moro aqui no assentamento” (M37, diário de campo).

No município de Paracatu há dois acampamentos: Canaã e Santa Clara. Formar um acampamento requer, no mínimo, 30 famílias; número inferior o sistema vê como quadrilha; “[...] todo o pessoal é preso” (RODRIGUES, 2014, entrevista). Enquanto o processo burocrático corre, sindicato e FETAEMG negociam diretamente com o dono da terra para tentar abreviar o processo de desapropriação. Por sua vez, o sindicato coordena o acampamento mediante a criação de uma comissão que busca resolver problemas internos. Em prol da harmonia e da luta pacífica, não se aceita consumo bebida alcoólica, tampouco o uso de drogas ilícitas; não por acaso muitos “[...] no acampamento trocaram a pinga [deixaram de beber] para ter terra”. Cada família acampada recebe cesta básica contendo fubá e farinha, arroz e feijão, macarrão, leite em pó, óleo e sal.

À parte os dois acampamentos e os doze assentamentos, há perspectiva de luta por mais desapropriações. “No município de Paracatu, temos dez fazendas improdutivas com mais de 950 hectares [extensão mínima para haver vistoria e desapropriação por ser improdutiva]”. Sindicato e FETAEMG requereram a desapropriação, “[...] mas está tudo parado, a documentação não anda” (RODRIGUES, 2014, entrevista). Nas palavras do presidente sindical,

A presidente Dilma [Rousseff], durante sua campanha para a presidência, não fez nenhum compromisso com a reforma agrária. E no governo ela não fez nenhum assentamento. Ela acredita que o projeto de reforma agrária não está bom para o homem do campo, mas não apresentou, até hoje, o projeto dela. Penso que a reforma agrária deveria ser ampliada, pois ensinou muita gente a viver honestamente. (RODRIGUES, 2014, entrevista).

As políticas públicas para estimular o desenvolvimento dos assentamentos incluem Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ligado ao Banco do Brasil, permitia a cada assentado fazer empréstimo de até R\$ 7,5 mil para custear cercas, comprar carroça, boi e vaca; além desse empréstimo, cada assentado recebia mais R\$ 6 mil — como empréstimo com carência de 2 anos e ressarcimento integral — para formar pastagem. Hoje o valor do empréstimo chega a R\$ 21,5 mil, com dois anos de carência, para ser ressarcido integralmente. As palavras de uma assentada entrevistada para este estudo dão uma medida da aplicação do empréstimo:

Pegamos um empréstimo no PRONAF no valor de 16 mil e 400 reais para formar pasto, plantar cana e compramos cinco cabeças de gado. Nós temos cinco anos para pagar o empréstimo, sendo que a primeira parcela vence agora no mês de agosto [de 2014]. A gente paga 2 mil e 67 reais por ano. (M33, diário de campo).

Cada assentado recebia ainda R\$ 8,5 mil para construir casa, valor que hoje chega a R\$ 28,5 mil. Trata-se de um financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida. Depois que a casa está construída, recebe R\$ 17 mil pelo programa para as reformas necessárias. Por esse programa, os assentados pagam 4% do valor da casa em parcelas.

Para receber o título da terra, todos os empréstimos devem estar quitados. A terra é avaliada conforme o mercado. O valor do hectare chega a R\$ 6 mil; logo, um lote de 30 hectares é avaliado em R\$ 180 mil. Até que consiga o título da terra, cada assentado tem o contrato de uso da terra com o governo — uma concessão de uso. Ter o título supõe arcar com muitos impostos, por isso muitos assentados preferem manter a relação contratual, que o isenta de imposto.

Ainda assim, há quem não consiga quitar empréstimos, como relata uma assentada:

Nós conseguimos ajuntar uns dinheirinhos e compramos esse lote aqui no assentamento por 4 mil reais, isso tem oito anos. Fizemos um empréstimo no PRONAF no valor de 13 mil reais para cercar o terreno, plantar e comprar gado. Não conseguimos pagar o empréstimo, têm muitas prestações atrasadas. (M3, diário de campo).

A destinação de dinheiro ocorre por intermédio do INCRA, da Caixa e da associação do assentamento. A Caixa recebe o recurso do INCRA e compra o material de construção. A empresa vendedora do material o entrega à associação, que coloca no lote do assentado ou parceiro.

Após receber a terra, há quem a venda porque o INCRA abriu precedente de aceitar nos assentamentos pessoas que comprem o lote. Agora não consegue conter as vendas. Às vezes, a doença motiva a venda, pois impede o assentado de fazer a propriedade produzir. E fazê-la produzir supõe coragem para trabalhar, do nascer do sol ao pôr do sol, o que muitos não teriam. Logo, a solução é vender. O relato a seguir exemplifica essas situações:

Apesar de todo o nosso esforço, não conseguimos tirar um salário mínimo do lote. Tudo é muito difícil. Nós temos cinco filhos e todos são casados e estão morando em Paracatu. O meu marido adoeceu e paramos com tudo. Mas agora o nosso filho vai tomar conta, vai substituir o pai. Fizemos o empréstimo pelo PRONAF e falta pagar duas prestações, mas ainda temos o sonho de ter uma casa boa, limpar o mato do lote, condições de plantar muitas coisas e finalmente colher, tendo dinheiro para ter uma vida decente. (M31, 2014, diário de campo).

Inversamente, há quem frise o sucesso do programa de assentamentos:

[...] deu muito certo, sendo que eu não tinha nada. Fiquei no acampamento embaixo da barraca de lona durante quatro anos passando necessidade com minha família. E hoje, no meu lote, temos 62 cabeças de gado; 36 porcos; 100 galinhas e planto 8 hectares de lavoura de milho para o gado. Podemos dizer que, em média, dentre dez assentados, oito estão felizes. Dou nota dez para a reforma agrária, que ajudou muita gente melhorar de vida. (RODRIGUES, 2014, entrevista).

A julgar pelas palavras do entrevistado, trata-se de uma população considerável o número de assentados satisfeitos e felizes ante o total de 1.160 no município de Paracatu. Haveria condições especiais para consolidar uma reforma agrária plena; isto é, um número considerável de pessoas aptas a apostar e se envolver com projetos que se vinculam à reforma agrária e à vida no campo, tais como o envolvimento engajado com as questões relativas ao ambiente em prol da felicidade na vida no meio rural; assim como com uma educação do campo que traga para a sala de aula como objeto de reflexão central a vida em um assentamento e o que fazer para torná-la mantê-la como fonte de felicidade.

3

Educação ambiental e educação do campo: diálogos possíveis

Tratar das relações entre homem e água no presente — dos conflitos que o uso pode suscitar — e das relações entre homem e terra do passado — dos conflitos que a posse para uso suscitou — levam-nos quase forçosamente a pensar nas relações entre meio ambiente, educação ambiental e educação do campo. Com efeito, o uso dos recursos hídricos precisa ser balizado pela consciência de que são finitos; e tal consciência pode se valer, sobremaneira, da educação formal e sistemática como instância útil para formar gerações mais novas conscientes, a exemplo daquelas que as famílias de assentados geraram e vão gerar. Com os avanços no projeto de reforma agrária nas duas últimas décadas, impôs-se a necessidade de não só ampliar o aparato escolar para suprir a demanda da população escolar — que aumentou; mas também estabelecer uma perspectiva para educar essa população que se coadunasse com as perspectivas de desenvolvimento social e sustentável subjacentes aos projetos de assentamentos; ou seja, com os ideais de proteção, conservação e preservação do ambiente que ajudam a sustentar o ideal de reforma agrária no país. Essa perspectiva poderia ser traduzida na educação do campo e ser materializada, por exemplo, em lócus como as escolas dos assentamentos de reforma agrária, assim como nos cursos que formam professores.

Este capítulo discorre sobre essas questões mediante uma problematização do meio ambiente e de suas relações com um sistema de produção baseado na exploração não só do

homem pelo homem, como também da natureza, que resulta em uma dupla degradação; um sistema cuja existência explicita a crise do ponto de vista humano. Subjacente a essa crise estaria, dentre outros fatores, um conhecimento disjuntivo que desagregou o ser humano de suas dimensões natural, cultural, afetiva e sensível, ou seja, que o levou a explorar, dominar e destruir, seus pares e a natureza. Nesse caso, a educação ambiental poderia ser uma forma de minar tal paradigma mediante uma reflexão que produzisse questionamentos e críticas à visão disjuntiva da sociedade.

Como consequência das contradições associadas com o avanço do capital globalizado nas terras rurais e a degradação das condições de vida da classe trabalhadora rural, a educação do campo poderia abraçar, com vigor, a educação ambiental como diretriz operacional da educação básica. Não por acaso, essa possibilidade é patente no discurso de muitos professores, pesquisadores, estudiosos e intelectuais que expõem seu pensamento sobre a educação do campo, reforma agrária e meio ambiente.

3.1 Vida material e natureza

Um ponto de partida útil para compreender o diálogo entre meio ambiente, educação ambiental e educação do campo está nas formas de desenvolvimento da vida material (da propriedade). Marx e Engels (2007) oferecem subsídios elementares para entendê-los. Em *Ideologia alemã*, esses dois pensadores reconhecem a propriedade da tribo como primeira forma da propriedade, na qual haveria um tipo rudimentar de produção: voltado a uma necessidade básica: alimentar-se; ou seja, derivado da caça, da pesca, da criação de gado e de um cultivo agrícola incipiente. Nessa forma de propriedade, a estrutura social era extensão da estrutura familiar: no topo, os chefes da tribo, o patriarca; abaixo, membros; por fim, os escravos. Uma segunda forma de propriedade seria a propriedade comunal, resultante da reunião de tribos por contrato ou por conquista, em que subsistia a escravatura e propriedade comunal. A terceira forma de propriedade seria a feudal; nela, os servos da gleba constituíam a classe diretamente produtora e subordinada ao senhor feudal; a estrutura hierárquica se fundamentava nele, e o poder total da nobreza sobre os servos da gleba a suserania militar garantia.

Na Idade Média — ainda segundo aqueles teóricos —, as cidades se formaram e foram povoadas pelos servos libertos; o trabalho particular de cada um era sua única propriedade, e a necessidade de proteger o trabalho aprendido motivou os trabalhadores a se unirem em corporações de ofício. Uma vez desenvolvidas, criavam um campo organizado ao qual se dirigiam os servos que continuaram a chegar às cidades, mas contra o qual eram impotentes,

ou seja, privados de qualquer poder e possibilidades. As corporações de ofício se desenvolveram de tal modo, que levaram ao surgimento de manufaturas, as quais aproveitaram a mão de obra disponível dos servos. Na manufatura, destacou-se a tecelagem, que fez surgir uma classe — a dos tecelões — e outra relação patriarcal entre oficiais e mestres nas corporações de ofício — o pagamento de salários pelo dono da oficina aos tecelões.

A produção — os tecidos — era destinada ao mercado interno e, muitas vezes, ao externo. Para dar vazão e distribuir a produção da tecelagem, apareceram os comerciantes, que passaram a possuir o capital móvel — capital no sentido moderno do termo. O aumento de uma população que demandava luxo ajudou esse comércio a se desenvolver, a ponto de formar outra classe: a dos comerciantes. O comércio motivou ligações que iam além dos arredores mais próximos das cidades e, com isso, gerou o desenvolvimento dos meios de comunicação: centrais não só para abertura de corredores comerciais entre cidades e nações, mas também para alcançar terras inexploradas, desconhecidas. Os mercados adquiriram uma amplitude mundial tal, que instauraram uma nova fase do desenvolvimento histórico, sobretudo de crescimento do Estado (MARX; ENGELS, 2007).

Com primazia no comércio e na manufatura, a Inglaterra — afirmam Marx e Engels (2007) — transformou-se na nação mais poderosa do mundo. De seu progresso da manufatura derivou a indústria: marcada pelo uso intenso da máquina e pela divisão do trabalho. Não tardou até que o mercado inglês originasse a circulação (isto é, aperfeiçoasse o sistema monetário) e centralização de capitais, que dariam feição à outra classe — a burguesa — e — é claro — ao sistema capitalista, que faz desenvolver a propriedade privada. Nessa lógica, quanto mais aperfeiçoada fosse a divisão do trabalho, maiores seriam a concentração de capital em poucas mãos e o crescimento da propriedade privada, assim como mais acentuada seria a separação entre capitalistas e operários. Enquanto a classe burguesa dispunha de meios de produção material e produção intelectual, a classe trabalhadora — uma massa de homens — suporta o peso da sociedade sem poder desfrutar de vantagens; em contradição com o mundo de riqueza nas mãos de poucos, essa massa — a maioria da população — é expulsa da sociedade. Daí o surgimento da consciência — a consciência comunista — de que era preciso haver uma revolução.

Essa enumeração de fatos à luz de Marx e Engels (2007) sugere não só que o ser humano modifica e transforma o meio ambiente, mas também que há uma relação intrínseca entre o homem e os fatores bióticos e abióticos, como se depreende da obra de Engels (1976) sobre a dialética da natureza. A exploração do trabalho humano a que Marx se refere mostra

sua outra face na submissão irrefletida da natureza às necessidades de acumulação do capital. De fato, as sociedades industriais só deram corpo a uma reflexão sobre o meio ambiente quase cem anos após Erns Haeckel¹⁰ (1866) apresentar seu conceito de ecologia como interação dos seres vivos com seus pares.

3.2 Meio ambiente e educação ambiental

A reflexão sobre o meio ambiente produziu definições como a de Ruscheinsky (2002a), que, para definir meio ambiente, recorre a Marx e Engels (2007): à ideia de que o trabalho reúne a produção do ser humano, o objeto que ele trabalha e o instrumento que usa. Esses três elementos mínimos

[...] direta ou indiretamente [...] formam o meio ambiente: a atividade produtiva humana (sendo o homem um mamífero com dons especiais), o objeto de trabalho (a matéria sobre a qual recai a atividade produtiva com vista à satisfação de uma necessidade humana ou carência tida como tal) e o instrumento de trabalho (que é o mediador entre a primeira e a segunda). (RUSCHEINSKY, 2002a, p. 38).

Para Velasco (2002), trata-se do conjunto dos processos abióticos e bióticos na terra suscetíveis à ação e influência humana, inclusive a dimensão social. Com efeito, seria incompleta uma compreensão do meio ambiente sem incluir os fatores socioculturais. Como argumenta esse autor,

Meio ambiente é o espaço-tempo histórico ocupado pelos entes no qual transcorre a vida dos seres humanos. Esse espaço-tempo deve ser entendido como o produto da presença e das relações existentes entre os “entes”. Quando dizemos “entes”, queremos dar a entender que não nos referimos tão-somente a sistemas físicos, mas também estão abrangidos os objetos culturais não-físicos. (VELASCO, 2002, p. 38).

Noutros termos, o meio ambiente abrangeria a água, a terra e o ar, a flora e a fauna, o ser humano: suas ideias, sua cultura e a sociedade em que vive.

Também tendo em vista o pensamento de Marx e Engels, Velasco (2002, p. 38) salienta que o meio ambiente é, simultaneamente, a condição e o resultado histórico da interação dos humanos com os demais componentes da natureza; e que o trabalho — atividade que distingue seres humanos e demais animais — é o mediador privilegiado de tal interação. Meio ambiente seria, então, o processo que se instaura entre ser humano e natureza

¹⁰ Muitos estudiosos contribuíram para solidificar a ecologia como ramo das ciências da natureza, mas foi o alemão Erns Haeckel (1834–1919) o primeiro cientista a empregar a palavra “ecologia” para designar o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente onde vivem, a distribuição e abundância dos seres vivos na Terra.

no qual o homem realiza, regula e controla, mediante sua ação, o intercâmbio de matérias com a natureza para se apropriar da matéria natural — utilizá-la — em seu favor, em prol de sua vida.

Para Ruscheinsky (2002a, p. 38), o trabalho é sempre praticado em uma cultura (com seus entes e suas relações não físicas). Como tal, é produto das mudanças históricas dos homens. Com efeito, o olhar histórico para as transformações que afetam o homem e são provocadas por ele nos coloca em uma situação de crise socioambiental sem precedentes. E tal crise teria origem em uma crise humana: onde houvesse crise na vida humana, haveria crise na existência do meio ambiente. Eis por que meio ambiente seria, justamente, a interação dos fatores bióticos com abióticos (RUSCHEINSKY, 2002a). Explicaria a crise humana a existência mesma do sistema capitalista: a guerra de todos contra todos (RUSCHEINSKY, 2002a, p. 39). Estariam em guerra os trabalhadores e os capitalistas — por causa do valor do salário e das condições de trabalho; os capitalistas entre si — em razão da dinâmica da concorrência pelos mercados e pelo acesso aos financiamentos; os trabalhadores entre si — por conta do direito de aceder e permanecer no trabalho: seu meio de subsistência.

Permeia essa oposição generalizada o crescimento da indiferença recíproca e da solidão (da alienação, do alheamento) que acompanha o desenvolvimento capitalista e cuja expressão mais pungente e trágica as cidades industriais-comerciais oferecem. O trabalho que caracteriza em grande parte a forma capitalista padece da alienação que Marx criticara em seus manuscritos de 1844: a apropriação dos meios de produção por uma minoria capitalista aliena, do fruto de trabalho, os trabalhadores assalariados — o produto de seu trabalho não lhes pertence; pertence ao capitalista; também os aliena do trabalho, do contrário não haveria desocupação e subocupação em massa.

Essa alienação do trabalho tem razões simples: como dispõe dos meios de produção, é o capitalista que decide se o trabalhador vai trabalhar ou não (RUSCHEINSKY, 2002a). À crítica marxista contida na ideia de alienação Ruscheinsky (2002a, p. 40) acrescenta que, no capitalismo, reina o império da ordem vinda dos capitalistas ou de seus representantes; daí que do trabalhador alienado se retira toda a possibilidade de argumentar e decidir com base no argumento mais plausível, mais lógico, mais racional, mais fundamentado, mais justo. Tal impossibilidade animaliza o trabalhador porque o situa na condição de ser irracional.

Eis por que não se pode falar em meio ambiente quando a maior parte da sociedade está alienada pelo capitalismo, isto é, animalizada. A vida humana e o equilíbrio dos sistemas não humanos que fazem parte do meio ambiente estão ameaçados pelo capitalismo, em especial pelos resultados destrutivos da ciência e da tecnologia, as quais cada vez mais

evidenciam que produzem degradação socioambiental. Prova isso a produção alimentar com uso intensivo de agrotóxicos que resultam em alimentação envenenada e de alimentos transgênicos — cujos efeitos no ser humano são ainda desconhecidos (RUSCHEINSKY, 2002b, p. 40). A condição da vida presente é de desestruturação completa do meio ambiente. Como diz Strong (1992, p. 137),

Não podemos seguir sustentando nosso estilo de vida atual. Temos de inculcar a absoluta necessidade de mudarmos nosso sistema econômico. Há provas mais do que suficientes de que o curso atual do comportamento econômico conduzirá a uma tragédia e que a economia não sobreviverá.

Dada a desestruturação do meio ambiente no sistema capitalista, resta fazer mudanças profundas como uma alternativa socioambiental que Ruscheinsky (2004, p. 41) propõe batizarmos de ecomunitarismo. Meio ambiente incluiria a liberdade individual, a liberdade consensual, a preservação e a recuperação da natureza. No ecomunitarismo, devemos zelar pela nossa liberdade individual de decisão, viver consensualmente essa liberdade e zelar pela natureza.

A primeira norma obriga-nos a lutar contra toda instância de repressão e/ou auto-repressão alienada em nossas vidas. A segunda obriga-nos a lutar contra qualquer relação de dominação nos relacionamentos intersubjetivos. A terceira, por fim, obriga-nos a lutar contra qualquer devastação e poluição irreversível da natureza, opondo-lhes uma permanente ação de preservação e ou conservação-recuperação da natureza (tanto humana quanto não-humana) para que os equilíbrios sistêmicos que fazem possível a vida no planeta sejam mantidos. (RUSCHEINSKY, 2004, p. 41).

Ruscheinsky (2002) salienta ainda que, quando falamos em sustentabilidade, precisamos ir além com esta visão: desenvolver para suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas e melhorar a capacidade da vida humana sem ultrapassar a capacidade de suporte dos ecossistemas que sustentam. Interromper a devastação e a poluição requer que o homem, ao se relacionar com a produção, a distribuição e o consumo, procure reduzir, reutilizar e reciclar, ao máximo, os recursos naturais e os resíduos gerados. Recursos não renováveis como petróleo e minérios, extraídos da terra, devem ser certamente ser poupados (RUSCHEINSKY, 2002).

O ecomunitarismo traça o perfil utópico ante a situação que estamos vivendo. Como assinala Ruscheinsky (2002), o ecomunitarismo só é possível com o rompimento das estruturas de dominação, que pode instaurar a convivência democrática e solidária. Para isso, cremos na capacidade do ser humano de se renovar como elemento central. De nós a

caminhada rumo a outro mundo espera que possamos estabelecer relacionamentos de prazer e que este seja compartilhado; relações que signifiquem encontrar duas liberdades: uma em que a educação bancária dê lugar à educação problematizadora — ao diálogo para que as decisões resultem do consenso; outra em que o argumento de autoridade cede espaço à autoridade do argumento de seres humanos que precisam participar e decidir, cada um, aspectos que afetem suas vidas. O ecomunitarismo, enfim, propõe a reconciliar solidariamente homem e natureza.

Faz sentido almejar uma reconciliação solidária entre homem e natureza porque a burguesia e o capitalismo impuseram a tese de que o ser humano possui domínio sobre a natureza. Trata-se, é evidente, de uma concepção associada com o que se conhece como modernidade: uma nova consciência de mundo, uma nova sensibilidade, uma nova forma perceber/apreender a realidade; uma interferência nos costumes e nos modos de viver que implicaram na organização e ordenação social; um fenômeno marcante na Europa do século XIX, sobretudo com a Revolução Industrial, que se espalhou mundo afora como uma dinâmica de desenvolvimento em que se exalta o presente e o futuro, ou seja, em que se desprezam o passado e a tradição.

Segundo Mies e Shiva (1997), em meio a esse fenômeno o suporte do capitalismo foi — e é — o paradigma disjuntivo, que procura ver as partes em detrimento do todo — o ser humano (a parte) controla o todo (a natureza); e que se desdobra em oposições binárias — cidade/campo, rico/pobre, homem/mulher, homem/natureza, preto/branco, saber/não saber, culto/ignorante etc. — e em uma abordagem que busca verdades universalizadas assentadas unicamente na exploração. O paradigma disjuntivo foi caracterizado pela previsibilidade e predeterminação, pelo determinismo e reducionismo, pela uniformização e pelo autoritarismo. Todos os fatores salientados reduziram a liberdade e criatividade autopoietica (MORAES, 2004, p. 34).

Assim como Mies e Shiva (1997), Ruscheinsky (2002) defende que o paradigma sustentado pela sociedade capitalista está uma crise; ou seja, está em crise a racionalidade de que cabe ao ser humano dominar da natureza. Do questionamento da visão disjuntiva da sociedade surgem paradigmas¹¹ que abrem espaço para discutir o desenvolvimento tecnológico, econômico e intelectual, a diferenciação social, a divisão do trabalho, a

¹¹ Conforme Moraes (2004), a palavra paradigma designa modelos, valores, técnicas e padrões compartilhados por dada comunidade; é uma estrutura que estabelece critérios e parâmetros que geram teorias e práticas vivenciais. Como tal, impõe conceitos soberanos e relações que controlam a lógica dos discursos e das atitudes de vida; contém certo quadro epistemológico que se estabelece na vida cotidiana; rege nossa prática pedagógica, a maneira como olhamos o universo que nos envolve e cada comportamento que temos no meio social; condiciona nossa maneira de pensar, fazer e refletir, nossa maneira de ser. Não é um quadro epistemológico em nossa mente, mas uma unidade, um conteúdo unitário que reúne nossa ação e o que pensamos em simbiose estrutural.

urbanização, o latifúndio, a concentração de poder político e econômico e, sobretudo, o meio ambiente.

A mudança paradigmática pertence ao movimento dialético da natureza. Por exemplo, o homem partiu de um paradigma — produzir alimentos de subsistência via caça, pesca, criação de gado e cultivo agrícola — para chegar a outro em que dada classe não só produz, mas também detém os meios de produção, material e intelectual (MARX; ENGELS, 2007). Nesse sentido, segundo Malin (2003), em sua percepção da movimentação estrutural, em meados do século XX iniciou-se a elaboração de um paradigma que romperia com a visão rígida e determinista para fazer nascer uma concepção mais abrangente da natureza, do homem e do universo; para fazer o paradigma da educação disjuntiva dar lugar a um olhar holístico guiado pela visão ecomunitarista, ecopedagógica, complexa, de ação reflexiva.

Duvoisin (2002) traduz a mudança de paradigma em processo nestes termos: o mundo foi interpretado como conjunto constituído por sistemas fechados, estáveis e organizados, em que os sistemas vivos e não vivos eram compreendidos e explicados por uma abordagem mecanicista, fragmentária e especializada. A lente que sustentava tal visão era a da racionalidade científica, fundada nas teorias das ciências naturais. Nas últimas décadas, pesquisas no campo da física quântica e na teoria da relatividade ajudaram a mudar a visão de mundo, que passa a ser visto como um sistema aberto, instável, que faz intercâmbios vitais para sua manutenção e transformação. Essa mudança paradigmática se mostra, por exemplo, no sistema educacional brasileiro, cujas reformas “[...] põem à mostra a grande problemática e o embate conflitivo entre o novo e o velho paradigma”; aos educadores se impõe o desafio de “[...] vencer a inércia do sistema e transformar a escola em um espaço capaz de formar indivíduos para viver nessa nova era: a era sistêmica ou ecológica” (DUVOISIN, 2002, p. 96).

Como acentua Malin (2003), o olhar reducionista permite conhecer só alguns dos problemas infinitamente intrincados da natureza; eliminamos aspectos complexos, como se não existissem. Isso leva a erros incalculáveis, de tal modo que se impõe a necessidade de substituir o reducionismo pelo paradigma da complexidade. Nas palavras de Goswami (2007), trata-se de fazer o determinismo ceder lugar a um olhar de possibilidades infinitas que não presumam causa e efeito previsíveis, em que predomine a liberdade de escolha, em que a rigidez das regras ditatoriais seja posta abaixo. Enquanto Grof (1997) fala em fazer predominar o processo criativo autopoietico em substituição à concepção mecanicista autoritária, que inibe a criatividade. Maturana (2005), a seu turno, salienta que todo conhecer depende da estrutura de quem conhece; quer dizer, ver o mundo, ver as cores, ver nossas ações depende diretamente de nossa estrutura.

Como se pode depreender, vivemos no universo da liberdade, e não no campo do autoritarismo determinista. Não está em jogo a capacidade de abrir espaço ao movimento autorreferencial: a formação humana deve abrir espaço não à dominação e sujeição, e sim à confiança mútua e ausência de manipulação ou instrumentalização das relações. A base da formação humana é aceitar o outro como legítimo, aceitá-lo na convivência. Como quer Greene (2005), o universo nos surpreende: é estranho e impressionante; e sempre completamente diferente do que possamos esperar. Daí que não se sujeita ao determinismo da vontade humana.

O novo paradigma holístico (o ecomunitarismo, a ecopedagogia, o ecossocial) provoca o surgimento de referenciais que expressam novas configurações; isto é, que requer uma educação ambiental sintonizada com o novo conhecimento, que substitua o olhar da educação ambiental centrada na preservação e conservação do meio ambiente para buscar uma visão integrada e integradora, que veja a natureza nos sistemas ecossociais, em que todos os cidadãos são diferentemente convidados a participar da construção de alternativas aos riscos pressentidos e presenciados no presente (COSTA; RUSCHEINSKY, 2002).

O novo paradigma — diz Moraes (2004) — tem pontos fundamentais: um modo de pensar mais complexo, mais profundo e mais abrangente que não fracione o ser humano nem o separe do mundo onde vive; uma compreensão mais clara da dinâmica da realidade e dos processos sociais e ambientais que nos envolvem; um olhar mais profundo sobre a realidade que nos permita retomar o diálogo com a natureza; uma conscientização de que outras dimensões compõem nossa realidade e que cada uma estabelece relações internas com o resto do mundo; um pensamento capaz de refletir sobre o contraditório mediante a analisar e a síntese que permitam construir algo, desconstruí-lo e reconstruí-lo; enfim, a consciência de que os sistemas são formados não só de partes ou elementos constituintes, mas também de interações entre estes que dá complexidade à composição do todo.

No dizer de Moraes (2004), à construção do sentido dessa totalidade complexa por conta das interações de suas partes deveria convergir a educação em seu propósito de abandonar o paradigma reducionista. Compõem esse sentido conceitos ainda em processo de construção para gerar um novo homem, uma nova sociedade e uma nova educação (GOSWAMI, 2007). A eles se associam, dentre outros aspectos, a *hierarquia entrelaçada* (todos os eventos funcionam em um nível de entrelaçamento aqui/agora tal, que cada evento afeta o outro, formando uma rede tão complexa que seria improvável a previsão determinista: tudo está interligado) e a *imprevisibilidade* (existência envolvida pela incerteza: não é dado a conhecer o trajeto de um objeto ou o nosso destino: não existiria destino).

Dessa hierarquia entrelaçada e imprevisibilidade, assim como da interconectividade, do modo de pensar mais complexo, do conhecimento que não fraciona o ser humano, do pensar constante no contraditório e do conhecimento autopoietico surgiriam os paradigmas da complexidade, do ecossistêmico, do ecomunitarismo ou do pensamento holístico.

A ação ecologizada — diz Moraes (2004) — é um campo onde tudo está conectado, entrelaçado em comunhão profunda com seu entorno, seu contexto e as circunstâncias. Dele derivam conexões que evoluem coletivamente. A educação ambiental na perspectiva dessa ação abandona o foco da visão naturalista de admiração da paisagem e do preservacionismo para buscar construir uma sociedade democrática e socialmente justa. Isto é, a educação ambiental holística emerge de uma visão de meio ambiente que engloba todos os fatores bióticos e abióticos, ou seja, os fatores sociais e culturais em sinergia ambiental.

Fazer o ser humano desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, científicos, culturais e éticos seria um dos objetivos da educação ambiental como reflexo do novo paradigma (SAITO, 2002). Tal compreensão se impõe como necessidade porque, diz Saito (2002, p. 51), o desafio maior é estimular e fortalecer uma consciência crítica da problemática ambiental, social e humana de forma sinérgica e abandonando o pensamento disjuntivo. A educação ambiental impulsionaria o ser humano à prática de uma ação transformadora intencional, traduzida numa pedagogia do desenvolvimento sustentável alusiva à visão holística, ao equilíbrio dinâmico.

Com efeito, Gutiérrez e Prado (2002, p. 62) perceberam que a pedagogia do desenvolvimento sustentável não tinha a abrangência necessária para constituir inovação na teoria da educação; daí lançarem o conceito de ecopedagogia, que promoveria a aprendizagem do “[...] sentido das coisas a partir da vida cotidiana”. A ecopedagogia passa a ser um projeto global cuja preocupação está não só na preservação da natureza ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais, mas também em um modelo de civilização sustentável do ponto de vista da ecologia integral que implique mudar as estruturas econômicas, sociais e culturais. A ecopedagogia assinalaria a necessidade de o ser humano e a sociedade mudarem sua postura na relação com o meio ambiente para que a vida na Terra se torne viável às gerações vindouras (GUTIÉRREZ; PRADO, 2002).

Nessa lógica, a ecopedagogia seria — como quer Gadotti (2000) — uma teoria da educação que contém categorias interpretativas da subjetividade, da cotidianidade, do mundo vivido e da visão holística; categorias que presumam a utopia e o imaginário, que valorizem a paixão, o sentimento, as emoções, o desejo, o olhar e a escuta, que expressem crítica ao

modelo da racionalidade instrumental. Para Avanzi (2004), à luz do referencial teórico do holismo, da complexidade e da pedagogia de Paulo Freire, a ecopedagogia seria a cidadania planetária, a cotidianidade e a pedagogia da demanda cuja abordagem metodológica contribuiria a fim de formar novos valores para uma sociedade sustentável. Keim (2006), por sua vez, discute a ecopedagogia como dimensão ontológica, epistemológica e contextual na esfera ético-planetária e de valorização da vida — vida como dinâmica em que o diferente e as diferenças são valorizados.

Na lógica da ecopedagogia, formar uma cultura baseada na sustentabilidade requer a formação de uma consciência ecológica cujo desenvolvimento depende da educação ambiental. Nessa educação,

A ecopedagogia visa à consolidação de uma consciência ampla, profunda e difusa. Para tanto, há de se investir em mudanças culturais que afetam a mentalidade, o comportamento como modo de pensar e agir, a cultura política, a visão de mundo, as representações sociais, a solidariedade e a participação. É a tentativa de desenhar e arquitetar a adoção de pontos de vista, de práticas e de movimentos sociais, assim como projetos políticos que deem conta dos dilemas ambientais da atualidade. (RUSCHEINSKY, 2002, p. 67).

Para Ruscheinsky (2002), o paradigma capitalista não comporta a ecopedagogia, pois esta existe justamente para discutir ou elaborar uma reflexão sobre os desafios que a prática social enfrenta, para criar uma perspectiva que presuma integrar indivíduos, sociedade e meio ambiente mútua e solidariamente. Como tal, a ecopedagogia ultrapassa a adesão a projetos de despoluição, preservação e conservação (sem desmerecê-los) para compreender um desenvolvimento social sustentável (RUSCHEINSKY, 2002). Dito de outro modo, não basta canalizar valos e córregos, coletar resíduos, monitorar a qualidade do ar e da água, implementar projetos de saneamento, selecionar dejetos recicláveis para dirimir conflitos ambientais. Está em jogo — diz Catalão (2009, p. 261) — a produção de sentidos por indivíduos e comunidades no espaço da vida cotidiana onde a aprendizagem é construída. Isso porque significar o que fazemos requer aprender a sentir com nossos sentidos. Com os sentidos, “[...] recuperamos o significado, incorporamos a direção e evocamos os sentimentos nos pequenos gestos da vida cotidiana”.

Se não houver mudança de cultura, as questões problemáticas continuarão intactas. Eis o mote da ecopedagogia, que se apresenta, então, como uma nova cultura que compreende a rua, a lagoa, a praia, o parque etc. como extensão de nossa casa: tudo é nosso ambiente, hábitat. De tal modo, também tem de haver saneamento básico na nossa mente, no

comportamento, nos significados, no imaginário e nos nossos referenciais culturais. Projetada nessa nova cultura como visão de mundo que faz interagirem o meio ambiente e a educação, a educação ambiental só pode se tornar realidade por práticas ecopedagógicas sustentadas pela consciência ecológica encarnada na vida cotidiana e onde possa haver sinergia entre todos os fatores existenciais.

3.3 Educação do campo

Assim como não existe uma educação ambiental consolidada — ainda há entraves a sua concretização plena —, não se pode afirmar a existência de uma pedagogia completa e absoluta aplicável à vida no campo ou que tenha elos fortes com o meio ambiente. Com efeito, cabe falar em educação ecopedagógica, educação ecocomunitária, educação ecológica ou educação holística; mas ainda faltam ser estabelecidos paradigmas pedagógicos aplicáveis, no futuro próximo, ao contexto dos assentamentos de reforma agrária, inclusive os da região de Paracatu. A possibilidade de sua materialização em uma educação complexa e sistêmica requer concretizar mudanças que, se são palpáveis, ainda precisam ser cultivadas nas mentes e nos corações de quem se compromete e se engaja em ações transformadoras.

Se não se pode falar em uma pedagogia voltada, absoluta e completamente, ao campo, também não se pode falar em falta de iniciativas. Prova isso o decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010, que formalizou uma política de educação do campo para ser concretizada nas escolas do campo e naquelas urbana destinadas, prioritariamente, a populações do meio rural. Nessa política, a educação do campo visa ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações camponesas sob os auspícios de uma colaboração entre União, estados, municípios e Distrito Federal (BRASIL, 2010). Mais que isso, a pesquisa acadêmica tem sido profícua na produção de estudos que reflitam sobre a educação do campo e possam servir de diagnóstico das condições de concretização de um modelo desejável de educação para quem vive e trabalha no meio rural. Voz ativa nessa seara tem sido a de Sá e Molina (2013), de Martins (2002) e de Catalão e Moraes (2011): professores formadores cuja prática intelectual inclui construir uma epistemologia da educação do campo.

Na visão de Sá e Molina (2013), o movimento da educação do campo converge para as contradições que o avanço do capital globalizado impõe às terras da população do meio rural e a degradação que provoca nas condições de vida da classe trabalhadora rural. A educação da população que vive no campo nunca teve um tratamento que convergisse para

suas necessidades e especificidades, especialmente a formação de professores, sempre mais voltada às necessidades das áreas urbanas. Uma visão retrospectiva da história da educação pública mostra uma escola no meio rural implantada tardiamente e carente do suporte necessário do poder público; isto é, suscetível de abrir um abismo entre a situação educacional no campo e na cidade, como se nota. Em outras palavras, a disputa entre capital agrário e organizações dos trabalhadores rurais em torno da legitimidade do direito à terra tem negado sistematicamente aos povos do campo não só a terra, mas também a educação: elemento-chave à concretização de um modo de vida e produção com dignidade humana

Essa determinação histórica gera desigualdades e legitima a luta social pela igualdade de acesso aos direitos negados por um sistema econômico capitalista que, para sobreviver, necessita deixar em atraso certos setores sociais (SÁ; MOLINA, 2013). No dizer de Sá e Molina (2013, p. 1–12), a burguesia reorganiza planos econômicos para suprir as expectativas de sua classe e manter o núcleo estrutural das desigualdades, no qual figura a educação. O modelo de educação praticado se vale do controle social e do produtivismo do pensamento empresarial baseado na ideologia das competências, que se fragmentam em habilidades necessárias aos mercados e potencializam as assimetrias entre capital e trabalho. Nesse projeto hegemônico-burguês, a educação no meio rural passa a ser encarada como perspectiva de formar uma força reserva para o trabalho nas cidades, pois o modo de produção do agronegócio se expande rapidamente, quer dizer, expulsa da terra cada vez mais contingentes trabalhadores.

Eis por que se busca estabelecer um movimento contra-hegemônico-burguês via educação do campo, que desafia a universidade pública a repensar em suas prioridades de formação de sujeitos individuais e coletivos aptos a protagonizar a transformação social. Uma conquista recente desse movimento são os cursos de licenciatura em universidades públicas a fim de formar educadores para as escolas rurais do sistema público de educação básica. No processo histórico da contra-hegemonia, a formação intelectual da classe trabalhadora rural supõe habilitá-la a compreender a necessidade de superar as contradições do momento presente. Tal formação seria elemento vital para formular e coordenar ações inovadoras no meio rural (SÁ; MOLINA, 2013, p. 1–12).

Do pensamento de Sá e Molina (2013) se depreendem princípios para educação do campo: ruptura com tendências hegemônicas, sobretudo nas políticas educacionais; projeto alternativo de organização da vida inspirado na contradição entre o modo de produção camponês e a lógica do capital; contraposição aos modos de exploração capitalista em vigor, baseados na concentração fundiária e degradação da vida e do trabalho; transformação social

comprometida com a produção de conhecimento como possibilidade da emancipação humana; pedagogias atentas à ressignificação das experiências socioculturais das gerações em idade escolar que convirja para a singularidade construída na luta pela terra e pela educação; universidade pública e educação do campo na posição de instâncias contra-hegemônicas, transformadas internamente para formar intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

3.3.1 *Educação do campo no assentamento Herbert de Souza*

Ao se percorrer a região do assentamento Herbert de Souza, nota-se facilmente um cerrado de feição desfigurada e tendente à desertificação. Paisagem esta que não se coaduna com os ideais da educação do campo porque esta inexistente ali. Mais que isso, não se nota a articulação necessária para propor e lutar por essa perspectiva educacional, que explora uma reflexão sobre o meio ambiente com uma educação ambiental. Ecologia, educação ambiental, educação do campo são um vocabulário estranho às concepções de educação dedutíveis das entrevistas e rodas de conversa com mulheres do assentamento. Desconhecem os sentidos de tais palavras.

Conforme pesquisa realizada no assentamento, verificamos que não existem escolas do campo no assentamento Herbert de Souza. A escola mais próxima é a Nova Lagoa Rica, localizada no assentamento Nova Lagoa Rica, a 30 quilômetros do assentamento onde estudam vinte alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. Os alunos do ensino fundamental II do sexto ao nono ano e alunos do ensino médio — 52 ao todo — estudam na cidade de Paracatu, a 52 quilômetros do assentamento, nas escolas estaduais Afonso Roquete, Virgílio de Melo Franco e Altina de Paula. Dois alunos assentados — Andreia Campos Cordeiro e Damiron Rodrigues da Silva — cursam a graduação em Educação do Campo na LECampo — Licenciatura em Educação do Campo —, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Alunos que se deslocam para estudar em Paracatu acordam às 4h e regressam por volta 14h. Uma vez em casa, dormem para descansar da ida e volta da escola, assistem à televisão ou ajudam nas tarefas domésticas. Não há envolvimento extraclasse com a atividade escolar nem lida com seus procedimentos, a exemplo da leitura e escrita relativas aos conteúdos de aprendizagem. Talvez isso ocorra porque seriam aulas dissociadas da vivência no assentamento, tendentes a não suscitar o interesse dos alunos como atividade cuja relevância e cujo propósito pudessem ser, fora da escola, tão relevantes ou mais do que o são dentro dela.

Na escola onde estudam crianças e adolescentes do assentamento predomina a educação que Paulo Freire (1970, p. 65) chamou de “bancária”¹² ou “domesticadora”, ou seja, termos que designam um tipo de educação formal praticada no Brasil e em outros países que formam sujeitos dependentes de preceitos determinados pelas classes dominantes. Nesse modelo de educação, o aluno-sujeito se torna receptor passivo de informações que lhe são depositadas por outrem, a exemplo do conceito de raça — da superioridade racial — que a ciência europeia sustentou como verdade no momento mesmo em que nações como Inglaterra e França se lançaram ao mar na tentativa de conquistar território e colonizá-los. Nessa educação, não há construção de conhecimentos, pois se trata de uma pedagogia disjuntiva, reducionista, cuja prática materializa o processo de ensino e aprendizagem incutindo nos escolares os saberes prontos, alheios às suas necessidades: não exploram temas relevantes à vida no campo, tampouco demandas da sociedade do presente. A pedagogia se resume à transmissão de conteúdos disciplinares que se fragmentam nos livros didáticos.

Inexistir educação do campo no assentamento Herbert de Souza nos diz que é preciso preparar caminhos para que exista; e a preparação passa inegavelmente pela clareza epistemológica que procuramos cultivar: pela compreensão de princípios que direcionam tal educação, isto é, seus sete indicados nas diretrizes operacionais nas escolas do campo (BRASIL, 2002).

Princípio da renovação. O meio rural é espaço de cultura acima de tudo, por isso a educação do campo pode ajudar recriar o campo ao criar condições de renovar valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença a terra; de recriar a identidade dos sujeitos na luta e em luta como direito social porque lhes possibilita refletir na práxis da vida e da organização social do campo em prol de formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de conhecimento.

Princípio da emancipação humana. Os sujeitos sonham, têm nomes e rostos, lembranças e gêneros; sobretudo, têm história e participam de lutas sociais. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença à terra e nas formas de organização solidária; autorreferencial. O currículo precisa incorporar a possibilidade de desenvolver a emancipação humana através do emergir da criatividade.

Princípio da valorização dos diferentes saberes. A escola deve considerar o conhecimento de pais, de alunos e da comunidade em que está inserida. Dialogar

¹² Educação bancária ou educação domesticadora são termos usados por Paulo Freire para designar um modelo de educação em que o aluno-sujeito se torna receptor passivo de informações que lhe são depositadas por outrem.

permanentemente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento. Todos os envolvidos na educação do campo precisam assumir essa postura com senso crítico, curiosidade e questionamento reconstrutivo.

Princípio dos espaços e tempos dos sujeitos da aprendizagem. A educação do campo ocorre em espaços escolares e fora deles. Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Não são apenas saberes construídos na sala de aula, mas também, aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais que devem ser discutidos na educação do campo.

Princípio da escola vinculada à realidade. A escola precisa estar onde os sujeitos estão sustentada pelo enriquecimento das experiências de vida; obviamente, em nome não de permanência, mas de uma reconstrução guiada pela ética da valorização humana e do respeito à diferença.

Princípio para o desenvolvimento sustentável. Pensar segundo a lógica de que o local — o território — pode ser reinventado de forma a supor novas relações entre pessoas e natureza, entre seres humanos e demais seres. Educar para o desenvolvimento considera a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural, bem como a equidade de gênero, racial, étnica e intergeracional.

Princípio da autonomia e colaboração entre sujeitos do campo e sistema nacional de educação. Não cabe ao poder executivo decidir os destinos das comunidades, nem cabem a grupos organizados atitudes corporativas na definição de prioridades. Uma política nacional de educação do campo exige esta postura dos sujeitos: participar ativamente do processo. Projeta-se a participação dos movimentos sociais e sindicais do campo e organizações da sociedade civil na construção dos planos em nível nacional, estadual e municipal para que as identidades estejam intrinsecamente articuladas.

A observação das necessidades emergentes do assentamento Herbert de Souza nos diz que a educação do campo pode ocorrer dentro dos espaços escolares e fora, pode envolver saberes (e sabores) variados, tempos (e temperos) distintos, métodos e espaços físicos diferenciados. Indicamos a sala da associação do assentamento como lugar para começar a educação do campo com cinco conteúdos relevantes para o momento que os assentados vivem: legislação reguladora dos assentamentos, desenvolvimento sustentável, ecogastronomia, cultivo ecológico na agricultura familiar e solidariedade entre assentados.

1) Analisar os princípios legais normativos que regulamentam a reforma agrária é permitir aos assentados conhecerem, com clareza e didatismo, seus direitos e deveres no assentamento. As leis garantem a todos nós a conservação dos recursos hídricos e a proteção

da biodiversidade. Vetam a destruição completa da natureza. Determinam a obrigação de preservar áreas sensíveis e manter uma parcela da vegetação nativa no interior das propriedades rurais. Regulam os empréstimos que os assentados devem recorrer para sobreviver. Eis por que discutir leis e normas como objeto da educação do campo é questão prioritária à sobrevivência mesma da reforma agrária, do assentamento, do assentado.

2) Discutir o desenvolvimento sustentável analisando-se a possibilidade de crescimento econômico em harmonia absoluta com a natureza é criar condições para suscitar a consciência de que não há possibilidade de desenvolvimento possível do ser humano sem que presuma proteger a natureza; para perceber as possibilidades reais de implantar no assentamento a produção agrícola e pecuária que não comprometam o meio ambiente porque as incidências se reduzem ao máximo possível; para compreender agricultura sustentável respeita o meio ambiente, a identidade cultural e a vida dos animais; que a vida vivida com solidariedade e convívio comunitário é uma forma tanto de estabelecer condições de viver tranquilamente quanto de se opor à loucura universal do sistema de alto consumo e propor caminhos para uma existência sustentável com orientação ecológica não apenas para alimentação, mas ainda para o estilo de vida e os modos de produzir envolvendo produtores, produtores e consumidores com orientação ecológica e justiça — com um comércio justo.

3) Estudar as possibilidades de discutir a ecogastronomia significa não só valorizar o alimento como cultura, mas também defender alimentos que possam compor uma comida saudável, limpa e justa, isto é, produzida pela agricultura familiar. Todo ser humano deve ter direito a uma alimentação saudável e acessível economicamente. Daí a defesa da biodiversidade das espécies comestíveis e dos saberes culinários tradicionais; de alimentos “ameaçados” pela redução da biodiversidade das espécies comestíveis em nossa dieta (CARVALHO, 2010). A discussão envolve as lutas socioambientais por sustentabilidade, a biodiversidade dos alimentos, a produção local e recusa à uniformização da globalização.

4) Examinar as possibilidades práticas da adoção do cultivo ecológico para melhorar as condições de vida. A agricultura ecológica se destaca como forma de prescindir do uso de fertilizantes químicos ou agrotóxicos, pois a fertilização com matéria orgânica e adubação verde predominantemente respeita o ciclo dos nutrientes no solo, além de não só empregar intensamente o trabalho humano e o de animais domésticos, como também de usar com comedimento a energia e o maquinário. Agricultura ecológica é uma opção para os assentamentos porque permite aproveitar melhor a mão de obra familiar, diminuir os custos de produção, aumenta as possibilidades de comercialização direta, melhora a saúde dos

consumidores e traz consideráveis benefícios à natureza humana e não-humana (VARGAS; RUSCHEINSKY, 2002, p. 127–34).

5) Avaliar elementos que ajudem a desenvolver a solidariedade no assentamento, de modo a unir as pessoas que convivem no mesmo espaço e ligadas por interesses ou propósitos comuns para que se sintam integrantes comunitariamente, ou seja, interdependentes.

Esses pontos derivam de uma clareza conceitual do que tem de ser a educação do campo; clareza essa que nos move a trabalhar para romper com a introjeção de uma estrutura de dominação do sistema hegemônico que mantém uma cultura de devastação do ambiente enquanto imobiliza a tomada de consciência em prol de ações transformadoras. Rompê-la supõe ver a sustentabilidade como perspectiva de vida que compõem a teia de vida; e ver a sustentabilidade como tal requer que a educação do campo seja capaz de propor um desenvolvimento do *ser* que seja antítese aos imperativos do *ter* associável com o sentido da propriedade e da acumulação.

A cada ano, o agravamento da situação do planeta se acentua (MARTINS, 2002). O crescimento populacional, o desaparecimento de florestas, a erosão, a pesca indiscriminada, o nível do mar subindo, o aquecimento crescente: tudo contribui para a degradação do ambiente. Daí a importância da educação ambiental para a educação do campo. Dela pode advir uma conscientização epistêmica da exploração predatória da natureza e dos seres humanos como paradigma de opressão que precisa ser revertido com urgência (CATALÃO, 2009). Não basta mais só tentar reduzir o consumo. É preciso provocar e buscar mudanças em prol de uma produção ambientalmente sustentável: mente desenvolvida; evolução da consciência para chegar a uma percepção que permita vencer o aprisionamento interior; conhecimento para construir o que se imagina, o que se cogita; percepção cultural que vá além do físico e do biológico; possibilidade de complementar a análise racional com a suprarracional mediante o desenvolvimento da intuição; formação de sujeito críticos, éticos, autônomos, solidários e criativos; rompimento com o processo fragmentado, alienado e alienante da construção do conhecimento; dúvida como ponto de partida da educação, em vez da certeza absoluta. Espera-se que a educação (ambiental e do campo) responda aos desafios da crise ambiental criando condições para se estabelecerem outros valores na relação entre humanidade e natureza (CATALÃO; JACOBI, 2011, p. 95); mobilizando indivíduos e grupos para assumirem sua parcela de responsabilidade no projeto de transformar a cultura do consumo em cultura do cuidado.

Essa construção pressupõe uma práxis ecopedagógica cujo processo conduza a um experimentar a cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade mediante aprendizagem

construída pelos sentidos despertados na vida cotidiana. No jogo dialógico entre consciência e natureza, o objetivo é refletir para fazer emergir a consciência de si: base do processo de hominização (CATALÃO, 2006). Trata-se de saber como queremos registrar nossa passagem pelo planeta; saber quais sementes lançamos para ser germinadas. Isso, porém, requer voltar-se à intersubjetividade como instância fundamental sobre a qual construir uma ética, uma estética e uma práxis que interliguem natureza, cultura, sociedade e humanidade (CATALÃO, 2009, p. 267) fundadas na compreensão.

4

Fundamentos metodológicos

A ecologia humana e a educação ambiental — às quais podemos associar a ecopedagogia aplicável à educação do campo — envolvem a relação do ser humano com seu ambiente natural. Tal relação abrange não só os aspectos naturais e culturais, mas também as implicações subjetivas formadas pelo pensamento humano e pelas ações práticas de interferência direta na natureza. De tal forma, às análises que permeiam esses tópicos convém não seguir um viés teórico sem considerar o “lugar de vida”: o lugar das pessoas e suas referências culturais. Essa condição permeia este estudo e guiou a pesquisa materializada nesta tese, porque o trabalho aqui apresentado continua nossa intenção de conhecer mais a fundo a população do noroeste de Minas Gerais, da qual resultou a publicação dos livros *Vidas vividas em Arinos*, *Vidas vividas em Buritis*, *Vidas vividas em Paracatu* e *Os negros de Paracatu*: obras estruturadas mediante entrevistas com pessoas que viviam isoladas no cerrado.

Numa incursão pelo noroeste mineiro iniciada em 2000, ouvimos mulheres cujas vozes refletiam o sofrimento infligido por uma existência marcada pelo trabalho incessante, pela criação da prole, pela subordinação irrestrita aos fazendeiros onde trabalhavam; acompanhamos conflitos na região de Buritis, sobretudo em março de 2002, quando quase 400 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram a fazenda do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso e dos quais 16 foram

presos num dia só; enfim, visitamos acampamentos numerosos às margens das rodovias, onde conversamos com mulheres acampadas. Esse envolvimento com o lugar e com as pessoas suscitou o interesse em desenvolver um trabalho focado em um assentamento de reforma agrária a fim de ouvir as mulheres trabalhadoras rurais que ali vivem e cuja rotina diária inclui não só zelar da casa, cuidar dos filhos, costurar, lavar e passar, mas também cumprir afazeres como capinar, colher e cuidar do gado; e sempre com um sorriso nos lábios e uma recepção carinhosa e calorosa a quem chega à casa delas.

Os primeiros passos da materialização desse interesse foram dados no contato com o assentamento Herbert de Souza, no município de Paracatu, por intermédio do presidente do sindicato rural dos trabalhadores. Ele salientou a necessidade de conhecer, em primeiro lugar, a presidente da associação de moradores do assentamento a fim de que ela viabilizasse a concretização de nosso interesse em desenvolver trabalho ali. Sem um acompanhante que residisse no Herbert de Souza, é provável que os moradores do assentamento não fossem receptivos à pesquisa. A recepção da presidente da associação foi de carinho, além de mostrar disposição para ajudar, em todos os momentos. Isso aconteceu no período 2010-2012, quando presidiu a associação. Findo seu mandato, ela apresentou a pesquisa ao novo presidente, que lhe pediu para continuar seu desenvolvimento, pois ela era vice-presidente. Muitas vezes, ela deixou de buscar palha no cerrado a fim de fazer vassouras — que vende para sustentar a família — para acompanhar a pesquisa de perto. Com isso, a recepção nas residências visitadas sempre foi de abertura ao diálogo.

Em 2010, quase oito anos após aquela incursão que suscitou o interesse motivador deste estudo, o anteprojeto de pesquisa “As vozes das mulheres trabalhadoras rurais no Assentamento Herbert de Souza no município de Paracatu (MG): aprendendo com as mulheres do campo” foi acatado para ser desenvolvido no doutorado em Educação da Universidade de Brasília (UnB).

O envolvimento com o lócus e os informantes da pesquisa permitiu estabelecer um processo de comunicação mediado pelo diálogo não só constante, mas também profícuo em conteúdos e marcado pela escuta irrestrita e abertura ao universo investigado. O conhecimento obtido na coleta de dados empíricos resultou em um projeto de gestão socioambiental indicativo de trabalhos que podem ser feitos com a comunidade. O projeto visa mobilizar vontades para que as pessoas do assentamento vejam o mundo que os envolvem com seus próprios olhos, pois isso é importante para que consigam romper o fetichismo do sistema dominante, lidar com a terra de forma ecológica para preservar a comunidade e sobreviver às adversidades do assentamento sem comprometer sua diversidade. Assim, a pesquisa aqui

descrita se desenvolveu no assentamento Herbert de Souza de modo a permitir analisar as dimensões sinérgicas ou assinérgicas do assentamento ante o ambiente natural, pois — conforme Marx e Engels (1990) —, em qualquer época histórica a concepção de natureza é construída em função das necessidades humanas, isto é, da relação entre homem e meio ambiente.

Nessa relação, o comportamento humano sempre resulta de um conhecimento ou um paradigma; noutros termos, não há comportamento sem um referencial teórico, pois não existe nenhuma ação sem que antes seja sedimentada em um pensamento. Nesse caso, desenvolver uma pesquisa que a permeie exige ter por base um conhecimento dos modos de pesquisar: dos paradigmas de pesquisa — e seu o referencial teórico — para escolher o mais coerente com seu desenvolvimento. À pesquisa subjacente a esta tese pareceu mais acertado recorrer ao posicionamento dialógico, à bricolagem, à observação participante e à pesquisa-ação.

4.1 O caráter dialógico

González Rey (2002) enfatiza a necessidade de a pesquisa caracterizar-se pelo caráter dialógico, quer dizer, de construção e interpretação da realidade e considerando a subjetividade do sujeito no contexto social em que ocorre sua experiência. Isso porque os processos subjetivos complexos aparecem mais à medida que os sujeitos estudados se expressem através de sua implicação pessoal e elaborem suas construções em interação com o pesquisador. Esse autor salienta que a pesquisa tem de ser vista como “[...] processo permanente de estabelecimento de relações e de construções de eixos relevantes de conhecimento dentro do cenário em que pesquisamos o problema” (GONZÁLEZ REY, 2002, p. 96).

4.2 A bricolagem

Toda pesquisa envolve eixos cuja construção e relevância exigem criatividade, à qual Kincheloe e Berry (2007) se referem como bricolagem (usa a criatividade na pesquisa) para indicar que o pesquisador não trabalha *sobre* os outros, mas sempre *com* os outros. O processo denominado bricolagem busca trazer à luz os sentidos ocultos, os discursos conflitantes e as implicações sociais. Como forma de pesquisar, é a maneira de confrontar as injustiças em sistemas e aquilo que se deveria mudar. O discurso desses autores mostra uma realidade que o pesquisador enfrenta em que os entrevistados têm um discurso coerente com o paradigma social em que vivem, como se o modo de se relacionarem com a natureza e com o outro fosse a única alternativa viável.

Com efeito, enfrentamos essa realidade nos assentamentos. As primeiras conversas de que se originou o pré-projeto da pesquisa subjacente a esta tese mostraram que os entrevistados agiam conforme a estrutura em que se inseriam — a do assentamento de reforma agrária; por exemplo, mostravam que sua ação não era a de quem destruía a natureza por intenção e escolha, mas a de quem reage aos impulsos dados pelo modo de vida resultante do modo de produção capitalista. Envolvidos no fetichismo, na alienação e na negação da escolha racional, acreditam que tudo deve continuar como está e não aceitam o papel de protagonistas de mudanças, pois internalizaram que não têm verdades, desejos e ambições nem sonhos por um mundo melhor.

Assim, coube-nos — ou seja, à pesquisa fundamentada na bricolagem — desvelar pressupostos ocultos, ir além do discurso elaborado, trazer à luz os sentidos obscuros, revelar artefatos aparentemente invisíveis, transcender o racionalismo do entrevistado e romper o véu das aparências. Dito de outro modo, a vivência de pesquisa no assentamento deu condições de perceber injustiças e refletir sobre o que deve ser transformado. As conversas mostraram ainda o quão importante seria saber indagar as pessoas e aprender a ouvir a fala delas — da comunidade — em uma atitude de escuta sensível, isto é, “[...] de uma abertura holística”, diria Barbier (2004, p. 98). “Trata-se realmente de entrar numa relação de totalidade com o outro tomado em sua existência dinâmica”, seja na bricolagem, seja na observação participante.

A escuta sensível conduz o pesquisador a uma relação de empatia e envolvimento com as mulheres assentadas, aceitando que a dimensão pessoal, social e simbólica de todos os atores estejam presentes, interfiram e tenham relevância, possibilitando abarcar o conjunto intrincado de intersubjetividades que se entrelaçaram nas vozes das assentadas, criando oportunidades de reflexão e de tornar conscientes aspectos que muitas vezes estão velados.

O envolvimento na escuta sensível leva o pesquisador à conscientização das situações de opressões físicas e psicológicas que podem estar ocultas e são reveladas de forma muitas vezes sutil, sendo necessária muita atenção no olhar, nas palavras, no tom da voz, nas reações somáticas da pessoa que estamos entrevistando. Não podemos compreender o mundo das assentadas sem estar junto, sem fazer parte, sem sinergia absoluta com elas, sem entender o mundo afetivo existente no assentamento.

Compreendemos que a escuta sensível na pesquisa torna-se realidade a partir do momento em que reconhecemos os desejos, as vontades, os pensamentos, as intenções, as possibilidades das pessoas que estamos entrevistando e projetamos nos nossos discursos acadêmicos. O discurso do pesquisador passa a estar envolvido implicado com o ser que está

em sua frente se desvelando através de gestos, comportamentos e discursos. O pesquisador, nesse caso, tem um compromisso de fidelidade e respeito pela fala das mulheres no assentamento trazendo verdadeiramente as alegrias, as tristezas, as dúvidas e os sonhos.

A bricolagem exemplifica seu papel na pesquisa ao permitir percorrer o assentamento, entrevistar pessoas e conseguir formar um quadro da paisagem social que permita a quem pesquisa aprofundar o olhar, a investigação; mergulhar no íntimo das pessoas para fazer emergir o escondido, o encoberto, o desconhecido pelo olhar superficial; para revelar outra realidade não vista, não conhecida, ignorada antes da pesquisa.

4.3 Pesquisa-ação

Na exploração dessa paisagem social delineada mediante a bricolagem, dos modelos de pesquisa-ação apresentados por Barbier (2004) — existencial, psicossocial, experimental e transpessoal —, o primeiro se mostrou mais apropriada para lidar com os problemas sociais no assentamento rural e trabalhar *com* — e não *sobre* — os outros. A opção por essa modalidade se embasa na concepção desse autor, que reiteramos: pesquisa-ação como metodologia inserida na teoria da complexidade e em observação constante da realidade. Foi possível resolver questões comunitárias pelo surgimento de uma autoformação — de cada participante — e uma coformação — do grupo — em que todos passaram a conhecer mais a realidade do mundo em que estão inseridos e, com isso, tiveram mais condições de materializar ações de impacto na convivência, na qual houve mudanças derivadas de novos conceitos elaborados pelos assentados. Numa palavra, houve uma inserção maior dos moradores na pesquisa.

Com efeito, a pesquisa-ação existencial se estruturou com base em relatos orais, em rodas de conversas, na observação participante e em oficinas. Envolveu a individualização e a contradição. Suscitou emoções e outras subjetividades, em todos os sentidos como uma exigência mesma desse tipo pesquisa, que presume estabelecer vínculos entre pesquisador e informantes a tal ponto, que chegam a formar redes afetivas de comunicação, centrais à expressão espontânea das pessoas e à integração entre estas e quem pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2002). Implicou participação cooperativa baseada no diálogo desde a etapa de campo até a análise dos resultados — implicou uma participação integradora e uma cogestão; noutros termos, todos os membros participaram da tomada de decisões do início ao fim. Pressupôs engajamento e participação ativa do assentamento para instaurar e solidificar um processo de comunicação entre pesquisador e informante viabilizado pelo diálogo constante e prolífico. Foi preciso deixar emergir visões pessoais — suscitadas por perguntas, que também

esclareciam dúvidas de ambas as partes. Não só nesse momento, mas também nas demais circunstâncias foi permitido aos participantes expressar livremente sua percepção da realidade do assentamento, de sua luta e de seu desenvolvimento; em outros momentos, puderam esclarecer contradições e mal-entendidos.

A pesquisa-ação teve como objeto de estudo as vozes de mulheres do assentamento as quais a escuta sensível teve como atitude elementar a abertura holística na tentativa de entrar numa relação de totalidade com o outro. Fugiram à intenção dessa escuta o julgamento e a comparação. Foi possível ter uma visão do presente e do passado da comunidade; participar da comunidade por dado período — apreender, pela observação, as rotinas e atividades de cada família, conversar e buscar entender o significado de suas ações; produzir um diário da experiência de observar participativamente das oficinas e de entrevistar pessoas para que relatassem a história de suas vidas. O diálogo com as trabalhadoras rurais do assentamento lhes permitiu descrever suas experiências com o ambiente e com outras pessoas; expressar visões de mundo, suas e da comunidade do assentamento. Esse momento da pesquisa estimulou uma reflexão socioambiental em que cada protagonista pôde pensar em sua vida no campo; igualmente, permitiu mostrar a necessidade de construir uma relação ecológica das mulheres com o local onde vivem e com o próximo. Numa palavra, foi possível mergulhar nas vivências tendo em vista o escopo da pesquisa e o espaço do pesquisador.

4.4 Procedimentos metodológicos

4.4.1 *Diário de campo*

Pesquisa de campo supõe buscar construir o conhecimento segundo vestígios e usando dada metodologia, determinado modo ou certo caminho para entender o objeto de estudo (GAMBOA, 2007). No caso da pesquisa de campo que sustenta esta tese, o primeiro passo foi elaborar um diário de campo para anotar os acontecimentos e pensamentos relativos ao objeto; trata-se de elemento-chave dessa etapa, de tal modo que sem ele não há que falar em pesquisa de campo. Como modo de coletar informações sobre a ação em dado momento e de intervenção, o diário de campo é uma técnica de registro do cotidiano da pesquisa que produz uma prática reflexiva: anotar os fenômenos e elaborar mentalmente a anotação (HESS, 1996, p. 63). Essa etapa da pesquisa empírica foi das mais importantes porque criou condições para apreender a realidade imediata e descrever todas as atividades de investigação a pesquisa.

Do conteúdo escrito do diário de campo constam dados, informações, observações, transcrição de conversas, descrição de comportamentos, hábitos, usos, costumes e gestos,

registro de reuniões, oficinas — numa palavra: descrição de toda a pesquisa feita no assentamento. Foi o instrumento de coleta que permeou todas as etapas da pesquisa, diária e sistematicamente (com datação, localização e caracterização dos sujeitos envolvidos, e das situações observadas no assentamento); de registro de tudo que foi observado, assim como de nossa opinião, de pensamentos particulares suscitados por falas isoladas e conversas engajadas, em situações variadas. De tal modo, muitas anotações tiveram um tom pessoal demasiado, indicativo de aspectos de reserva, de muita intimidade, o que as torna intransferíveis, não publicáveis, mesmo que nomes e outros atributos de identificação das pessoas tenham sido mantidos em anonimato. As releituras do diário para descrever e sistematizar as experiências dos assentados frisaram a necessidade de filtrar as anotações.

4.4.2 *Observação participante*

A inserção na comunidade estudada de modo a se integrar e interagir com seus membros e partilhar de seu cotidiano por períodos longos com os sujeitos a fim de sentir o que significa estar naquela situação criou condições para empregar a observação participante como técnica de coleta de informações. A proposta da observação participante partiu de uma investigação prévia para identificar um problema, delimitar uma área e obter envolvimento colaborativo dos membros da comunidade até a ação propriamente dita. Por esse caminho foi possível conhecer a situação cotidiana da comunidade, das famílias observadas e com as quais foi possível interagir participativamente.

Com efeito, a pesquisa participante buscou a plena participação plena da comunidade na análise de sua realidade e a fim de promover a transformação social em seu benefício. Isso seria uma forma de valorizar a interação social com o grupo, assim como a relação do exercício do conhecimento de uma parte com o todo, e vice-versa. Afinal — diria Morin (1997) —, o conhecimento é pertinente quando seu exercício possibilita significar seu contexto global: ver o conjunto *complexus*.

Na observação participante, ao observador cabe se integrar ao objeto de sua observação; assim como ao conhecedor cabe se integrar ao objeto de seu conhecimento. No caso do assentamento, a atenção foi não só a todos os momentos da pesquisa de campo, mas também ao aspecto ético dos participantes, ao perfil das relações entre moradores, às tradições e aos costumes, às ideias, aos sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida no ambiente em que estão inseridos. Como a observação participante permite ao pesquisador analisar a realidade social que o rodeia na tentativa de captar conflitos e tensões, identificar

grupos sociais com sensibilidade e motivação para fazer mudanças (RICHARDSON, 1999), foi preciso observar, por exemplo, como regras formuladas ou implícitas nas atividades do grupo são obedecidas ou transgredidas e como ocorrem sentimentos de amizade como antipatia e simpatia em meio aos membros da comunidade.

O produto da observação participante é pouco palpável porque prepondera a subjetividade em sua materialização: sua forma escrita, mesmo que esta se restrinja a uma linguagem mais concreta, a um vocabulário mais substantivo. Mas é sabido que variáveis mais objetivas podem interferir na manifestação do objeto de observação pelo sujeito agente ou da situação observada, assim como na apreensão do objeto observado pelo pesquisador. Assim, foi preciso levantar dados mais objetivos que pudessem subsidiar a análise das anotações derivadas das observações; por exemplo: quem é o sujeito que fala, como é a voz que fala: é a voz da experiência que o avançar da vida traz? A voz da expectativa, mais peculiar aos mais novos? Da esperança, própria de quem nunca teve nada e agora tem? Dito de outro modo, a biografia dos sujeitos e suas condições de vida (econômicas, sociais etc.) interessam a uma interpretação do que dizem relativamente à realidade que os circunda e em que vivem.

4.4.3 *Procedimentos quantitativos*

Os dados quantitativos foram colhidos mediante dois questionários. O questionário 1 enfocou dados biográficos (nome, idade, estado civil, número de filhos e escolaridade) e socioeconômicos (filiação sindical, tempo de residência no assentamento, atividade desenvolvida, renda familiar e assistência médica). O questionário 2 enfocou o assunto vulnerabilidade ambiental do assentamento.

A vulnerabilidade ambiental — cabe reiterar — é a capacidade de uma unidade espacial gerar impactos desagregadores no ambiente por causa de atividades humanas. A metodologia para diagnosticá-la no assentamento considerou a proteção das cisternas da contaminação pela fossa doméstica; a qualidade da água; o direcionamento do esgoto; a existência de ambiente propício para necessidades fisiológicas; a constância da higienização pessoal; a utilização de queimadas; e a manutenção das áreas de conservação. O levantamento dos índices foi elaborado através do questionário número 2 — sobre o lote. Esse questionário tem dez perguntas com uma coluna para indicar *sim* e outra para indicar o *não*. A contagem dos pontos é o somatório da coluna *não*: quanto maior for a pontuação, maior será a vulnerabilidade da região.

TABELA 1
Níveis de vulnerabilidade ambiental
do assentamento Herbert de Souza

VULNERABILIDADE	ÍNDICES
Elevada	10
Muito alta	8-9
Alta	6-7
Média	4-5
Baixa	2-3
Muito baixa	0-1

Fonte: dados da FJP, 2011.

O diagnóstico da vulnerabilidade se embasou nos indicadores e índices estruturados para medições do zoneamento ecológico de Minas Gerais, citado no capítulo 1. As medições foram construídas — pela Universidade Federal de Lavras em parceria com a Fundação João Pinheiro — para articular potencialidades setoriais. Adaptando-se o diagnóstico de vulnerabilidade apresentado no zoneamento à situação do assentamento, os indicadores variam de 0 a 10: quanto maior for, maior será a vulnerabilidade do assentamento. A elaboração do diagnóstico envolveu variáveis e critérios ecológicos segundo o eixo temático *envolvimento do homem com a natureza*. Assim, a vulnerabilidade definida na Tabela 1 obedece à realidade do assentamento Herbert de Souza.

O cálculo dos índices se embasou no envolvimento assinérgico do homem com a natureza: contaminação da água por esgoto; uso de agrotóxicos na lavoura; prática de queimadas; depredação das matas ciliares e de topo; eliminação da flora; eliminação da fauna; eliminação da vegetação nativa; não proteção da água dos mananciais; manutenção das áreas de conservação; existência de atividades relacionadas ao carvoejamento. Cada variável tem valor de um ponto. Consideremos o exemplo a seguir:

Áreas onde há esgoto ligado ao curso d'água, pratica-se a queimada e elimina-se a vegetação nativa têm três pontos — ou seja, *vulnerabilidade baixa*; nesse caso, apresentam baixas restrições à utilização dos recursos naturais. Onde o ambiente está desnaturalizado, o cerrado virou pasto ou é explorado pelo agronegócio e os rios estão poluídos pelos agrotóxicos jogados nas plantações, a *vulnerabilidade é elevada* — significa que a área pesquisada está toda contaminada por ações antrópicas antinatureza. Onde há queimadas e preparação do solo para agricultura e pecuária, a *vulnerabilidade é muito alta* — a restrição à utilização de recursos naturais é severa. Onde há áreas preservadas e áreas sob ação antrópica, a *vulnerabilidade é alta*. Onde a maior parte da região é preservada, mantém-se o cerrado e poucas regiões são preparadas para se tornarem pastagens e o agronegócio, a vulnerabilidade

é média. *Vulnerabilidade baixa* apresenta a região onde predomina a preservação, embora haja núcleos ocasionais e esparsos de destruição da vegetação. *Vulnerabilidade muito baixa* apresenta a região onde se preserva totalmente o cerrado e não há atividade agrícola nem pecuária.

Esse diagnóstico possibilitou confirmar que, quanto mais alta é a vulnerabilidade, mais baixa é relação simbiótica dos assentados com a natureza. Na pesquisa, essa dimensão quantitativa se embasa nos questionários 1 e 2 e na vulnerabilidade ambiental. Os dados sobre a vulnerabilidade ambiental no assentamento levantados via questionário deram condições de conhecer mais sistematicamente as condições do meio ambiente. Mas era preciso saber como são as relações entre os moradores do assentamento e o ambiente. Para isso, pareceu coerente cruzar esses dados e outras evidências de natureza mais objetiva com informações de teor mais subjetivo, como aquelas que poderiam ser obtidas mediante a fala. Com isso, seria possível promover uma intersubjetividade na análise dos dados, porque cremos que só as condições de coleta via preenchimento de questionários sejam mais objetivas: as respostas dadas — assim nos parece — contêm uma carga significativa de subjetividade.

Os relatos orais — as informações mais subjetivas — advieram de conversas mais espontâneas e de conversas mais engajadas em dado assunto, as quais foram registradas no diário de campo; também vieram de entrevistas agendadas com mulheres que vivem e trabalham no assentamento, cujos relatos foram, na medida do possível, transcritos a mão porque as entrevistadas não autorizaram registrar a conversa em áudio. O propósito maior dessa forma de coleta de dados foi obter um conhecimento mais variado e apropriado do ambiente a fim de aplicá-lo, por exemplo, na elaboração de um projeto que pudesse criar condições de interferir, com a comunidade assentada, na realidade do assentamento mediante ações sinérgicas com o meio ambiente.

4.4.4 *Relatos orais*

Entrevistamos 50 mulheres — cujos nomes não são mencionados para resguardarmos a identidade das entrevistadas. Referimo-nos a elas por números. As entrevistas ocorreram na residência de cada entrevistada; no ambiente doméstico, tiveram mais liberdade de expor pontos de vistas sem se preocuparem com o tempo; puderam falar com mais fluência e mais prolixidade. As entrevistas seguiram roteiro elaborado, primeiramente, com perguntas sobre a emoção de vida, ou seja, sobre coisas harmoniosas no assentamento, no lote e na família; num segundo momento, enfocaram as emoções de morte, isto é, aspectos desarmônicos ou desagradáveis no assentamento, no lote e na família; no terceiro momento, as entrevistadas

ficaram livres para que cada mulher pudesse expor sua opinião, desabafar sobre questões do assentamento, do lote e da vida delas que as incomodassem.

Ao entrevistar, cuidamos para que as questões fossem expressas com clareza e objetividade de modo a haver entendimento e fluxo contínuo da fala. Atentamo-nos para que, na hora da entrevista, houvesse controle do gestual para evitar que gestos indicativos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida etc. que pudessem inibir a entrevistada ou até criar situações de bloqueio mental. Era importante mostrar confiança para que as mulheres pudessem relatar livremente suas experiências.

A primeira entrevista impôs um problema: o uso o gravador. A entrevistada se negou a ter sua fala gravada em áudio. Outras tentativas mostraram que não seria recomendável gravar a entrevista. Assim, foi preciso anotar o que a entrevistada disse, depois digitar as anotações no computador e ler o texto resultante para ela; mas só após a entrevistada chamar todos da residência para escutar o que ela tinha dito. Foi necessário fazer ajustes, indicados por ela ou uma pessoa da família. Esse procedimento exigiu voltar à residência para uma releitura. Uma vez que todos estavam de acordo com o escrito, ela assinou o “Termo de consentimento livre e esclarecido”.

4.4.5 *Oficina e rodas de conversa*

Além da entrevista, recorreremos a outros recursos que permitissem ouvir os moradores do assentamento, ou seja, as rodas de conversas e a oficina do futuro: duas atividades coletivas que possibilitaram instaurar diálogos e diagnosticar a participação. Embora distintas em seus propósitos específicos, em sua estruturação e na forma de participação coletiva, ofereceram uma visão do conjunto das mulheres — suas vivências, seus pensamentos sobre o passado, o presente e o futuro — e do assentamento. Diferentemente das entrevistas, que assinalaram visões e posicionamentos individuais, essas duas formas de encontro comunitário retrataram uma visão do grupo. A oficina foi uma circunstância ímpar no assentamento porque possibilitou explorar um conjunto de atividades lúdicas que estimulavam a reflexão sobre problemas socioambientais; isto é, porque ajudou a comunidade a organizar as ideias a fim de buscar formas de melhorar suas condições de vida.

As *rodas de conversa* se embasaram em nossa experiência de sala de aula e de oficinas desenvolvidas em várias localidades do noroeste para a elaboração dos livros sobre as vidas vividas no cerrado. Igualmente, fundamentaram-se em Mélló (2007), Afonso e Abade (2008) e Freire (2012). De acordo com Mélló et al. (2007), elas priorizam discussões sobre uma temática em que, no processo dialógico, as pessoas podem apresentar suas elaborações —

mesmo que contraditórias — porque cada pessoa instiga a outra a falar, daí ser possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro. Ao mesmo tempo, as pessoas contam suas histórias e buscam compreendê-las pelo exercício do pensar compartilhado, que possibilita significar os acontecimentos.

Houve três rodas de conversa na sede da associação de moradores do assentamento. A primeira aconteceu em 12 de julho de 2014; a segunda, no dia 19; a terceira e última, no dia 26. Em todas, participaram 20 mulheres, além do presidente do assentamento. Houve vários momentos de descontração e sensibilização para que todos pudessem expressar pensamentos e descrever o que ocorria no assentamento. O resultado das rodas de conversa está descrito no diário de campo e distribuído na tese.

A *oficina do futuro* é uma ferramenta de planejamento participativo cujo objetivo-chave foi desenvolver um plano de ações socioambiental no assentamento Herbert de Souza à luz da metodologia da pesquisa-ação. Realizar a oficina demandou contatar o presidente do assentamento — na pessoa do senhor Luquinha — e da vice-presidente, que apoiaram o projeto, seja mobilizando os moradores do assentamento, seja providenciando espaço físico. Pedimos para que convidassem toda a comunidade do assentamento (de crianças a idosos) a fim de participar dessa reflexão socioambiental, de três etapas: “árvore dos sonhos”, “as pedras no caminho ou muro de lamentações” e “plano de ação”. No primeiro contato com o presidente, foi-lhe explicado como aconteceriam as etapas, de modo a mostrar que seria ocasião para pensar juntos nos problemas do assentamento, sonhar coletivamente e refletir sobre os desafios enfrentados pelos moradores como procedimentos necessários à proposição de um plano de ações e estratégias de trabalho em prol da comunidade Herbert de Souza. Foi frisado que os objetivos da oficina não eram políticos; e sim estímulo para que responsabilidades fossem assumidas, ideias fossem organizadas e ações prioritárias fossem definidas rumo à concretização de um sonho coletivo e como exercício de cidadania.

A primeira etapa ocorreu em 23 de agosto de 2014, a partir das 13h, na sede da associação de moradores do assentamento. Participaram 20 mulheres e 3 homens. A pergunta “Como você gostaria que fosse o assentamento?” deu início à atividade. Cada participante recebeu uma cartela em forma de flor (FIG. 4), onde expressou por escrito um sonho relativo à melhoria da vida do assentamento. Em seguida, as cartelas foram fixadas na “árvore dos sonhos”. O resultado dessa ação mostrou o que os moradores pretendem vivenciar no assentamento. Seguiu-se o intervalo para o lanche coletivo e a descontração.



FIGURA 4 – Participação dos moradores na primeira etapa da oficina na sede da associação, em 23/8/2014, quando apresentaram seus sonhos em cartelas em forma de flor e a afixaram na montagem da árvore na parede.

Fonte: acervo da pesquisa. Fotógrafo: Wantuir Machado de Abreu, 2014.

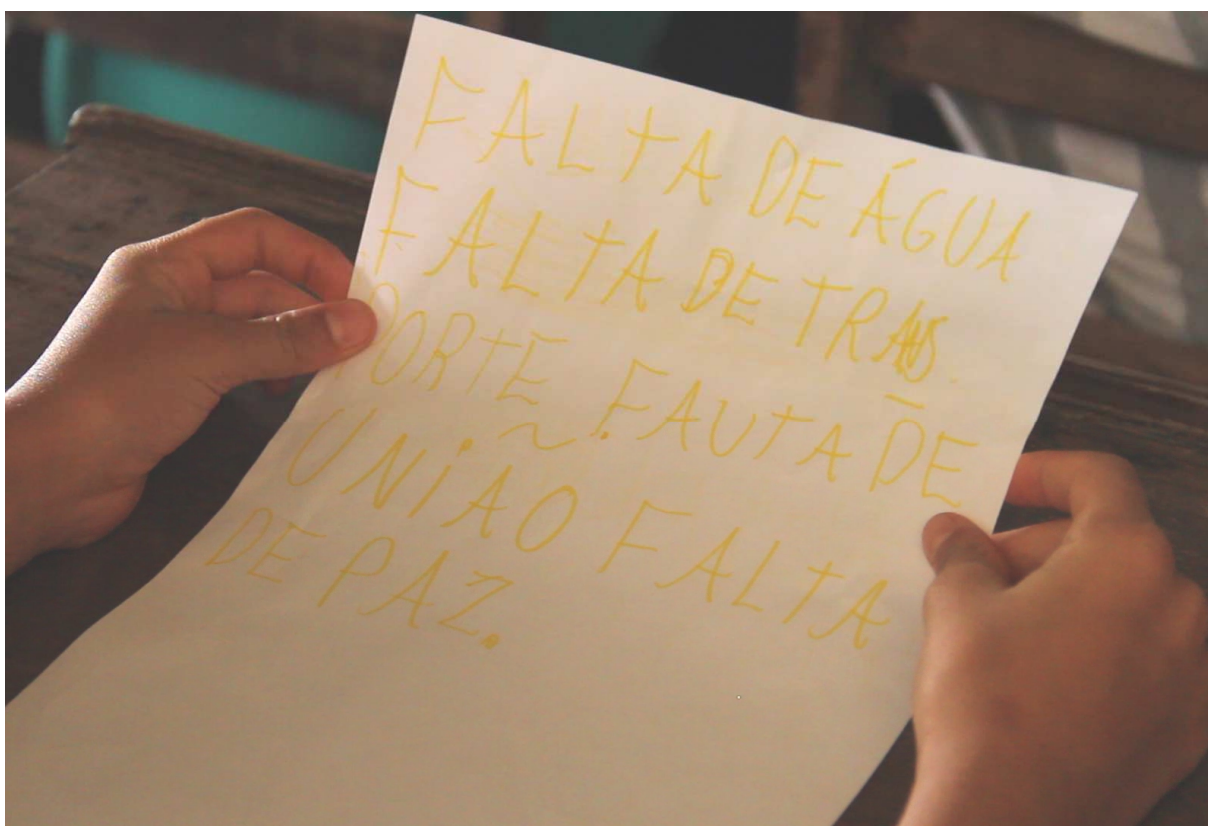


FIGURA 5 – A segunda etapa da oficina aconteceu em 23 de agosto de 2014 e com as mesmas pessoas. Cada participante respondeu à pergunta *Quais eram os problemas que enfrentavam no assentamento.*

Fonte: acervo da pesquisa. Fotógrafo: Wantuir Machado de Abreu, 2014.

A segunda etapa da oficina aconteceu no mesmo dia 23 de agosto de 2014 e com as mesmas pessoas. Dessa vez, cada participante devia responder à seguinte pergunta: quais eram os problemas que enfrentavam no assentamento? Ou seja, o que nos impede de alcançarmos nossos sonhos. Todos escreveram em uma folha de papel uma palavra que descrevia a dificuldade de realização do assentamento (FIG. 5). Antes de cada um colocar o papel na estrada desenhada no chão, sob a “árvore dos sonhos”, deviam expressar sua opinião sobre o que foi escrito.

Todos falaram — alguns choraram — e ficaram admirados por escutar com clareza os problemas reais que enfrentam no assentamento. Na sala da associação do assentamento havia sido desenhada a “árvore dos sonhos” com as idealizações para um assentamento ser viável no presente; abaixo da árvore, havia “as pedras” (FIG. 6): fatos que impedem construir um lugar onde as pessoas possam viver com dignidade e em harmonia com a natureza. Encerramos a etapa às 18h, não sem agendar o encontro seguinte, para 29 de agosto, às 13h, no mesmo local — sede da associação — para continuar a oficina.



FIGURA 6 – Momento da discussão sobre problemas e desafios por que passava o assentamento como parte da segunda etapa da oficina do dia 23 de agosto de 2014.

Fonte: acervo da pesquisa. Fotógrafo: Wantuir Machado de Abreu, 2014.

A reunião seguinte — na data e no lugar marcados — materializou a terceira etapa da *oficina do futuro*: o “plano de ação” (BRASIL, 2014). Participaram 20 mulheres e 1 homem. Buscou-se desenvolver e conscientizar os participantes do que deve ser feito para alcançar os objetivos delineados na “árvore dos sonhos” e eliminar os obstáculos descritos “nas pedras no caminho”. Procurou-se ajudar o grupo a tomar atitudes para transformar o ambiente em que vivem, destacando problemas como falta d’água, diminuição da vazão do riacho do assentamento e ausência não só de uma escola de ensino fundamental e médio, mas também de apoio técnico na área agrícola e pecuária para os assentados.

Uma vez diagnosticados os problemas, foram propostas medidas, tais como: *audiência* com o prefeito para viabilizar o mapeamento topográfico do assentamento e indicar localizações para perfurar o terceiro poço artesiano; *plantio* de árvores ao longo do riacho, onde muitas foram derrubadas, *construção* de cercas para proteger árvores plantadas no entorno do percurso hídrico, *retirada* regular de lixo (garrafas, sacolas plásticas e papelão) na nascente para desobstruir a cabeceira e *plantio* de árvores em torno do olho d’água; *reivindicação* de uma escola para o assentamento na Secretaria de Educação do município, a ser formalizada mediante ofício contendo descrição das dificuldades e dos motivos por que a escola urbana não supre as necessidades dos alunos do meio rural (mediada por mulheres que se voluntariaram e se disponibilizaram a fazê-la, a reivindicação enfatizaria a construção de uma escola apta a atender a todos os alunos dos assentamentos da região); *reivindicação* de apoio técnico agrícola e pecuário para os assentados, para a qual seria útil estabelecer uma relação do assentamento com a Cooperativa Agrícola de Paracatu — algumas mulheres se voluntariam a marcar reunião com a diretoria para tentar resolver a situação, propondo que o assentamento desenvolva agricultura familiar centrada na produção de frutas da região — a ser entregues à cooperativa para processamento e industrialização — e no leite — também a ser destinado à cooperativa, que deverá disponibilizar técnicos para orientar as atividades agrícolas e de pecuária.

No fim da reunião da terceira etapa da oficina, o trabalho desenvolvido até então no assentamento com a participação da comunidade materializou uma parte central da intenção da pesquisa aqui relatada: ajudar a suscitar e desenvolver uma reflexão de teor social, ambiental, político, econômico e de cidadania que permitisse a cada morador refletir sobre sua vida no campo e mostrasse as relações entre as mulheres e as questões ecológicas no assentamento. Nesse sentido, a pesquisa traduziu o pensamento de Hannah Arendt (2009) de que pesquisar é caminhar do conhecido para o desconhecido revelando uma realidade que, mais do que ser descrita, tem de ser compreendida por quem pesquisa.

5

Vivências de mulheres no assentamento Herbert de Souza

As mulheres residentes no assentamento Herbert de Souza, município de Paracatu, MG, passaram a ocupar outros espaços sociais desde o momento em que integraram a luta por um pedaço de terra que tomou corpo no acampamento até o presente, em que estão cuidando do lote que receberam. Ocupar outras posições sociais — é provável — supôs transformações em suas vidas derivadas, por exemplo, de mudanças nas condições de participação sociocomunitária, na tomada de decisões, na construção de projetos, nas condições de trabalho e subsistência, dentre outros pontos.

Entender essas mudanças — motivações, desafios, dificuldades, ganhos, perdas, momentos de dificuldade e de alegria etc. —, entender o sentido do que é viver no assentamento demandou compreender a vivência delas no contexto mesmo em que se inserem. Para isso, foi preciso caminhar pelos lotes para observar o dia a dia e registrar as observações, ter conversas espontâneas, informais, bem como diálogos mais engajados e tematizados, que produzissem impressões a ser associadas com os dados provenientes das oficinas e das rodas de conversas num procedimento de triangulação. O resultado desse envolvimento se reflete neste capítulo, em que analisamos os dados da pesquisa — registros de conteúdos verbalizados e de observações registradas no diário de campo — em um diálogo

com acadêmicos que estudam a vida nos assentamentos. Essa análise foi distribuída em sete categorias, divididas em subcategorias, conforme quadro a seguir.

QUADRO 1
Categorias e subcategorias de análises
dos dados da pesquisa

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1 Dimensão histórica do assentamento e narrativas de ocupação	1.1 Vida anterior ao acampamento 1.2 Acampamento 1.3 Assentamento 1.4 Contradição: acampamento <i>versus</i> assentamento 1.5 Problemas estruturais no assentamento
2 Dimensão socioeconômica e posse da terra	2.1 Concepção de desenvolvimento dos assentados 2.2 A titulação da terra 2.3 Venda dos lotes 2.4 Empréstimo governamental
3 Problematizando as relações do assentamento com o poder público	3.1 Governo federal 3.2 Relação como o governo municipal 3.3 Saúde
4 Educação	
5 Participação coletiva e projetos comunitários	5.1 Associação do assentamento 5.2 Projetos comunitários 5.3 Cooperativa de produção agropecuária
6 Contexto socioambiental do assentamento	6.1 Entorno do assentamento 6.2 Moradias no assentamento 6.3 Pecuária e lavoura no assentamento 6.4 Flora e fauna 6.5 Recursos hídricos
7 Mulheres trabalhadoras rurais	7.1 Questão de gênero 7.2 O trabalho da mulher no assentamento 7.3 Vida familiar 7.4 Visão de futuro das mulheres no assentamento

Fonte: dados da pesquisa

5.1 Dimensão histórica do assentamento: relatos da ocupação

Na dimensão histórica do assentamento, partimos da premissa de que a história se apresenta cíclica: as condições do passado influenciam o presente e as ações do presente são responsáveis pela materialização do futuro; logo, a participação dos indivíduos nas atividades do assentamento é fruto de uma sedimentação da história. Valores, ideias e imagens de períodos passados não desaparecem nas brumas do tempo nem na desestruturação de seus períodos. As concepções de progresso e decadência trazem a assinatura de vivências passadas — como as de meeiros nas fazendas, como as de acampados às margens de rodovias — ou de dificuldades com a implantação de uma infraestrutura mínima nos lotes para sobreviver. Os fragmentos históricos permanecem, com intensidade variável, no modo de os indivíduos se definirem, compreenderem o mundo e trabalharem em suas terras.

5.1.1 *Vida anterior ao acampamento*

Os relatos mostram que o desemprego rural e urbano impeliu homens e mulheres a buscar alternativas de vida; por exemplo, passar um tempo no acampamento em condições precárias, num ambiente estranho e sob ordens de líderes indicados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fim de ganhar um lote mediante sorteio. A maioria sempre esteve envolvida com o trabalho no campo, seja na condição de meeiro ou agregado plantando lavouras, seja como vaqueiro. Em geral, a vida anterior ao acampamento foi no meio rural. Buscaram o acampamento para não perder sua ligação com a terra, pois o trabalho que sabem fazer é o do campo. Do contrário, poderiam se perder em uma cultura antagônica. Como diz Silva (2009, p. 34), não trabalhar na roça “Para o trabalhador do campo é deixar o que sabe fazer, que é lidar com a terra, deixar um jeito de viver, uma cultura, laços familiares; em suma, é um pouco da perda da sua identidade”.

As entrevistas deixam entrever que os assentados ressaltam suas origens camponesas e continuam a trabalhar no meio rural. Orgulham-se de dizer que sempre residiram na roça, que seus pais e avós sempre trabalharam como agregados ou boiadeiros. Rememoram a infância morando com familiares em fazendas onde eram empregados.

“Nasci em uma fazenda, e meu pai era vaqueiro nas fazendas dos outros e também plantava roça a meia.” (M1, 2014, diário de campo).¹³

¹³ A fim de garantir um mínimo de anonimato à identificação das mulheres entrevistadas — convém lembrar —, adotamos a letra M de mulher seguida de um algarismo: M1, M2, M3, e assim por diante. É assim que nos referimos a elas sem correr o risco de publicar seus nomes. Acrescente-se que há momentos em que os trechos do diário de campo citados na tese combinam falas transcritas quase literalmente no momento em que foram ditas com texto nosso. Para demarcar as falas, usamos aspas, além de marcar nossa linguagem com o discurso indireto, ou seja, com a estrutura do relato em terceira pessoa.

“Meus pais nasceram na roça. Eu também nasci na roça. Cada época, eles estavam morando em uma fazenda, buscando recurso para sobreviver.” (M9, diário de campo).

“Meu pai e minha mãe eram trabalhadores rurais nas fazendas. Eles eram meeiros, e meu esposo também: trabalhava nas fazendas.” (M3, diário de campo).

“Meus pais eram meeiros no município de Paracatu.” Junto com seu marido, moravam na fazenda do Fortunato Botelho, tocando roça. Diz que gostava muito de lá, era um lugar sossegado para morar e tudo que plantava crescia. “Dava banana, laranja, horta com muita verdura.” Quando o seu marido morreu, ela continuou trabalhando na fazenda. Quando ela foi mandada embora da fazenda, recebeu uma indenização, que foi empregada na compra do lote no assentamento. (M6, diário de campo).

“Meus pais sempre trabalharam na roça dos fazendeiros.” Diz que seu marido também trabalhava na roça. Numerosos são os depoimentos que pontuam as ligações dos assentados com o meio rural e sentem, atualmente, orgulho de não terem perdido o vínculo com a terra. (M8, diário de campo).

Segundo o pensamento de Ghedini (2009), quem vive na roça representa um modo de vida e de organizá-la, uma cultura, uma visão da realidade. Representa uma comunidade.

E é o fato de que o campesinato constitui um modo de ser, uma comunidade, uma cultura, toda uma visão do trabalho, do produto do trabalho e da divisão do produto do trabalho, que faz dele uma força relevante. Isto é, que coloca o campesinato como uma categoria que mostra para a sociedade não simplesmente uma participação política, uma força, mas também um modo de ser. (GHEDINI, 2009, p. 25; 42).

Em seus relatos, os assentados lembram que muitos familiares e amigos que perderam emprego nas fazendas por causa do desenvolvimento tecnológico e não empreenderam uma vida sob a lona do acampamento nem do assentamento foram trabalhar na cidade como ajudantes de pedreiro ou noutras atividades que não exigem qualificação. Tornaram-se infelizes porque não se adaptaram aos valores impostos pela vida urbana; isto é, porque “[...] o camponês vai se vendo cada vez mais comprimido e aos que não conseguem sobreviver na roça, o destino acaba sendo o processo de proletarização nas cidades, onde vivencia o confronto com novos valores” (SOUZA, p. 2008, p. 146).

5.1.2 *Acampamento*

Acampamento é a forma que o MST encontrou para ganhar visibilidade do poder público e da sociedade através das ocupações de terras. Turatti (1999, p. 2) procura explicar a característica fundamental dessa ocupação salientando que o “[...] acampamento é um organismo social que possui território definido, organização político-social estruturada e,

dispõe de um tipo peculiar de unidade social integrada ao meio rural brasileiro”. Além disso, Turatti (1999, p. 5) diz que

O acampamento é o embate com o poder público através dos pedidos de desapropriação da gleba ocupada em choque com as liminares de reintegração de posse, já que a terra ainda não foi definitivamente adquirida; assim sendo, a única questão concernente aos acampados é a sua função de explicitar a existência e a resistência através da luta pela terra.

Com efeito, o acampamento seria uma ação de luta em que ocorre a ocupação de uma fazenda desejada para fixar na terra pessoas cujo objetivo é ter um pedaço de chão de onde possam extrair seu sustento. Nas entrevistas com as mulheres no assentamento Herbert de Souza, elas recordaram de quando viveram no acampamento; suas falas revelam que o período foi uma fase significativa porque representou a passagem da condição de empregados nas fazendas à condição de vida coletiva sob a lona em prol da realização de seus sonhos: possuir terras para explorar. No dizer de Turatti (1999, p. 17), nessa condição de passagem, “O acampamento representa a esperança de um pedaço de terra, de uma condição autônoma de trabalho, de um patrimônio a ser deixado para os filhos”.

Quando ocorre a sedimentação do acampamento em uma fazenda, o MST inicia o processo de estruturação da liderança, como esclarece Turatti (1999, p. 14):

As famílias participantes do acampamento são divididas em grupo. Cada grupo elege o seu coordenador, que por sua vez fará parte da coordenação geral do acampamento, encabeçada pela liderança orgânica do Movimento Sem-Terra ali presente para organizar o acampamento. Os demais não ocupam uma atividade de responsabilidade dentro do acampamento. Sua participação restringe-se aos revezamentos na segurança e atividades esporádicas. Quem criar qualquer desavença com o líder ou o seu grupo representa a possibilidade quase certa de ter que parar de sonhar.

Desavenças no acampamento, sobretudo com o líder, levam muitas famílias a ser convocadas a deixar o local. Embora não seja fato explicitamente comentado, há famílias que optaram por comprar o lote porque teriam sido expulsas, como se lê neste relato: “O primeiro acampamento [em] que ficamos foi em Presidente Olegário [MG]. O segundo foi em João Pinheiro [MG], na fazenda Itatiava. Um dia, a liderança do acampamento mandou a gente embora por causa do interesse deles” (M3, diário de campo).

A vida no acampamento se mostrou difícil pelo relato das entrevistadas. Estimulados pelo ideal de conseguir um lote, os acampados permaneceram sob barracos de lona durante

meses. (Há relatos de que famílias ficaram acampadas por cinco anos.) Faltavam luz elétrica, privada e até água potável. Usavam lamparina, cozinhavam em fogão a lenha improvisado e satisfaziam as necessidades fisiológicas no mato. A água para beber as pessoas tiravam do rio ou da lagoa e procuravam ferver antes de beber (M7, diário de campo). Quando chovia, o barraco parecia que ia cair em cima das pessoas. A situação piorava para acampado com filhos pequenos.

Em alguns casos, o marido ia trabalhar na cidade ou nas fazendas, enquanto a esposa ficava no acampamento para garantir a condição de acampado perante o MST; ou a esposa ia trabalhar na cidade como doméstica, enquanto o marido ficava no acampamento. Isso fica patente nas passagens a seguir:

“Na época do acampamento, ficou na cidade cuidando dos filhos. Na cidade, trabalhava de doméstica na casa dos outros para manter a família, e o marido ficava no acampamento, guardando o nosso lugar.” (M9, diário de campo).

“Meu esposo ia trabalhar em uma fazenda”, e ela ficava no acampamento. Nos sábados e aos domingos, ele ia para o acampamento ficar com ela. (M3, diário de campo).

Os relatos deixam entrever dualidade no acampamento: para alguns, foram tempos não só de tristeza e dificuldade, mas também de união e alegria:

“Eu comia o que o povo doava. Tudo era repartido entre todos. A gente era feliz no acampamento porque tinha a esperança de ter a terra da gente, parar de viver correndo de uma fazenda para outra.” (M4, diário de campo).

“No acampamento existia muita união e, depois que passou, deixou muitas recordações boas.” (M25, diário de campo).

“O acampamento era uma verdadeira comunidade. Todas as pessoas eram unidas e todos estavam lutando junto para ocupar a terra e iniciarem uma nova vida.” (M28, diário de campo).

Com efeito, estavam ali movidas pelo sonho de possuir um lote e um futuro de mais conforto e abundância para família; afinal, “Sempre morei na roça dos outros, trabalhando para eles, e não consegui ter nada” — como disse uma assentada (M44, diário de campo). A fala de outra reitera a esperança de melhorias nas condições de vida:

“Vivi embaixo da lona com o objetivo de melhorar de vida. Já trabalhei como boia-fria, em carvoeira, na fazenda dos outros. Trabalhei também em pedreira. Minha vida melhorou depois que consegui o lote. Foi uma vitória muito grande para nós. Atualmente nós não temos dinheiro, mas temos nome.” (M22, diário de campo).

5.1.3 Assentamento

Após a etapa de acampamento, concretiza-se o assentamento: palavra que designa um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas que ganha vida após ser desapropriado ou adquirido pelos governos federal ou estadual a fim de cumprir as disposições constitucionais e legais para a reforma agrária. Podem ser assentados do programa de reforma agrária quem é trabalhador rural sem-terra e quem trabalha individualmente ou em regime de economia familiar. Quando uma área é desapropriada, o governo prioriza quem mora nela, a exemplo de arrendatários, parceiros e colonos. Também serão assentadas famílias cadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que cumpram requisitos legais de cadastramento e seleção. O assentamento representa o desfecho de um processo político-social em que o monopólio da terra e o conflito social, uma vez superados, dão lugar à constituição de uma organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias camponesas. Dito de outro modo, ele nasce após o INCRA imitar na posse da terra (ou seja, recebê-la legalmente) e transferi-la aos trabalhadores rurais sem-terra para que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. Santos e Santos (2002, p. 3) acentuam que

O assentamento representa o resultado de uma intervenção do Estado no espaço rural com o objetivo de redistribuição de terra representando um longo processo de luta dos trabalhadores rurais que enfrentam todas as dificuldades desde a ocupação até o assentamento. É o caminho de construção de um novo espaço ao mesmo tempo em que estrutura um novo indivíduo.

No caso específico do Herbert de Souza, os lotes recebidos foram uma gleba do cerrado sem benfeitoria cujas árvores ofereceram espaço útil para montar barracas de plástico até a liberação de verba pelo INCRA para se iniciar a construção de uma casa e trabalhar na terra. A liberação demora de um ano a dois para chegar às mãos dos assentados. Para sobreviverem na formação do assentamento, as mulheres foram trabalhar na cidade e os maridos, roçar pastos para fazendeiros da região. Com o dinheiro ganho, compravam comida e materiais para começar a explorar a terra. Embora cada assentado possuísse seu lote, a realidade cotidiana dos primeiros anos diferia pouco daquela vivenciada no acampamento. Os relatos a seguir dão uma medida das dificuldades enfrentadas para se estabelecerem na terra própria:

“No início do assentamento, tudo era muito difícil, tudo era muito nublado, tudo era incerto, e cada um passa a ter a sua própria luta para poder sobreviver.” (M17, diário de campo).

Quando eles receberam o lote nº 15, mudaram logo para o lote. Não tinha nada. Era só o cerradão. Fizeram a barraca com lona de plástico preta e ficaram morando nela [...] mais ou menos por um ano e meio. (M9, diário de campo).

No ano de 1996, os lotes foram distribuídos no acampamento Herbert de Souza e [a entrevistada] recebeu o lote número 3. “O lote estava dentro de um mato feio. Entrei pelo mato adentro e montei minha barraca de plástico preto. Ficamos morando dentro da barraca durante cinco anos, vivendo a mesma vida que tínhamos no acampamento e trabalhando a terra, dentro do possível, com enxada. Para sobrevivermos, o meu marido roçava pasto para os outros, fazia cerca e arrumava casa e terreno das pessoas que podiam pagar. Com o dinheiro que ele ganhava, comprávamos comida e também cozinhávamos milho seco, enxugava no sol, punha no pilão, socava, coava, tirava o fubá, torrava e alimentava os filhos pequenos. A quirela era cozida para os maiores. Todo o dia ganhávamos um copo de leite do vizinho e dava para as crianças. Logo o meu marido foi para a cidade trabalhar e eu fiquei no lote com os meninos, enfrentando a vida.” (M7, diário de campo).

Conversações e entrevistas com as mulheres mostraram que, entre o início da fase do acampamento, a distribuição dos lotes, a construção de suas casas, o cercamento do terreno e o começo do processo produtivo se passaram quase cinco anos. Por falta de conhecimento específico do processo de produção rural, muitos assentados não conseguiram ter êxito, daí que a alternativa foi vender os lotes e comprar uma casa na cidade, aonde foram tentar a vida, pois no meio rural não tiveram sorte. Segundo Lisboa e Lusa (2010, p. 881–7), que estudam o fluxo migratório do campo para a cidade, “A maioria das famílias sai do campo porque não recebe apoio nem subsídios para lá permanecer”. Constatações assim provocam indignação com o poder público, que descuida de políticas para famílias que possuem propriedades pequenas e não reconhece nem valoriza o protagonismo que as mulheres exercem na produção de alimentos para a nação.

5.1.4 *Contradição: acampamento versus assentamento*

As entrevistas deixaram entrever a predominância do discurso de que na época do acampamento todas as pessoas eram unidas; que as dificuldades não anulavam o clima de cooperação, de unidade harmoniosa. No assentamento, predominam desavenças, falta de cooperação, individualismo e desconfiança, como se depreende desta passagem de relato:

“No acampamento, todo mundo queria terra, todos tinham um só objetivo, então todo mundo era muito unido. Depois que recebemos o lote no assentamento, cada um ficou com o seu lote, cada um passou a viver por si mesmo, surgindo à desunião.” (M39, diário de campo).

Menegat (2009, p. 207–34) diz que o cotidiano das mulheres tem dois períodos: o tempo do acampamento — da “provisoriedade do barraco”, momento em que abriram portas de participação social — e o tempo do assentamento — da “centralidade da casa”, quando se estruturam os lotes individuais e fecham-se as portas para atuações associativas. Com efeito,

A vida no acampamento era ficar dentro da lona preta. No assentamento, a vida é lutar dia e noite, plantando e cuidando da criação. No assentamento, todo mundo tem que fazer o seu lote produzir, não existindo mais união entre as pessoas. (M14, diário de campo).

Para Yamin (2009, p. 187–206), os movimentos sociais se afastam após a desapropriação das áreas. Sozinhas, as famílias antes fortalecidas pelos sentidos de coletividade e transformação social se isolam no núcleo familiar, cercam suas terras. Assim, estariam se afastando das ações coletivas — antes um objetivo central comum aos acampados, isto é, quando viviam um tempo em que a única certeza era a existência de outras pessoas em situação parecida. Esse sentimento permitia construir sentidos coletivos de viver, um sentimento de pertencimento, solidariedade e companheirismo. Ninguém era dono de nada. Traziam necessidades e angústias — isso é fato; mas compartilhavam sonhos e projetos.

Esses laços nem sempre são sólidos. No assentamento, a solidariedade, muitas vezes, desaparece. Para lhes ajudar na lida diária, as famílias contam com parentes mais próximos ou com quem reside sob o mesmo teto, às vezes com a ajuda de algum vizinho. A fala de uma assentada ilustra essa situação: “É muito diferente o acampamento do assentamento: no acampamento, a gente estava sofrendo para ter um pedaço de terra, agora nos sofremos para manter a terra produzindo. Agora não tem volta” (M26, diário de campo).

Essas diferenças associáveis com o período de acampamento e a desunião das pessoas no assentamento se mostram nesta fala:

“No acampamento, todo mundo era mais unido. Todos estavam lutando junto para ocuparem a terra e iniciarem uma nova vida. Depois que recebemos o lote, tudo mudou: construímos nossas casas e passamos a cuidar da terra para ela produzir. Se a terra não produzisse, tudo ia acabar. No assentamento, o importante é dedicar todo o tempo no cuidado da terra e da família. No assentamento, é um tempo muito diferente da época do acampamento.” (M28, diário de campo).

Com efeito, na visão de Yamin (2009), na época do acampamento todos sabiam que precisavam estar unidos para conquistar a área; a partir do momento em que se tornam assentados — conquistam o lote —, todos acham que são fazendeiros proprietários, que não precisam do vizinho, nem da direita nem da esquerda, nem da frente. Quando o assentado vai para seu lote, ele se sente proprietário da fazenda.

Segundo o vemos, o problema da desunião no assentamento Herbert de Souza deriva da venda de lotes. Os compradores chegam com recursos que lhes permitem fazer melhorarias incompatíveis com as condições dos moradores antigos. Com o passar dos anos, muitos conseguiram administrar com sucesso os lotes, atingindo um patamar de autonomia econômica; enquanto outros não tiveram condições de se desenvolverem, a ponto de manter suas terras sem nenhuma benfeitoria. Cria-se uma distinção entre os residentes: uns têm recursos para melhorar as condições de vida; outros, não. Impõe-se uma cisão quase intransponível entre eles. Cremos que a ausência de apoio governamental contribua para isso porque obriga as famílias a encontrar outros meios de sobrevivência no cerrado.

5.1.5 *Problemas no assentamento*

Os relatos das mulheres entrevistadas permitem identificar problemas estruturais que contribuem, sobremaneira, para reduzir a qualidade das condições de vida. Também permitem reconhecer que lutam para anular os aspectos negativos. Como salienta Menegat (2009), os assentamentos não estão isentos de problemas, dificuldades e conflitos, seja pela produção, pela divisão do espaço ou no sentido do pertencimento que as pessoas constroem. Alguns se insinuam na fala das assentadas: ausência de união, de projetos comunitários, de apoio técnico e de recursos financeiros, dificuldades na liberação do desmate, obstáculos na comercialização de produtos, aumento da criminalidade, inexistência de médico, escolas distantes:

“O maior problema aqui no assentamento é a falta de união. Aqui é cada um por si, e quando você não tem recurso financeiro, ninguém te cumprimenta.” (M12, diário de campo).

“Cada um tem o seu lote. Reunimos muito, mas não existe nenhuma resolução para trabalhar em conjunto. Cada um está olhando para a sua terra. Não existe sabedoria para trabalhar com a terra em conjunto. Não sabemos por onde iniciar.” (M19, diário de campo).

“A maior dificuldade que temos aqui no assentamento é arrumar um meio de ganhar dinheiro para fazer compra.” (M2, diário de campo).

“A maior dificuldade é a falta de dinheiro e se tivéssemos um pouquinho mais poderíamos trabalhar mais. Queremos plantar e não temos dinheiro. Queremos trabalhar e não temos dinheiro. Sem o dinheiro, a gente trabalha e não tem retorno; e quando tem, é pouco. [Em] Terra sem dinheiro, você só pisa nela.” (M9, diário de campo).

“O maior problema é que no assentamento não existe projetos ou fábricas comunitárias orientadas pelo governo para manter as mulheres, homens, filhos e filhas aqui no assentamento. A gente não fica sabendo de nada a respeito da melhor maneira de produzir as coisas, falta informação, não existe aqui pessoa bem-informada pra ajudar a gente.” (M26, diário de campo).

“O nosso maior problema é a falta de assistência técnica. Precisamos de pessoas que entendam para nos ensinar, mostrar o que devemos fazer. As pessoas que estão aqui sempre trabalharam com a terra, mas agora sem um conhecimento mais profundo não conseguimos fazer nada.” (M1, diário de campo).

“No assentamento tinha que ter um técnico para ensinar a gente a plantar de forma correta.” (M9, diário de campo).

“A EMATER [Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural] mantém um técnico para os assentamentos, e ele atende 150 famílias, e mora lá em Unaí [MG], a 300 quilômetros do assentamento. Nós temos que ter aqui pessoas para ensinar a gente alimentar melhor, ensinar o que plantar e o que comer, para que possamos ter uma alimentação melhor e mais sadia. A minha maior tristeza é plantar e não conseguir colher.” (M3, diário de campo).

Yamin (2009, p. 187–206) se refere a essa ausência de assistência profissional para plantar e cuidar dos animais nos assentamentos; isto é, produzir nos assentamentos exige conhecimentos técnicos e administrativos que muitos assentados não têm. Esse desconhecimento e a falta de ferramentas e instrumentos apropriados interferem na produção agropecuária, isto é, na improdutividade do lote. Não por acaso, a falta de assistência gera reclamações de muitas famílias, pois as ações assistenciais dos órgãos governamentais são irregulares. As vozes das mulheres confirmam necessidade de apoio permanente para orientá-las:

“Nós temos o lote, temos espaço e não podemos desmatar para fazer pasto ou plantar milho e cana. Temos que alugar pasto aqui no assentamento no valor de 15 reais por cabeça, pagando todo final de mês, porque não recebemos autorização para desmatar e plantar capim para alimentar o gado.” (M33, diário de campo).

“Não sei o que é ecologia, mas quando limpou o terreno, cortando algumas árvores, o governo mandou uma multa, sendo que a multa é muito cara. A multa gira em torno de um salário mínimo por hectares desmatado.” (M49, diário de campo).

No Herbert de Souza, há assentados que conseguem produzir para vender, mas a complexidade do processo de comercialização é tal, que o esforço é nulificado: volta-se ao regime da produção para o consumo próprio.

“Muitas vezes temos produtos para vender e não encontra lugar para vender, o transporte para a cidade é muito caro. Para ir à feira de Paracatu aos sábados, tem que sair de madrugada e voltar na parte da tarde chegando aqui à noite, não tendo ninguém para tirar o leite.” (M36, diário de campo).

Alguns entraram no programa de fornecimento de leite à cooperativa de Paracatu, que desenvolveu o sistema de busca do produto no assentamento. Para eles tem havido certo desenvolvimento econômico, como se lê nesta passagem de relato:

Observamos que há assentadas indiferentes aos problemas assinala uma das entrevistadas, como a que disse isto: “Não sei quais são os problemas do assentamento, pois ninguém vem aqui, e não vou à casa de ninguém. Acordo todos os dias às seis horas da manhã e vou dormir às dez horas da noite, mas antes assisto à novela das nove”. (M35, diário de campo).

Falas como essas permitem dizer, à luz de Barcelos (2005, p. 94), que o desafio maior para construir uma sociedade mais fraterna e justa no assentamento passa, necessariamente, pela busca de convivência entre os ditos contrários, de modo que, onde houver monólogos, que se estabeleçam diálogos como forma de inventar práticas aptas a romper com dualismos, antagonismos e separações de classe.

5.2 Dimensão socioeconômica e posse da terra

A dimensão socioeconômica e a posse da terra se abrem à análise da concepção que os assentados têm de desenvolvimento, titulação da terra, empréstimos rurais, pagamento do lote e venda de glebas. Cada unidade no assentamento é denominada parcela, lote ou gleba, entregue a uma família sem condições de adquirir e manter um imóvel rural. Trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar ali e a explorá-lo para seu sustento, usando mão de obra familiar e contando com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias.

5.2.1 *Concepção de desenvolvimento dos assentados*

Onçay (2009, p. 43–64) destaca que a concepção de desenvolvimento protagonizada pelos movimentos sociais contrapõe-se à concepção hegemônica: desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, mas de condições dignas de vida sociocultural das

populações. Noutros termos, difere-se do conceito adotado pelos vizinhos latifundiários. Assim, uma linha imaginária separa, de vez, o mundo destes e o mundo dos assentados: de um lado da cerca, vivem os burgueses do campo; de outro, quem ganhou a terra do governo: os pobres que viveram acampados durante anos em prol da luta pela terra e pela sobrevivência.

Essa linha imaginária divide dois campos diametralmente opostos: fazendas elegantes de um lado, casas sem reboque rodeadas de pastos ressecados de outro (FIG. 7). Alguns símbolos distinguem os dois lados, os dois grupos que não se conectam. Marcam a feição do assentado a calça rasgada, a enxada, a carroça, o chapéu de palha e a sandália havaiana. Marcam a feição dos latifundiários a camionete, o trator, o chapéu de feltro e a bota de couro cano longo com bico arredondado. Símbolos distintos de mundos diferentes, linguagens diferentes, ideias diferentes, formas de relacionamento diferentes, atividades diferentes, enfim, de seres humanos cujas perspectivas de viver são totalmente não só diversas, mas também antagônicas.



FIGURA 7 – Modelo e condições quase padrões de residência de moradores do assentamento Herbert de Souza, em Paracatu, MG. Para quem morou sob uma lona por meses, poder se abrigar sob um teto de telha já é um avanço. O escurecimento do telhado e a ferrugem de janelas e portas sugerem uma construção que remonta aos primeiros anos de assentamento; e ainda que o jardim com roseiras anule um pouco a aspereza do reboco das paredes externas, estas permitem cogitar um projeto de construção inacabado, talvez por falta de recursos ou para ser concluído quando estes estivessem mais abundantes, o que ainda não aconteceu.

Fonte: acervo da pesquisa, 2012. Fotografia: Eleusa Spagnulo Souza.

Noutras palavras,

Do outro lado do assentamento, vivem os milionários com suas camionetes, tratores e plantando o ano inteiro, pois eles têm água à vontade. Do lado de cá é muito sofrimento, não tem água, mas temos muita formiga, cerradão e trabalho na enxada. (M27, diário de campo).

Durante a pesquisa aqui descrita, ficou evidente a diferença entre latifundiários que tiram água de poços artesianos para alimentar pivôs e assentados de pele ressecada pelo sol vestindo roupas remendadas e morando em casas sem reboque. Uns vivem em torno de muito dinheiro e produção elevada; outros vivem sem dinheiro e sem produção, pensando em como sobreviver no dia a dia. São grupos com cultura própria. Nos termos de Augusto Boal (2009), o teatro da burguesia é o espetáculo acabado: os donos dos tratores sabem como é o mundo — o seu mundo — e podem, portanto, apresentar imagens desse mundo completo, terminado. Se os que usam chapéu de feltro apresentam o espetáculo, os que usam chapéu de palha não sabem ainda como será seu mundo, logo seu teatro é o ensaio, e não o espetáculo acabado.

A concepção de vida dos assentados está centrada na sobrevivência: lutam muito para produzir na terra a fim de manter a família. Muitas mulheres conseguiram emprego de domésticas nas fazendas dos ricos; com o dinheiro ganho ajudam os companheiros ou familiares na manutenção do lote. Uma passagem de relato ilustra a oposição entre a vida sofrida dos assentados e o desenvolvimento cultivado dos fazendeiros que margeiam os lotes: “A gente tem o dia de hoje que é trabalho, o dia de amanhã pertence a Deus e a mais ninguém, a gente não sabe o que vai acontecer com a gente no futuro. Tudo aqui é incerto” (M27, diário de campo).

A concepção de desenvolvimento dos assentados não se relaciona com a vida líquida descrita por Bauman (2007, p. 9–19), que tende a ser levada com mudanças num tempo mais curto do que aquele necessário à consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. Essa vida não mantém a forma nem permanece em seu curso por muito tempo. As realizações individuais não se solidificam em passes permanentes porque, em um piscar de olhos, as pessoas se transformam. As condições de ação e a estratégia de reação envelhecem com rapidez e se tornam obsoletas antes de os atores ter chances de aprendê-las de fato. A vida líquida é uma vida de satisfação constante através do consumo. Com efeito, a vida dos assentados se baseia na constância, na aderência e na viscosidade das coisas, animadas e inanimadas. O tempo passa lentamente: resiste à aceleração. A vida não reproduz o modo do

viver hegemônico — a vida líquida. E embora busquem condições de viver com mais dignidade, as pessoas tendem a se fechar cada vez mais em seu núcleo familiar.

5.2.2 *Titulação da terra*

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de concessão de uso e, depois, o de domínio, que são instrumentos de garantia do acesso e da propriedade da terra. A concessão de uso transfere o imóvel ao beneficiário provisoriamente, assegurando aos assentados o acesso não só à terra, mas também aos créditos do INCRA e a outros programas do governo federal. O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel definitivamente. É garantido pela lei 8.629/93, que exige cumprimento das cláusulas do contrato de concessão de uso e que assentado consiga cultivar a terra e pagar o título de domínio.

A Carta de 88 estabeleceu que a terra é concedível a homens, mulheres e casais; mas só a portaria 979 do INCRA, de 30 de setembro de 2003, assegurou às mulheres o direito à titulação da terra conjuntamente com os homens (SILVA, 2005, p. 44). Segundo a instrução normativa 46 do INCRA, de 26/5/2008, no tocante à expedição de título de domínio, o valor da terra nunca corresponderá ao valor de mercado do imóvel prescrito por esse órgão. Uma vez estabelecido o valor do imóvel rural, o pagamento será efetuado à vista ou a prazo; neste último caso, em prestações anuais e sucessivas, amortizadas em até sete anos e corrigidas monetariamente pela variação do índice geral de preços com juros de 6% ao ano; taxa esta — diria Yamin (2009, p. 187–2006) — abaixo do que cobra o mercado, cujas parcelas são amortizadas em longo prazo. O prazo de carência para fazer o pagamento da primeira prestação é de três anos, a contar da data de expedição do título de domínio. De posse do título, o proprietário fica proibido de negociá-lo pelo prazo de dez anos. Findo esse prazo e cumpridas todas as obrigações pactuadas, o título de domínio se torna definitivo e liberado das obrigações contratuais.

Passagens do diário de campo permitem depreender essas questões:

A titulação da terra sendo em conjunto e se o esposo falecer a esposa ficará com a terra e se a esposa morrer o marido ficará com o lote, exigindo a permanência da esposa ou do esposo no assentamento. Falecendo o marido e a esposa, o lote fica para o filho ou filha quando eles se responsabilizarem pela produção do lote desde que residam no assentamento. (M2, diário de campo).

“Nós recebemos o lote número 34 em nome do meu marido; e, quando ele morreu, o lote passou para o meu nome.” (M48, diário de campo).

Lisboa e Lusa (2010, p. 881–7), comparando o mecanismo da titulação da terra no Brasil com a região de Chiapas, no México, mostra que lá o acesso e a titularidade da terra ocorrem desigualmente entre homens e mulheres; segundo dados do Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares/PROCEDE (criado em 1993 como instrumento que daria estabilidade jurídica à terra de arrendamento), enquanto os homens constituem 88% do titulares com direitos agrários, esse percentual de mulheres chega a 12% (nem todas possuem o título em seu nome). Além disso, a Ley de Aguas Nacionales¹⁴ não as reconhece como usuárias de água; só como consumidoras. Pela lei, é usuário quem, de maneira formal, tem um título de propriedade e concessão para o uso de água. Esse não reconhecimento as exclui ainda das instâncias de tomada de decisões sobre o uso dos recursos naturais.

A realidade brasileira difere do que apresenta Lisboa e Lusa (2010) sobre o caso do México. No assentamento Herbert de Souza, 88 lotes têm 33 mulheres como titulares da terra — ou seja, 40% das titulações (BRASIL, 2009). A rigor, as pessoas que estão no Herbert de Souza não possuem o título de concessão de uso nem o de domínio. Têm, sim, um contrato que salienta que receberam o lote, como se lê neste trecho de relato:

“Não temos o título da terra, temos somente um contrato assinado nos dando o lote e nada mais. O contrato fala que depois de dez anos temos direito ao título, mas não esclarece qual tipo de título, e já estamos aqui [faz] uns treze anos.” (M1, diário de campo).

5.2.3 Venda de lotes

Enquanto o artigo 189 da Constituição Federal veta a venda do título de domínio da terra por dez anos, os artigos 18 e 21 da lei 8.629/93 não só reiteram que o título de domínio não pode ser negociado durante anos, mas também prescrevem que a exploração do lote é pessoal. Acrescente-se o que diz o artigo 191 da Lei Magna: imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. Igualmente, o contrato de concessão de uso da terra elimina a negociação ou transferência a terceiros, a posse ou os direitos do imóvel; e a lei 2.375/88, no artigo 8, realça que, aos ocupantes ou pretendentes à ocupação, os imóveis rurais da União para fins do Estatuto da Terra só podem ser concedidos, ser alienados por venda ou qualquer outra forma e ser dados em uso ou ocupação por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Agrário/INCRA. Por fim, o Código Penal, no artigo 171, criminaliza a

¹⁴ Publicada no *Diário Oficial de la Federación* (México), em 29 de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.conagua.com.mx>.

obtenção, para si ou para outrem, de vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro mediante artifício, ardil ou outro meio fraudulento.

Como se lê, vender lote de assentamento é prática ilícita criminosa, para o assentado vendedor e para o comprador: afinal, um e outro obtiveram para si vantagens ilícitas vetadas pela legislação. Assim, é expressamente proibido comprar, vender, arrendar, repassar, alugar ou fazer comércio de qualquer natureza com lote distribuído por reforma agrária. O assentado não é dono da terra até cumprir exigências legais como a carência de dez anos após a emissão do título de domínio. Quem compra o lote pode ser punido com a perda não só da terra, mas ainda do dinheiro usado para comprar e fazer eventuais benfeitorias; quem vende, repassa ou aluga se exclui dos programas sociais do governo federal — fica impedido de retornar ao Programa Nacional de Reforma Agrária e ser reassentado. Com efeito, em várias regiões do Brasil o INCRA retomou centenas de parcelas, que são concedidas a outras famílias de trabalhadores rurais sem-terra.¹⁵ No assentamento Herbert de Souza, dos quase 88 lotes, cerca de 50% foram vendidos, conforme relato de uma entrevistada:

“Muitos assentados venderam o lote e foram para a cidade e lá não conseguiram nada e se arrependeram. Mas não tem mais volta, pois quem vendeu o lote não pode entrar mais no assentamento. Aqui tem 88 lotes e uns 40 lotes já foram vendidos por causa das dificuldades. Cada lote foi vendido por mais ou menos 40 mil reais.” (M1, diário de campo).

Na convivência com os assentados, observamos que a primeira causa de venda do lote é a ausência ou a precariedade das políticas públicas. Muitos que receberam a gleba não tiveram apoio do governo como a assistência técnica e se perderam em meio à falta de condições para elaborar um planejamento agropecuário a fim de fazer a terra produzir. Chegase a um ponto em que muitos têm a venda do lote como única alternativa.

“A vida no campo é muito sofrida. Muitas pessoas vendem seus lotes porque não possuem o mínimo de dinheiro para sobreviver na terra, e o único jeito é vender o lote. Moro aqui há quatro anos e pegamos esse lote na base de troca.” (M44, diário de campo).

A venda dos lotes, embora seja relevante, não é assunto comentado com frequência. Ao serem questionadas se tinham passado pelo processo de morar no acampamento e serem sorteadas para receber o lote, as pessoas procuravam não responder ou, quando respondiam,

¹⁵ Cf. o texto “É crime comercializar terra em assentamentos”, publicado no pela superintendência do INCRA em Goiás. Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/e-crime-vendercomprar-terra-em-assentamentos/>>.

diziam que tinham trocado sua casa na cidade pelo lote. De 50 entrevistas que fizemos, em 23% identificamos compra dos lotes onde moram as entrevistadas. Alguns relatos são sintomáticos disso:

“Muitos assentados, depois de um tempo, vendem seus lotes e vão embora para a cidade. Vendem porque não conseguem vencer as dificuldades que existem aqui.” (M1, diário de campo).

“O meu marido continuou trabalhando na roça dos outros, e eu fui trabalhar como doméstica. Quando surgiu a oportunidade, nós compramos o direito do lote por 30 mil reais. Demos um carro velho, cinco cabeças de gado, tiramos um empréstimo e ainda devemos ao antigo dono do lote.” (M3, diário de campo).

“Compramos esse lote, ou melhor, pagamos ao antigo dono as benfeitorias que ele tinha feito. Na época, dei a ele uns três mil reais. Quando chegamos aqui, não tinha nada no lote. Cercamos o lote, plantamos o pasto, dividimos em piquetes, plantamos no quintal algumas árvores frutíferas, fizemos a nossa horta.” (M43, diário de campo).

“Estive acampada, mas não fui sorteada, então acabei trocando uma casa que tinha em Paracatu por esse lote. O valor da casa era de 40 mil reais no ano de 2005.” (M35, diário de campo).

A venda está destruindo a política de reforma agrária. As negociatas têm efeito corrosivo potencial. A comercialização é estimulada pela alta no preço da terra e — é claro — pela ausência de políticas públicas. Segundo Girardi e Fernandes (2008, p. 73–93), no interior de São Paulo o processo de transferência ou venda de propriedades rurais nos assentamentos ganhou ritmo preocupante: em metade dele houve venda de lotes. Em áreas propícias à plantação de milho ou cana-de-açúcar para a produção de etanol, há quem ofereça até R\$ 30 mil por hectare, embora o preço médio regional gire em torno de R\$ 13.700. No assentamento Herbert de Souza, a 230 quilômetros de Brasília, o valor do hectare está avaliado em R\$ 10 mil. Cada lote tem média de 30 hectares, daí que o valor venal seria de R\$ 300 mil. O assentamento está sendo afetado pelas leis do mercado que tende a fazer essa tendência aumentar aos poucos caso o governo não aperfeiçoe o sistema de reforma agrária.

5.2.4 *Empréstimo governamental*

O INCRA tem duas modalidades de créditos para os assentados: o crédito de implantação e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Destinam-se ao desenvolvimento e à consolidação do projeto de assentamento. Quando esse órgão cria um projeto, as famílias se credenciam para receber o crédito de implantação, que lhes permite, logo no primeiro ano, iniciar as atividades de produção assegurando condições

mínimas para a permanência na terra. Esse crédito tem três modalidades: *alimentação* — aquisição de gêneros alimentícios necessários à subsistência dos assentados e suas famílias enquanto aguardam os primeiros resultados da produção; *fomento* — aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, tratores, plantel de animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva, ao desenvolvimento ou à implantação das atividades; e *habitação* — construção de moradia familiar em regime comunitário. Os créditos de implantação serão ressarcidos pelas famílias quando iniciarem o pagamento da terra que passaram a deter.

O PRONAF objetiva dar apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias na implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. A concessão de crédito pode ser individual ou coletiva. O crédito individual é formalizado com um produtor para finalidade individual; o crédito coletivo, com um grupo de produtores para finalidades coletivas. As linhas de financiamento incluem “Agroindústria”, “PRONAF mulher”, “Agroecologia”, “Investimento de implantação de tecnologias de energia renovável”, “PRONAF mais alimentos”, “PRONAF composição de dívidas”, “PRONAF jovem” e “PRONAF microcrédito”.

Conforme Gervasio (1999, p. 1–16), o PRONAF foi instituído para viabilizar a “emancipação” dos assentados, ou seja, torná-los independentes da ajuda do governo com a titulação definitiva. A “emancipação” supõe, obviamente, que a atividade agrícola dele tenha se tornado viável economicamente; ou seja, que gere renda capaz de suprir as necessidades do agricultor e sua família, assim como lhe permita poupar para investir na modernização da produção, por exemplo. Isso só é possível com a inserção plena do assentado no mercado.

Gervasio, porém, vê o PRONAF como algo distante do cumprimento de seus objetivos de crescimento — aumentar a produção e a produtividade agrícola, inserir o assentado no mercado, inclusive o financeiro — e, assim, fazer o assentado independe da tutela estatal com sua “emancipação. Num programa como o de reforma agrária — para melhorar as condições de vida de camadas menos favorecidas no meio rural via capacitação, fornecimento de condições iniciais adequadas e, sobretudo, estímulo à iniciativa do assentado —, o PRONAF tem sido uma contradição. Em nossa vivência com os assentados, vimos que os recursos da linha de crédito destinada aos assentados não suprem demandas como compra de equipamentos, correção do solo de baixa fertilidade, tratamento da água e irrigação; nem atende a quem já está produzindo — ou seja, não lhe permite tomar o crédito e

honrar o pagamento. Não por acaso, a inadimplência dos assentados do Herbert de Souza é elevada. A falta de pagamento impede de fazer novos empréstimos do PRONAF; cria-se um registro negativo que emperra o processo produtivo.

Há uma linha do PRONAF de atendimento à mulher camponesa, mas funciona em patamar de desigualdade relativamente aos homens, pois o valor de crédito destinado a elas é inferior ao deles, além de incluir exigências nos critérios de adesão que dificultam sua inserção. Por ser um programa voltado à família, quando um membro acessa uma linha de crédito, os demais familiares ficam automaticamente excluídos da possibilidade de acessá-lo naquele mesmo período. Como consequência, embora o governo preveja linha de crédito para as mulheres, o que se observa é que não recorrem a elas, pois — conforme relato de uma entrevistada — não é conveniente para a família em geral. Uma assentada ressalta que nunca tirou nem vai tirar o empréstimo da linha de crédito porque não sabe como fazer para apanhar o dinheiro.

Observamos duas realidades opostas no assentamento Herbert de Souza: a realidade em que os assentados que apanharam os créditos fornecidos pelo governo operacionalizaram o sistema produtivo no lote e conseguiram sobreviver e pagar os empréstimos; a realidade em que famílias que conseguiram o primeiro empréstimo não tiveram condições de estruturar a produção do lote e, logo, de pagar os empréstimos. Para exemplificar a primeira realidade, sintetizamos alguns relatos de assentadas bem-sucedidas na administração dos empréstimos e operacionalização da produção nos lotes.

“A gente aqui paga todos os empréstimos que o governo faz para a gente e só pode pegar o outro empréstimo se não tiver nenhuma dívida com os empréstimos.” (M10, diário de campo).

“Pegamos no PRONAF 17 mil reais e pagamos 2 mil a cada ano durante nove anos. Com esse dinheiro compramos vaca de leite.” (M22, diário de campo).

“Nós apanhamos um empréstimo no PRONAF no valor de 16 mil 400 reais para formar pasto, plantar cana e compramos cinco cabeças de gado. Nós temos cinco anos para pagar o empréstimo, sendo que a primeira parcela vence agora no mês de agosto [de 2104]. A gente paga 2.067 reais por ano.” (M33, diário de campo).

“Pegamos um financiamento para fomento, outro pelo PRONAF e o terceiro para custeio. O empréstimo para fomento foi para comprar carroça e pegamos 1 mil e 400 reais. [D]O empréstimo do PRONAF, nós pegamos sete mil reais para fazer cerca, pastagem, plantar cana e comprar gado. [D]O empréstimo de custeio nós pegamos dois mil reais para plantar roça. Já paguei os empréstimos de fomento e de custeio.” (M23, diário de campo).

Alguns assentados, refletindo a segunda realidade, apanharam o crédito fornecido pelo governo, mas não pagaram porque o investimento no lote não gerou os resultados almejados,

impossibilitando-os de aceder outras linhas de crédito. O testemunho das assentadas mostra a situação dessas famílias.

“Nós pegamos um empréstimo e tivemos que vender todo o gado que possuíamos para pagar. E hoje não temos nenhum gado.” (M12, diário de campo).

“Fizemos um empréstimo no PRONAF no valor de 13 mil reais para cercar o terreno, plantar e comprar gado. Não conseguimos pagar o empréstimo, e ainda têm muitas prestações atrasadas.” (M3, diário de campo).

“Pegamos um empréstimo no PRONAF no valor de 7 mil e 500 reais para formar o pasto e não pagamos nada porque não temos dinheiro para pagar.” (M28, diário de campo).

“Nós pegamos uns 7 mil reais de empréstimo no PRONAF e estamos devendo até hoje. Mas pretendemos negociar a dívida.” (M27, diário de campo).

Observamos que há os assentados originados da vida rural que têm capacidade de gerir, com criatividade, o sistema de produção de suas glebas e outros que não dispõem do discernimento para tomar decisões corretas na estrutura produtiva; com isso, impõe-se a inoperância dos objetivos almejados. A ausência de pessoas com capacidade de orientar os assentados tem gerado problemas, principalmente a existência de lotes improdutivos e inadimplência dos créditos fornecidos.

5.3 Problematizando as relações do assentamento com poder público

Em se tratando de assentamento rural, existem atividades de parcerias institucionais relacionadas com as ações do governo nas esferas federal, estadual, municipal, cooperativista (produtores rurais) e de representação associativa dos assentados. Estabelecem metas e materializam soluções para resolver problemas nas áreas de ecologia, agricultura familiar, educação, saúde, assistência social, habitação, lazer, transporte, segurança e meio ambiente. Menegat (2009, p. 207–34) destaca que o assentamento emerge em decorrência das políticas públicas em favor de famílias marginalizadas socialmente e que têm, em seu interior, especificidades orientadas pelos projetos que nele são desenvolvidos.

5.3.1 Governo federal

Ante os problemas relativos às políticas públicas que assolam os assentamentos, em 8 de fevereiro de 2013 o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho (2013), disse que muitos foram criados sem que os agricultores familiares tivessem condições de se desenvolverem. Segundo ele, a redução no número de assentados no governo

da presidenta Dilma Rousseff resulta de uma reflexão sobre como tornar a reforma agrária sustentável. Carvalho destaca que muitos se transformaram quase em favelas rurais. Com essa preocupação, a presidenta “freou” o processo para repensar na reforma agrária e, a partir daí, cuidar mais especialmente do tipo de assentamento. Ele disse que não se desejam assentamentos com dependência do INCRA, que é uma forma de enganar as pessoas lhes dando uma esperança não concretizável.

A ex-presidente da associação do Herbert de Souza opinou sobre a relação do poder público com os assentamentos:

“A política do governo não é fazer assentamento, e sim procurar acabar com eles. Acabar com os assentamentos é assustador, pois a cidade está cheia de gente sem emprego, a mão de obra nas fazendas está sendo eliminada por causa das máquinas. Sem os assentamentos, para onde vão as pessoas que são mandadas embora das fazendas perdendo os seus empregos?” (M1, diário de campo).

Na realidade do assentamento, podemos dizer que sua relação com o governo federal ocorre no oferecimento de linhas de créditos cuja maior parte é empregada indevidamente, porque não se atingem os objetivos do programa de reforma agrária. Para Carvalho (2013), a situação é de uma encruzilhada, em que Rousseff teria adotado a postura adequada — frear o sistema de implantação e gestão — para criar mecanismos, de fato, convergentes para a realidade existencial de cada gleba. A realidade dos assentados originários dos acampamentos é de incertezas, de um futuro incerto, de espera por uma definição do governo federal para a aplicabilidade das políticas públicas. Não se trata só de um lote a ser gerido, mas de seres humanos que querem se desenvolver socioeconomicamente: de famílias que sonharam com a possibilidade de um dia se transformarem em produtores agrícolas e oferecer aos filhos condições melhores de vida.

5.3.2 *Relação com o governo municipal*

Assentamentos não são prioridade para o governo municipal. No caso do Herbert de Souza, a relação se canaliza para a obtenção de um trator para gradear os terrenos. A prefeitura de Paracatu fornece 500 horas de uso de um trator, enquanto os assentados têm de arcar com o combustível. Mas há problemas: o trator chega após a época de plantio, é velho, e o tratorista não se interessa em gradear a terra, conforme relatam as assentadas:

“A prefeitura manda um trator para arar nossa terra e para o plantio no total de 500 horas para o assentamento e nós damos o óleo.” (M1, diário de campo).

“Para plantar, temos que pedir o trator da prefeitura para gradear o terreno e temos que dar o óleo, mas o trator muitas vezes chega e não dá mais para plantar, chega sempre atrasado.” (M2, diário de campo).

“O trator da prefeitura, quando chega, [...] sempre chega depois que passou a hora de plantar. É um trator velho, e o tratorista não sabe trabalhar a terra. Pedimos ao tratorista para abaixar a grade para arar melhor a terra, mas ele disse que não pode abaixar a grade porque o trator não consegue puxar a grade. Nós pagamos o óleo do trator, mas não está valendo à pena.” (M3, diário de campo).

O governo de Paracatu centraliza esforços na resolução de problemas prioritários da sede municipal — que são muitos; assim como atende a reivindicações de latifundiários e da mineradora de ouro: agentes de desmatamento que têm feito desaparecer fontes de água, riachos e rios. A prefeitura poderia elaborar projetos de desenvolvimento da agricultura familiar, aproveitar a produção nas escolas, qualificar assentados para desenvolver agricultura e pecuária familiar, além de resolver o problema — crônico — da falta d’água no Herbert de Souza. Mas as reuniões com as assentadas evidenciaram a falta de conscientização do município quanto à importância dos assentamentos. Parece não haver um canal de diálogo com o governo municipal.

5.3.3 Saúde

Se a saúde é problemática em capitais e cidades interioranas, o problema se agrava na área rural, sobretudo nos assentamentos. No dizer de Soares (2006, p. 6), nos assentamentos, saúde pública envolve hospital, posto de serviços, agentes e serviços básicos. Nesse caso, os serviços estão disponíveis nas sedes municipais, e não no assentamento. Por um lado, isso implica negociar, com o Executivo municipal, formas de acesso aos serviços; por outro, ampliá-los para suprir o aumento da demanda. O estudo de Soares indica que gripe (32%), verminose (14%) e diarreia (9,9%) são doenças mais comuns nos assentamentos cujos índices prevalecem para todas as regiões. Em geral, associam-se às condições hidrossanitárias e à ausência de um sistema de saneamento adequado.

As tentativas de solucionar os problemas de saúde como direito social no assentamento Herbert de Souza estão desarticuladas: posto de saúde inexistente; agentes sanitários e de saúde não vão lá; visita de médicos da família é ilusão; ambiente de moradia com condições de salubridade e prevenção a doenças e elementos agressores à saúde é utopia. Como relata uma entrevistada,

“O médico vem uma vez por mês na associação e, quando pede exame, nós temos que ir para Paracatu marcar o exame e, depois, voltar para fazer o exame, e depois voltar para apanhar o exame, e tudo isso fica muito caro. A passagem de ônibus é cara e não dá para ir de carroça ou cavalo, pois é muito longe.” (M9, diário de campo).

Também não existe ambulância para transportar pacientes que buscam assistência médica individual, ambulatorial ou hospitalar, seja nos atendimentos pontuais ou prolongados, como os de doenças crônicas. O transporte de ambulância não existe porque esse serviço está centrado no atendimento urbano e por causa da distância entre assentamento e sede municipal. Casos de urgências obrigam as famílias a transportar o doente com recursos próprios. Programa de saúde pública e estratégia efetiva do governo, igualmente, inexistem. Assim, a saúde ao assentamento deve ser repensada para se fazer uma política pública que possibilite haver, no mínimo, o atendimento clínico ou a revisão médica.

Houve época em que a prefeitura contratava um médico para consulta mensal na sede da associação do assentamento. Mas o tratamento era demorado: o médico pedia exames, que obrigavam os assentados a ir à sede municipal, para fazê-lo no laboratório da prefeitura; após várias semanas, às vezes depois de meses, voltavam para buscar os resultados. Com os exames em mão, tinham de esperar a vinda mensal do médico ao assentamento para lê-los; caso indicasse medicamentos, os assentados tinham de voltar à cidade para comprá-los. Esses momentos do atendimento médico podiam durar de três a quatro meses, mas não sem prejudicar os pacientes. Em casos de extrema urgência, eram obrigados a recorrer ao hospital municipal. Ante essa dificuldade e demora, faz sentido os assentados recorrerem a plantas medicinais ou a benzedores:

“Quando o pessoal fica doente, o costume é tomar remédio do mato e conheço muito dos remédios do mato, pois minha avó era raizeira e a minha mãe também. Para inflamação, o remédio é a [planta] buta branca; para o estômago, usa a “sete-dor” [boldo-sete-dores], losna; para reumatismo, é chapéu-de-couro; para engravidar, é o espinho-do-mato; para excitação, toma a vergateza ou o chá feito de cabelo de milho.” (M7, diário de campo).

“A gente, quando fica doente, [nós] tomamos remédio do mato: chá de limão para gripe; erva-cidreira para tosse; quina para dor de barriga; dor no osso toma o gervão; machucado passa barbatimão.” (M2, diário de campo).

Como o médico que atendia na associação foi retirado, os moradores do assentamento ficaram sem atendimento, como se lê nos relatos a seguir:

“Não possuímos nenhuma assistência médica. Antigamente, um médico vinha aqui no assentamento, mas agora não vem mais. A prefeitura retirou o único médico que vinha aqui uma vez por mês.” (M16, diário de campo).

“O maior problema aqui é que não temos assistência médica e somos obrigados a deslocar para a cidade para fazer qualquer tipo de consulta, e depois temos que voltar na cidade para fazer os exames.” (M40, diário de campo).

O Sistema Único de Saúde (SUS) não acompanhou os desdobramentos da reforma agrária, pois é essencialmente urbano. Investe-se cada vez mais em tecnologias e procedimentos especializados, mas a ciência médica se afastou do ambiente familiar e rural, não construiu instrumentos para enfrentar os problemas de saúde como prioridade da política pública.

5.4 Educação

Problema de alcance municipal, a educação preocupa também as mães no assentamento Herbert de Souza, como se lê nestes relatos:

“Os meninos, quando vão para a escola, têm que acordar às dez para seis [da manhã] para pegar o ônibus escolar e só chegam de volta às duas da tarde. Os meninos ficam quase cinco horas dentro do ônibus para chegar à escola e voltar para casa. A escola é lá na Lagoa Santo Antônio [bairro de Paracatu]. O ônibus demora duas horas e meia para chegar lá. A minha maior tristeza é ver os meninos acordando tão cedo e ter que passar tanto sacrifício para poder estudar.” (M2, diário de campo).

“Acordo às quatro horas da madrugada para preparar os meninos para ir para a escola. O ônibus escolar passa aqui às quatro e meia ou às quatro e cinquenta da madrugada. Os meninos chegam em casa entre uma e meia e duas da tarde. Só depois que eles chegam é que fico tranquila.” (M5, diário de campo).

“Acordo muito cedo, pois o meu filho mais novo, todos os dias, pega o ônibus escolar às quatro horas da madrugada e só volta lá pelas duas e meia da tarde. Ele vai estudar lá em Paracatu, na escola Afonso Roquete.” (M7, diário de campo).

A educação no meio rural teve seu horizonte alargado a partir de 1997, com o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária/ENERA, para refletir sobre a educação nos assentamentos e acampamentos. Após o ENERA, um novo sujeito aparece: o educador do campo (GHEDINI, 2009, p. 25–42); um educador cuja tarefa é compreender a luta pela terra como direito. Também se impuseram os termos *educação do campo* e *desenvolvimento do campo* como produto de uma reflexão sobre o significado de rural e de campo. Em janeiro de 1998 — acentua Ghedini (2009) —, a Universidade Regional do

Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul iniciou a primeira turma de Pedagogia para Educadores do Campo, denominada de Pedagogia da Terra.

Em 2004, na II Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no Ministério da Educação e Cultura (MEC), e a Coordenação Geral de Educação do Campo. Esses órgãos na estrutura do MEC têm de ser vistos como ponto de partida de uma transformação ampla e árdua da máquina estatal. A educação do campo teve um tratamento específico através da coordenação, que se organizou, também, nos estados. Em 2005, passou a se organizar para atender às várias especificidades de forma concreta, ou seja, através da criação de cursos próprios, escolas, formação de educadores, encontros e simpósios e, sobretudo, em espaços efetivos numa relação dos governos com a sociedade civil.

A educação do campo supõe uma relação com o desenvolvimento, supõe também que os sujeitos, que vivem e trabalham neste espaço, compreendam o campo como lugar de viver e reproduzir a existência e não apenas de produzir para o mercado. Enfim, podemos dizer que educação do campo, mais que uma proposta, é uma grande “bandeira”, bandeira de luta para que o direito à educação dos povos que vivem no campo aconteça e se efetive, juntamente com os outros direitos. (GHEDINI, 2009, p. 33).

Para Silva (2009, p. 59), a educação do meio rural no contexto do campo constitui um desafio porque a educação oferecida aos assentados sempre se guiou pelos princípios e pela lógica da educação no meio urbano; isto é, sem respeitar as formas diferentes de organizar a vida, o trabalho, o lazer e a produção econômica. O fundamento teórico da educação dos assentados seria uma pedagogia que compreendesse a luta pela posse da terra como processo formativo cuja base inclui a humanização, o uso da terra como fonte de vida e o respeito à cultura e aos valores do meio rural. Com efeito, no caso da população em idade escolar no assentamento Herbert de Souza, como não há escola do campo, os estudantes do ensino fundamental e médio recebem uma educação baseada no imaginário urbano, que tende a criar e dicotomizar a realidade da vida rural e a da vida urbana. A escolarização é oferecida pela rede estadual e municipal nas escolas de Paracatu, onde não há componente curricular que aborde a realidade do campo e dos assentamentos.

Como se viu nos relatos, a visão que mães e crianças do assentamento têm da escola se associa com sacrifício: acordar de madrugada, esperar por um ônibus sucateado numa encruzilhada de estrada deserta e escura, percorrer uma estrada de terra aspirando poeira por duas ou três horas. No dizer de Marschner (2009, p. 65–90), ao se deslocarem de ônibus para a escola urbana, os estudantes passam por um processo de negação de sua referência

cultural: fica um “vazio” que se expressa não só na imagem triste do prédio da escola urbana, mas também — e sobretudo — na ausência de assuntos do campo. Pesquisadores que analisaram aspectos educacionais dos assentados no noroeste mineiro sugerem que os alunos apresentam comportamento mais agressivo e contestador, influenciado pelas experiências vividas com os pais nas marchas e ocupações. Apesar de terem desempenho escolar inferior ao dos alunos da cidade, apresentam mais desenvoltura na argumentação. O desempenho inferior se mostra, em especial, na dificuldade de acompanhar atividades extraclasse por conta do deslocamento entre assentamento e escola e porque a maioria trabalha nos lotes, ajudando os pais na produção agropecuária (SOUZA; CATALÃO, 2014).

As dificuldades e os aspectos negativos na educação de assentados, sobretudo do Herbert de Souza, não podem aplacar a esperança de construir um mundo melhor. Há assentamentos que conseguiram solucionar as diversidades, a exemplo do Contestado, na região de Curitiba. A luta de 13 anos em prol da educação com a premissa de que a escola garante que crianças, adolescentes e adultos permaneçam no campo e não percam suas raízes resultou na implantação de todos os níveis educacionais — da educação infantil à graduação. As famílias construíram a Escola Municipal e o Colégio Estadual Contestado. A unidade educacional tem cinco salas de aula, biblioteca, refeitório, cozinha, sala dos professores e diretores. Atende cerca de 300 alunos (CAPITANI, 2013). A coordenadora diz que a estrutura educacional no assentamento dá vida à comunidade.

Em 27 de agosto de 2005, começou a funcionar a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA), na sede do assentamento. Fruto de iniciativa envolvendo a Via Campesina, o governo do Paraná, o Instituto Federal do Paraná e o governo da Venezuela, a escola forma pessoas oriundas de comunidades camponesas e movimentos sociais da Via Campesina na graduação Tecnologia em Agroecologia. Está em andamento a terceira turma — Semente Latina —, que conta com 52 educandos de vários estados e de países como Paraguai, República Dominicana, Colômbia e Equador. A graduação dura três anos. As aulas ocorrem por etapas, cada uma durando média de 60 a 70 dias, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade (CAPITANI, 2013).

5.5 Participação coletiva e projetos comunitários

Yamin (2009, p. 187–206) explica que existem dois eixos norteadores em relação à participação coletiva nos assentamentos: um está relacionado com a divisão social da terra; O outro é uma alternativa à situação de desemprego e geração de renda.

O primeiro eixo se baseia na transformação social através da reforma agrária, daí ser necessária a atuação constante dos movimentos sociais nos assentamentos: para consolidar os princípios de coletivização opostos ao sistema capitalista e agregar os assentados em ações coletivas, iniciadas nos tempos das lonas e importantes para a permanência das famílias na terra. Cria-se o modelo participativo ou participação coletiva. Onçay (2009, p. 43–64) reforça esse pensamento da ideia do processo político participativo ao dizer que o movimento social nos assentamentos pode ser definido como um conjunto de pessoas em luta por condições melhores de vida. Pessoas que vão adquirindo uma consciência relativamente coletiva no processo de construção da contestação e luta. Assim, podemos dizer que os assentados representam, justamente, o movimento de luta visando à coletivização da terra — à reforma agrária — como movimento que se opõe à economia de mercado.

O segundo eixo, ainda segundo Yamin (2009), evidencia a reforma agrária como alternativa à situação de desemprego. Nessa linha de pensamento, muitas famílias foram para o acampamento por estar à margem do processo produtivo, por receber salários inferiores ao necessário à sobrevivência ou por estar desempregadas, seja por pouco tempo ou muito tempo. Apresentavam-se excluídas de direitos sociais como habitação, saúde e educação. Afirmam que na terra “ninguém vai enricar”. Mas esperam, sim, alcançar condições de vida superiores àquela do passado, por meio da terra e do trabalho. Nesse eixo predomina o trabalho familiar para sobreviverem no lote, afastando-se dos movimentos de participação coletiva.

Em suma, o primeiro eixo se relaciona com a ideologia política que se opõe ao sistema de concentração de renda em poucas mãos — não aceita o modo capitalista de exploração da terra. O segundo é formado por assentados que buscam sobreviver da terra através do trabalho familiar; não têm noção nenhuma do trabalho coletivo como luta genuína pela mudança do sistema político vigente.

Relatos de pessoas do assentamento Herbert de Souza indicam que estão desvinculadas do aspecto ideológico, pois têm o lote como última chance de integração econômica e social da sociedade fundamentada na economia de mercado. Esse posicionamento ficou evidente para nós em nosso primeiro contato com a ex-presidente da associação Eliene Aparecida Ribeiro da Silva, que salientou sua disposição para colaborar, assim como a dos assentados, desde que não tivéssemos intenções políticas de direita ou esquerda. No momento de entrevistá-la, a primeira perguntou que nos fez foi se a pesquisa tinha envolvimento político, pois se houvesse não participaria da entrevista.

5.5.1 Associação do assentamento

Melo (2010) enfatiza que o objetivo da associação dos assentamentos deve ser o gerenciamento geral da produção e das ações políticas, econômicas e sociais. Brenneisen (2004, p. 128–63) indica quatro ações importantes que a associação pode desenvolver: 1) comprar coletivamente maquinários como tratores, grades e arados com recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) — maquinário e instalações seriam de uso coletivo e pertenceriam à cooperativa, assim como o trabalho seria organizado coletivamente; 2) buscar apoio técnico de empresas do município; 3) criar uma cooperativa para viabilizar economicamente o assentamento; 4) desenvolver um “laboratório organizacional de campo” para disciplinar agricultores quanto à atividade empresarial e obter unidade de propósitos dos participantes da cooperativa. Em síntese, procurar alterar a cultura camponesa por meio da eliminação dos “vícios” que dificultavam a organização produtiva com base na posse coletiva da terra, assim como obter a unidade e disciplina do grupo: fatores considerados imprescindíveis a essa modalidade organizacional.

A ex-presidente da associação conta que a participação feminina em associação, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos tem fortalecido a identidade da mulher, pois conquista a oportunidade de estabelecer um diálogo com um universo ocupado por homens; ocorrem confrontos e a possibilidade do debate entre valores machistas e o respeito às necessidades próprias das mulheres. Disse ela:

“Eu represento a comunidade do assentamento no município, no INCRA e em outros órgãos do governo, mas tudo é muito difícil. Faço mensalmente uma reunião com os associados e saio em campo para atender o que eles querem. Agora, conseguimos um crédito de 8 mil reais para terminar as nossas casas, pois o dinheiro que tivemos para construir não deu para rebocar, não tem nenhuma casa rebocada nos lotes. Todo dinheiro que recebemos do INCRA nós temos que pagar e estamos pagando, em média, mil e duzentos reais por ano, mas está muito difícil pagar o empréstimo. A associação possui uma comissão de compra para adquirir o material para todos os assentados, principalmente o material de construção. Assim conseguimos reduzir o valor da compra. Se cada um comprar o seu, não dá para fazer nada.” (M1, diário de campo).

Como se pode deduzir, a associação não procura unir as pessoas para discutir a produção coletiva dos lotes; não participa da política de produção agrícola nem do desenvolvimento da pecuária no assentamento. Cada assentado resolve por conta própria seu problema de subsistência diante do mercado. Isso fica patente nestes relatos:

“Fui presidente da associação durante os anos de 2011, 2012 e 2013, mas não existia recurso para desenvolver qualquer coisa, e sem recurso não consegui fazer nada. Além da falta de recurso, o pessoal do assentamento não possui experiência ou conhecimento para desenvolver projetos, então tudo fica parado. O cargo de presidente da associação é um cargo voluntário, e quem ocupa esse cargo tem que ter sangue de barata, pois todo mundo fala mal sem saber de nada. Na minha época, a associação tinha mil reais em caixa, e o pessoal ficava falando que eu deveria comprar um trator com esse dinheiro. Com o dinheiro, coloquei piso na associação e o pessoal ainda ficou falando coisas absurdas.” (M43, diário de campo).

“Aqui temos a associação, mas não tem pessoal para dar orientação como plantar e tratar dos animais. É uma associação somente para cuidar superficialmente do assentamento. A associação não trabalha em unir os assentados, falta união entre nós no assentamento. Aqui é cada um para si.” (M16, diário de campo).

O presidente atual, José Lucas Soares Pereira, diz que o maior problema da associação é resolver a distribuição de água, pois os dois poços artesianos são insuficientes para abastecer as residências das 88 famílias. Há lugares aonde a água não vai.

O presidente da associação, José Lucas Soares Pereira, acrescenta que a associação possui dois objetivos, que é cuidar do abastecimento da água e buscar recursos nas entidades governamentais. O governo federal se afastou dos assentamentos; mas na prefeitura tem uma verba para os assentamentos da região, no entanto exigem tanta documentação que não dão conta de arrumar. (Diário de campo).

Ele afirma ainda que não existe alternativa para desenvolver uma renda maior no assentamento a não ser que cada assentado, em seu lote, trabalhe muito; pois é “cada um para cada um”: ninguém trabalha em conjunto. A associação não se preocupa com aperfeiçoar os canais de comercialização da produção. Mesmo o presidente que representa os assentados no período novembro de 2013 a novembro de 2015 diz estar cansando de ser presidente e que não está tendo tempo para cuidar de suas coisas no seu lote.

5.5.2 *Projetos comunitários*

Contudo, mesmo o espírito do “cada um, cada um” não impediu dois projetos comunitários no Herbert de Souza: a construção de três criatórios de galinhas — com recursos financeiros da empresa mineradora Rio Paracatu Mineração (RPM) — para que o grupo as vendesse na feira — e a fábrica de bolos e quitandas. No primeiro caso, o grupo comunitário recebeu dinheiro e pintinhos dessa empresa; mas, com o tempo, as galinhas foram vendidas e não houve reposição, com isso o projeto foi encerrado. Hoje restam três galpões abandonados. Esse fato foi relatado pelas assentadas:

“Houve aqui no assentamento um projeto aprovado pela [empresa] RPM [Rio Paracatu Mineração] para criar galinha. A RPM deu o dinheiro, e nós construímos, e deu também os pintinhos. Mas não deu certo. Era para criar galinha e vender na feira. Eles venderam as galinhas e não fizeram a reposição.” (M9, diário de campo).

“Tivemos um projeto comunitário financiado pela empresa Rio Paracatu Mineração. Foi levantado três galinheiros em três lotes diferentes. Penso que por falta de união não deu certo o projeto.” (M39, diário de campo).

Sobre a fábrica de alimentos — empreendimento social aonde fomos —, a assentada esclareceu que

“A comunidade católica cedeu a cozinha. O forno e fogão foram doados pelo povo da cidade. A geladeira a associação do acampamento deu. O frizer e a mesa o grupo que trabalha na fábrica arrumou. A matéria-prima para fazer os bolos e biscoitos é comprada pelo grupo. Começou com sete mulheres e hoje tem somente quatro e três saíram. Duas saíram por causa da dificuldade em mexer no lote e trabalhar aqui, assim elas tiveram que ficar trabalhando no lote, mas uma saiu porque ficou doente. Fazemos biscoito, bolacha, bolo, teta, rosca e pão. Vendemos de casa em casa no assentamento e vendemos bem. A venda é feita por cada uma de nós, sendo que, cada semana uma sai para vender. Nas vendas dos bolos e biscoitos recolhemos uma média de mil reais, sendo que a metade a gente gasta com os ingredientes e a outra metade a gente divide entre as que trabalham aqui. Não é uma renda grande, mas dá uma força para o marido da gente. Quando a gente não está aqui, estamos trabalhando no lote. Ficamos trabalhando aqui na quinta e sexta-feira, no sábado é o dia da venda dos produtos.” (M37, diário de campo).

A assentada expõe as razões para iniciar o projeto com dez mulheres e as fontes de apoio a que recorreram:

“Iniciamos o empreendimento para melhorar a renda da família. Eu participo da fábrica de biscoito e pão existente aqui no assentamento. Nós reunimos algumas mulheres dispostas e fizemos a fábrica com ajuda da Igreja Católica e de outras pessoas. Está dando resultado e esperamos que venha a melhorar. Quem idealizou a fábrica foi a Eliana, e aqui eu faço de tudo, e também sou a secretária. A Igreja Católica nos arrendou esses cômodos, mas nós não pagamos nada para a Igreja. O maior problema da fábrica é preparar a documentação para conseguirmos algum tipo de verba para compramos o maquinário necessário ao desenvolvimento do que estamos fazendo.” (M38, diário de campo).

A esse impulso para criar a fábrica subjaz — diria Menegat (2009, p. 207–34) — a dificuldade econômica que cada um vivencia no lote. Esta a motivação para participar de uma organização de grupo a fim de ampliar a renda familiar — melhorar as condições de vida. São as dificuldades econômicas, de início, que levam as mulheres a buscar alternativas outras para

superar os entraves econômicos. Logo, a formação de coletivos seria uma maneira ideal de contribuir para isso.

Ante um projeto comunitário fracassado e outro que está em seu início, o que justificaria a inexistência de outros projetos e por que não progredem? Para alguns assentados,

“Aqui no assentamento, cada um tem o seu lote. Reunimos muito, mas não existe nenhuma resolução para trabalhar em conjunto. Cada um está olhando para sua terra, a sobrevivência de sua família. Não existe sabedoria para trabalhar com a terra em conjunto, não sabemos por onde iniciar. É difícil tocar um lote, e o maior problema é trabalhar em conjunto.” (M20, diário de campo).

“O pessoal aqui não faz nenhum projeto em conjunto por falta de conhecimento. Não temos conhecimento para desenvolver um projeto comunitário.” (M29, diário de campo).

A população do Herbert de Souza chega a quase 400 pessoas — que poderiam desenvolver projetos produtivos na agricultura familiar úteis para melhorar as condições de vida das famílias. Mas isso não ocorre. Nossa análise em conjunto com as entrevistadas permitiu notar que uma causa primeira para isso seria a centralização de cada família na produção de sua própria gleba. Não tem tempo disponível para reuniões e debates sobre projetos que demandam tempo para ser concretizado. A vivência do assentamento impõe uma ação prática constante na realidade objetiva, pois é no agora, no fazer diário que está à sobrevivência da família. Um segundo aspecto que compromete a existência de projetos comunitários é a ausência absoluta de assistência técnica: faltam engenheiros, técnicos agrônomos ou veterinários com qualificação para orientar e acompanhar os projetos.

5.5.3 *Cooperativa de produção agropecuária*

Segundo Scopinho (2003), nas relações de trabalho nos assentamentos, a cooperativa significa ampliar a capacidade de sobrevivência econômica pela obtenção de renda monetária, direta e/ou indireta, pelo desenvolvimento de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra, incluindo as formas de convivência social para melhorar a infraestrutura na comunidade. Com efeito, a ideia da necessidade de cooperativas de produção nos assentamentos remonta ao pensamento de Camargo (1960), isto é, à necessidade de um modelo de estrutura organizacional do qual se originam sociedades constituídas sob forma democrática para atingir fins específicos. Trata-se da associação de pessoas regida por princípios de igualdade na propriedade, na gestão e na repartição de recursos.

No Herbert de Souza, inexistia uma cooperativa que sirva como ponto central de recolhimento e distribuição dos produtos resultantes do trabalho de todos para o mercado das cidades vizinhas. Mas há quem reconheça as vantagens oferecidas por esse modelo, como se lê neste relato:

“No assentamento deveria existir uma cooperativa de produção agropecuária funcionando onde o cooperado pudesse entregar a mandioca, o milho, o arroz, o leite e recebesse pelo que fosse entregue. A gente produzir e levar individualmente os produtos para Paracatu não compensa, pois o transporte é caro. Ida e volta de ônibus fica em torno de 23 reais e para pegar o ônibus tem que andar em média uns quatro quilômetros.” (M7, diário de campo).

Entendemos que a sobrevivência econômica dos assentados depende do aumento da produtividade do trabalho, do uso racional dos recursos financeiros, naturais e humanos e da existência de uma cooperativa de produção agropecuária no assentamento. Esta é um instrumento de organização econômica caracterizado como forma de ajuda mútua através da cooperação e da parceria para suprir necessidades comuns de ordem econômica, tais como compra de insumos e equipamentos; armazenagem; industrialização e/ou comercialização da produção; prestação de assistência técnica.

Existem assentamentos que conseguiram elevar o padrão de produção e distribuição de suas mercadorias, a exemplo do Contestado, na região de Curitiba. Após 14 anos, destaca-se pela produção de alimentos: são cerca de 90 itens diferentes, de hortaliças e tubérculos a mel. São 79 famílias certificadas produzindo alimentos sem nenhum tipo de veneno. A produção é entregue a várias entidades filantrópicas e carentes da região metropolitana de Curitiba por meio do Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal. A comercialização é administrada pela cooperativa. O projeto teve início em 2004, com 15 famílias; hoje conta com 82. A cooperativa está em fase de instalação de uma agroindústria de beneficiamento da produção de vegetal para melhorar e qualificar a produção e comercialização dos alimentos (CAPITANI, 2013).

De fato, em Paracatu existe a Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu (COOPERVAP), que objetiva congrega produtores de sua área de ação, processar e comercializar, em comum, a produção agropecuária dos cooperados. É uma empresa genuinamente do lugar que se tornou potência regional. Com faturamento anual superior a R\$ 180 milhões e quadro social de dois mil associados, a cooperativa emprega mais de 500 funcionários diretos e é fonte de renda para o estado e município, pois gera mais de R\$ 22 milhões em tributos e encargos sociais.

A cooperativa que recolhe o leite produzido no assentamento Herbert de Souza. O valor do leite é creditado na conta do assentado, da qual se deduz o que ele compra: gêneros alimentícios, remédios, roupas, ração, adubo, feno, vacinas para o gado — numa palavra, tudo que é necessário à vida rural, conforme relatos das assentadas:

“Compramos tudo que precisamos na cooperativa em Paracatu, e tudo é descontado no preço do leite. Além das despesas da família, a gente compra produtos de veterinária, ração, remédio pra gente, produto de limpeza.” (M33, diário de campo).

“O dinheiro que a gente tem é do leite, mais ou menos trinta litros por dia. O único rendimento nosso é o leite que tiramos aqui. Entregamos o leite para a cooperativa de Paracatu e nós usamos o tanque de leite do vizinho, ainda não tivemos dinheiro para comprar o nosso. O dinheiro entra e sai da mesma maneira que entrou.” (M14, diário de campo).

“O dinheiro que ganhamos aqui vai mais é para as vacas, porque gastamos com ração, silagem e pasto. O leite nós mandamos para a cooperativa, e ela paga 90 centavos por litro. A gente compra tudo na cooperativa, e toda a despesa é descontada no preço do leite que vendemos para eles. Sobra da venda do leite uns mil reais. Compramos a ordenha na cooperativa, e ela custou 5 mil reais, as prestações da ordenha são descontadas no preço do leite que vendemos para a cooperativa. A gasolina e o óleo a gente compra também na cooperativa que desconta no preço do leite.” (M18, diário de campo).

Como se pode deduzir, se a cooperativa não comprasse o leite dos assentados e lhes vendesse o que precisam para descontar no que recebem pelo leite, talvez estivessem vivenciando sérias dificuldades econômicas.

5.6 Contexto socioambiental do assentamento

A dimensão ecológica e ambiental procura relacionar o ser humano com o ambiente em que vive, onde cada pessoa é produto e produtor de seu meio. Existe uma circularidade sinérgica entre o homem e seu meio; e a ecologia ambiental é justamente o ponto de interação entre um e outro. No dizer de Sato (2005, p. 25), a ecologia procura dar ênfase à dimensão humana do meio ambiente, por isso pode ser considerada como o cruzamento da natureza e da cultura, intercessão entre ser humano e meio; e cada marca que ele deixa na terra corresponde ao seu nível de consciência.

Com efeito, a paisagem com que nos deparamos em cada lote no assentamento testemunha o ordenamento humano na área e representa a simbiose ambiente–ser humano. Nessa unidade, destaca-se a junção entre homem e ambiente, pois cada assentado deixa suas marcas na gleba onde vive: o lote é como se fosse a tela em que cada um elabora sua pintura. Assim, com base nos relatos e à luz dos autores que discutem esse tema, consideramos o

entorno do assentamento, as moradias; a infraestrutura para o trabalho da terra; a pecuária e a lavoura; a flora e a fauna; a área de reserva florestal e os recursos hídricos.

5.6.1 *Entorno do assentamento*

Como modelo de desenvolvimento para o campo — explica Onçay (2009, p. 43–64) —, foi estabelecida a lógica da grande propriedade: introdução de tecnologias avançadas, eficiência técnica, produtividade, quimicanização e mecanização. Inicia-se o processo de estimulação do uso intensivo de insumos, adubos químicos e sementes híbridas para produção em larga escala em prol do fortalecimento do agronegócio. Termo que designa a onda de modernização conservadora do latifúndio comandada por empresas multinacionais, o agronegócio procura ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Caso se possa dizer que aumenta a produção, também cabe dizer que aumentam a miséria, a exclusão social, o trabalho escravo e a degradação ambiental (ONÇAY, 2009).

No panorama do latifúndio, estão assentamentos como o Herbert de Souza cujo entorno abriga plantações de soja, milho, sorgo e feijão, conforme salientam as assentadas:

“Do outro lado do assentamento vivem os milionários com suas camionetes, tratores e plantando o ano inteiro, pois eles têm água à vontade. Do lado de cá estamos nós, com muito sofrimento para sobreviver; não temos água, mas temos formiga, cerradão e muito trabalho no enxadão. Nós não temos raiva dos ricos, eles até nos ajudam, dão trabalho e deixa catar feijão, milho que o maquinário joga no chão quando estão colhendo.” (M27, diário de campo).

“Lá do outro lado, as pessoas são muito ricas, têm muito dinheiro. Eu não tenho inveja deles, e eles têm muito dinheiro porque as famílias deles eram muito ricas, a riqueza vem da descendência, e eles nasceram na família de pessoas ricas. Eu não tenho dinheiro porque a minha família nunca teve nada, toda minha descendência foi de gente pobre. Uns têm mais que os outros, e isso não é injustiça social. Quem nasce em família rica é rico, quem nasce em família pobre é pobre. É assim que penso. Tem gente que encontra a cama pronta para deitar, e a gente tem que trabalhar para depois deitar.” (M16, diário de campo).

Silva (2009, p. 35) enfatiza que, do ponto de vista econômico, o meio rural brasileiro se caracteriza pela presença de grandes latifundiários, pelo predomínio da monocultura, pela concentração de riqueza e pelo aumento da miséria e pobreza. Esse quadro não tem sido aceito de maneira pacífica pelos camponeses, que ao longo da história resistem, através das lutas, ao modelo fundiário imposto no Brasil. Na visão de Ghedini (2009, p. 25–42) — coerente com a de Silva (2009) —, o agronegócio é o oposto da cultura camponesa: são dois

espaços do campo, como se fossem dois “campos em disputa”; enquanto as famílias camponesas convivem com as consequências e os desafios que essas relações trazem. A relação entre a propriedade rural pequena — de camponeses pobres — com a grande propriedade rural vai ser, desde o início, um motivo de disputa pela terra e dos meios de produção; ou seja, de uma disputa marcada pela diferença entre ter terra, plantar, colher e trocar para viver e ter terra, plantar, colher e trocar para juntar bens — e poder no contexto político.

No assentamento Herbert de Souza — não resta dúvida — há quem se oponha ao latifundiário que vive do outro lado da cerca; mas no geral predomina a aceitação da (con)vivência entre ricos e pobres como resultante de um ordenamento natural: os assentados dizem que sempre vai existir rico e pobre, porque esses atributos são uma condição com a qual se nasce, e não fruto da injustiça social.

5.6.2 *Moradias no assentamento*

As casas no Herbert de Souza são construídas com tijolos à vista, sem reboco interno nem externo. O piso é feito com cimento liso. Raras são as que têm portas no interior; a tendência é o uso das cortinas. As portas existentes são as duas de passagem para o exterior: uma na frente da casa, outra nos fundos — em geral, de aço e pintadas na cor cinza. As residências não têm laje: são cobertas com telhas de amianto — dado o calor, alguns as estão trocando por telhas de barro. Existem duas realidades diametralmente opostas nas residências do assentamento: as que apresentam padrão de conforto própria da área rural e as casas sem banheiro — onde não há noções de limpeza, pois as necessidades fisiológicas são satisfeitas no mato e onde o esgoto corre a céu aberto em valas que deságuam no mato. Os relatos a seguir dão uma medida dessa situação:

“As nossas necessidades fazemos no mato. O banho é de caneca, esquentamos a água no fogão de lenha e tomamos o banho de caneca. Não fizemos a fossa e a cisterna porque [a escavação de] cada metro de fundura custa 80 reais, e não temos esse dinheiro.” (M9, diário de campo).

“[Só] Agora [é] que minha casa tem o banheiro com chuveiro e a privada que deságuam na fossa. O lixo é queimado na vala. Antes passava um caminhão pegando os vidros, latas e plásticos e levava tudo para reciclagem em Paracatu. Mas agora não passa mais.” (M7, diário de campo).

“Até hoje não consegui rebocar minha casa, mas possui energia elétrica, banheiro, chuveiro, e o esgoto vai direto pra fossa.” (M5, diário de campo).

O INCRA tinha programa específico de habitação para os assentamentos, mas os assentados foram incluídos no programa de financiamento residencial Minha Casa, Minha Vida. São enquadrados no chamado Grupo 1, que recebe o maior subsídio do programa — 96% sobre o valor da casa — e vão pagar 4% do valor financiado, em quatro parcelas anuais, com valor médio de R\$ 280. Para terem acesso ao empréstimo, não podem ter nenhuma dívida em atraso nos programas do INCRA. Assim, os assentados do Herbert de Souza, a maioria, estão excluídos do projeto Minha Casa, Minha Vida.

5.6.3 *Pecuária e lavoura no assentamento*

Menegat (2009, p. 207–34) evidencia que as vacas de leite representam o produto possível e que têm viabilizado a permanência das famílias nos assentamentos. A venda de leite — que rende média de R\$ 4 mil por mês —, queijo, requeijão e doce de leite permite comprar arroz, feijão, milho e boa parte do que precisam para a manutenção. As famílias adquirem, senão todos, ao menos parte dos bens de que necessitam para a reprodução e, assim, vão construindo as condições necessárias para sobreviver, mesmo que seja para uma difícil sobrevivência, que cria relações e finca raízes na terra. Para alimentar o rebanho — em média, 15 cabeças —, os assentados plantam milho e cana-de-açúcar, que dão para o gado na época de seca. Vacina, ração, roupa e remédios compram com o dinheiro resultante da venda do leite.

Não podemos generalizar a produção nos lotes. Pelos relatos das mulheres, conseguimos distinguir três grupos de assentados que realçam a diversidade e mostram que devemos evitar olhares generalistas; logicamente, os problemas e as soluções são diversificados. O primeiro grupo inclui os que não conseguiram melhorar a gleba e não possuem gado — se possuem, vive às margens das estradas. Na terra predomina o cerrado: gramíneas, arbustos e árvores esparsas com seus caules retorcidos. Vivem precariamente com o mínimo necessário. Yamin (2009, p. 192) comenta a situação dos assentados que não conseguiram desenvolver a sua gleba nestes termos:

Outro aspecto responsável pelas constantes preocupações é a ausência de alimento suficiente para o gado, de modo que este precisa ser levado para pastar às margens de rodovias. Como consequência, a renda não cobre as despesas fixas e os animais enfraquecidos pela falta de nutrientes e de remédios, reduzem cada vez mais a produção de leite.

Esse grupo é formado por assentados que não conseguiram preparar suas glebas para viver do que é produzido na terra, daí ser necessário recorrer a uma fonte de renda que é trabalhar para os vizinhos, como podemos notar através dos relatos:

“Não temos condições financeiras. É muito difícil viver aqui, e a nossa renda é do leite que meu marido tira para os vizinhos. Assim ganhamos uns trocados que dá para comprar comida.” (M49, diário de campo).

“Vivemos dos benefícios da bolsa-escola e o salário de diarista de meu marido. Ele trabalha para quem precisa de capina e serviço de modo geral. A renda da família chega mais ou menos a um salário mínimo. Não temos nenhum gado, temos umas quarenta galinhas, uma horta onde plantamos couve, cenoura e folhinhas para o nosso consumo.” (M28, diário de campo).

“A nossa renda é retirada do lote, que é quase nada. O que salva é que temos uma casa alugada na cidade, e com o dinheiro do aluguel nós conseguimos sobreviver. O meu marido trabalha em outros lotes, fazendo cerca, capinando, tirando leite e fazendo o serviço que aparece para fazer. O dinheiro do aluguel, e o que meu marido ganha fazendo serviço nos lotes nós vamos vivendo.” (M35, diário de campo).

O segundo grupo é formado por assentados que prepararam lote, plantaram capim, milho e cana-de-açúcar. Têm média de 20 a 25 cabeças de gado, produzindo quase 200 litros de leite por dia, renda bruta aproximada de R\$ 6 mil por mês, como se lê nestes relatos:

“A criação de galinha é para a despesa nossa mesmo. Não tocamos horta porque a água é pouca e não dá para ficar aguando. Temos umas vinte vacas e tiramos uns 150 litros diários de leite que entregamos na cooperativa. Temos um tanque para colocar o leite que compramos, também, na cooperativa. Todas as despesas são feitas na cooperativa e descontadas no preço do leite. Acaba sobrando, no final do mês, uns 700 reais.” (M18, diário de campo).

“No nosso lote formamos um bom pasto para o gado, plantamos cana e milho para fazer silagem. Temos umas vinte cabeças de gado e vivemos do leite que é entregue na cooperativa de Paracatu. Temos também umas 15 galinhas que vendemos a 15 reais cada. O nosso lote é todo formado, só não tocamos na área da reserva florestal do lote.” (M37, diário de campo).

O terceiro grupo são, em geral, as pessoas bem-sucedidas na administração de suas glebas, possuindo colhedeiças, tratores, ordenhas e criação de gado leiteiro, conforme relatos:

“Apanhamos de empréstimo 6 mil reais no PRONAF e, com esse dinheiro, compramos gado e uma motosserra e estamos ainda pagando o empréstimo. Mas já trocamos o gado por um trator, sendo que o trator ficou por 23 mil reais. Com esse trator arrumamos a terra e nós também alugamos a hora do trator para as outras pessoas. Com o dinheiro que recebemos pelas horas alugadas do trator, compramos gado novamente. Hoje possuímos dez vacas de leite dando 60 litros por pegada. Vendemos o leite para a cooperativa de Paracatu e compramos tudo que precisa na cooperativa. No dia 15 de cada

mês, pegamos o dinheiro que sobra. Temos ainda dois leitões para aproveitar a lavagem. Criamos alguns frangos e, quando aparece algum comprador, vendemos os frangos. Possuímos também duas lavouras de mandioca e cana. Tinha a plantação de sorgo e milho, mas as capivaras destruíram tudo. Com a mandioca, fazemos farinha e polvilho e vendo a farinha quando aparece comprador. Não vendo polvilho, pois guardamos para o consumo. Tem uma plantação pequena de banana. Já pelejamos muito com horta, mas as galinhas não deixam ir para frente, acaba com tudo. Plantamos cana para moer e fazer garapa e depois fazemos rapadura. O bagaço da cana dá para o gado comer e a rapadura vendo para o pessoal que aparece aqui para comprar. O engenho para moer cana é tocado pelo motor a óleo, mas está passando ele para eletricidade, que fica mais barato. Faço também sabão. Eu gasto, pra fazer o sabão, um quilo de soda, seis litros de água, seis quilos de gordura. Eu coloco tudo no tacho e ponho no fogão de lenha e vou mexendo, depois coloco na forma.” (M26, diário de campo).

“Crio gado leiteiro. Eu tenho umas 45 cabeças, que produz uma média de 450 litros de leite por dia. Vendo o leite para a cooperativa de Paracatu e na cooperativa compro tudo que preciso: ração para o gado, adubo, remédio, comida, roupa e eles descontam no preço do leite. Com o leite, eu arrecado uma média de 12 mil reais por mês e, depois que compro tudo, sobra uns 2 mil reais. Tenho também um tanque de armazenamento do leite e algumas galinhas para o consumo, mas vou acabar com elas porque não dão sossego às vacas no curral, elas ficam atentando as vacas. Tem também alguns porcos para o consumo. Plantamos mandioca, mas como não aparece comprador parei de plantar. A verdura planto para o próprio consumo.” (M43, diário de campo).

Realçamos o trabalho do ser humano em sua gleba para sobreviver e notamos que existem tipos diferentes de pessoas onde cada um reflete sua estrutura interna na terra e a terra torna-se sinérgica com a pessoa.

5.6.4 *Flora e fauna*

Ribeiro (2011, p. 3) enfatiza que quando o assentamento se torna definitivo, no momento de demarcação das terras, separam-se os espaços de exploração, de reservas obrigatórias e legais e de áreas comuns ou comunitárias, além da construção de curvas de nível para conter a erosão e da abertura de estradas. Explica ainda que a reserva legal é área a ser mantida com a sua cobertura vegetal original e que tem a função de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais, proporcionar a conservação e reabilitação dos processos ecológicos, promover a conservação da biodiversidade, abrigar e proteger a fauna silvestre e a flora nativa. O tamanho de reserva legal deve ser 20% da área total do assentamento.

No caso do assentamento Herbert de Souza, o relato de uma assentada sugere que, quando ocorreu a demarcação da terra para essa área, a faixa demarcada já havia sido

degradada pelos antigos donos da fazenda: “Quando aqui cheguei, tudo era pasto, o cerrado já não existia mais, e o pessoal do INCRA marcou uma parte para ser reserva florestal, e nenhum assentado pode mexer lá, mas também, lá não existe nada mais para ser retirado” (M1, diário de campo). E mesmo que esse processo de degradação ainda não tivesse afetado tanto a fauna — pois era possível encontrar animais como “[...] onça, lobo, tamanduá, tatu [...]” —, no presente “[...] está tudo acabando. Até seriema não tem mais” (M3, diário de campo). Impõe-se aqui a reflexão de Silva (2005, p. 64) de que as relações entre homem e natureza dão a impressão de que são inimigos: um não sobrevive sem a morte — ou debilitação — do outro.

Ao iniciarmos a pesquisa de campo subjacente a esta tese, observamos que a área onde se circunscreve o assentamento estava desmatada e plantada com soja. No interior do assentamento, em cada lote, de mais ou menos 30 hectares, o INCRA permitiu o desmatamento de dez hectares. Conforme comenta a assentada, “[...] no primeiro ano, tínhamos autorização para desmatar cinco hectares, e no ano seguinte mais cinco hectares, e depois disso, até hoje, não podemos desmatar mais nada” (M9, diário de campo). A fala de outra moradora do assentamento reitera esse situação:

“Quando nós assentados recebemos o lote, nós podíamos desmatar cinco hectares no primeiro ano, e no segundo ano mais cinco hectares, depois dos dois anos venceu a licença para desmate, e ninguém mais pode desmatar nada no lote. Agora estamos esperando uma nova licença para poder desmatar e a licença é do INCRA.” (M2, diário de campo).

Mesmo com a proibição de desmatamento, a eliminação do cerrado em cada lote é real:

“Desmatei todo o meu lote para fazer pasto, e a fiscalização veio e mandou uma multa de 800 reais. Nós negociamos e pagamos uma parte, mas depois veio outra multa de 600 reais, não pagamos e entramos na justiça.” (M11, diário de campo).

As possíveis causas da tendência ao desmatamento nos assentamentos incluem a necessidade de cultivar pasto para o gado e plantar cana-de-açúcar e milho para fazer ração. Um fator que contribui é que, no entorno do assentamento, a terra dos latifúndios está toda desmatada, daí que não justificaria — na visão do assentado — proibir desmate dos lotes onde precisam sobreviver pela cria de gado leiteiro.

Para Grun (2005, p. 45), é importante compreender como o antropocentrismo se firmou no mundo moderno, ou seja, pela separação entre sujeito e natureza, que teria sido a

causa fundamental da devastação ambiental. Nessa lógica, o assentado se sentiria distinto do ambiente em que está inserido, provocando a devastação da estrutura natural que o envolve. No dizer de Silva (2005, p. 64),

Há uma solução teórica para esse aparente conflito de interesses: chama-se desenvolvimento sustentável. O conceito tem o apoio de todos, mas a partir do momento em que o debate ultrapassa a palavra, ressurge a oposição entre aqueles que estão do lado da natureza e aqueles que estão do lado do desenvolvimento econômico. Enquanto não se vencer essa oposição, será ilusório esperar que se construa um controle ecológico de nosso mundo.

As ações humanas indicam que as pessoas observam a natureza como meio para lucrar, mas desconhecem a relação intrínseca entre elas e o meio ambiente; o que ocasiona danos irreparáveis à fauna, à flora e aos recursos hídricos. Nas nossas rodas de conversas com os assentados, observamos que a tendência ao desmate dos lotes tende a aumentar, isto é, a descumprir as normas impostas pelo INCRA, que resultam em multa e outras sanções. Isso porque as usinas de açúcar e álcool operantes na região estão oferecendo aos assentados vantagens econômicas para plantar cana-de-açúcar na totalidade dos seus lotes. Além disso, o valor dos lotes está aumentando de R\$ 10 mil o hectare para R\$ 15 mil. Se esse aumento se mostra como oferta irrecusável a muitos que vivem no assentamento, por outro lado põe em perigo a política de reforma agrária, que tende a desaparecer caso não exista interferência do governo. Desse processo deriva uma constatação assustadora: o poder destrutivo do ser humano sobre a natureza, a ponto de colocar em risco a sobrevivência não só das pessoas, mas também do planeta, pois a destruição dos recursos naturais ocorre acima da capacidade de reposição. Não por acaso Saramago (2001) assinala que vivemos como pessoas racionais, mas com ações que nos distanciam dessa condição, pelo menos com a razão respeitosa à vida e à dignidade.

5.6.5 Recursos hídricos

A água é essencial à vida. Todo o organismo depende dela para sobreviver. Do volume hídrico da Terra, só 3% da água está disponível como água doce. Portanto, é um recurso reduzido. A lei 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, destaca a água como bem de domínio público, recurso natural limitado e dotado de valor econômico — valor este que decorre da escassez da água. Com efeito, para Séguin (2006, p. 197), a quantidade limitada de água doce tem provocado aumento da poluição e impossibilitado a reutilização dos recursos hídricos. Granziera (2006, p. 57) reitera Séguin ao dizer que tais

recursos se tornam um bem de valor à medida que há interesse sobre ele. Uma vez escassa, a água passa a ter valor medido economicamente (SIRVINSKAS, 2007).

Existe uma discussão importante que seria considerar a água não como valor econômico, mas como direito fundamental da humanidade e valor social. Nesse caso, a água consumida nos latifúndios para abastecer a agroindústria ou as mineradoras em prejuízo ao consumo dos seres humanos seria colocada em pauta. Tratando especificamente do assentamento Herbert de Souza, os assentados possuem água para uso doméstico retirada das cisternas, mas em períodos de estiagem os poços secam. Além das cisternas, a associação do assentamento administra dois poços artesianos que, através de uma rede d'água, distribuem água a todas as residências, pela qual os consumidores pagam taxa baseada no consumo controlado pelo hidrômetro. Contudo, os dois poços são insuficientes para abastecer todas as residências; além disso, ocorrem constantes rompimentos constantes na rede, interrompendo o fluxo normal até que seja encontrado o local onde ocorre o vazamento.

A problemática gerada pela falta de água é assinalada pelas assentadas:

“A água que usamos é a da associação, mas vem pouca água, e o pior é que o poço está secando, tendo necessidade de abrir outro poço.” (M14, diário de campo).

“Aqui em casa não tem cisterna. Dependemos totalmente da água da associação. Aqui no lote passava um córrego, mas está secando. A chuva não chega, e sem chuva tudo seca.” (M22, diário de campo).

“Aqui em casa, no assentamento, tem cisterna. Assim, usamos a água da cisterna e a água da associação, e muitas vezes ficamos sem água porque a rede rompe e eles não encontram o rompimento.” (M23, diário de campo).

Nas condições atuais, a água é usada para uso doméstico, na manutenção de hortaliça familiar e para suprir a demanda do gado leiteiro. Mas um abastecimento de água fundado em cisternas e poços artesianos tende a prejudicar todas as atividades dos residentes no assentamento; isto é, entrava o desenvolvimento da agricultura familiar, que poderia ajudar a melhorar as condições de vida. Se a problemática da falta de água pode ser abrandada com a perfuração de mais poços, não se pode esquecer que concretizá-la requer que associação tome medidas; por exemplo: mapear o assentamento para indicar a localização dos dois poços artesianos; escolher o local para perfurar outros mediante estudo geofísico ou radiestésico — que demanda profissionais especializados; elaborar projeto definidor do diâmetro da perfuração, da profundidade estimada e do método, bem como as demais características técnicas; enfim, outorgar o direito de uso. Esses procedimentos acarretam gastos financeiros cuja verba para pagá-los a associação não tem; daí que os assentados dependem da ajuda do

poder público municipal. O problema dos poços artesianos e sua perfuração se mostram na fala de uma assentada:

“[...] para furar o outro poço, tem que ter o mapa do assentamento para indicar a localização do poço. Mas no assentamento não tem o mapa, e assim não tem jeito de indicar a localização do poço, e em consequência não arrumamos dinheiro para furar o poço.” (M16, diário de campo).

A falta de água no assentamento — que inviabiliza a agricultura familiar e até outras formas de subsistência como a criação do gado leiteiro — deixam entrever a necessidade premente de políticas públicas que possam suprir a demanda por soluções definitivas de abastecimento hídrico; do contrário, não há que falar em progresso da comunidade dos assentados.

5.7 Mulheres trabalhadoras rurais

No percurso da história, a mulher foi desconsiderada em todos os aspectos e passou por todo tipo de sofrimento. Em um extremo, não tinha alma e servia apenas como “caixa de reprodução humana”. Entre um animal e a mulher, as pessoas davam maior valor ao animal que tinha preço no mercado. Cuidar da casa e dos filhos e satisfazer os desejos masculinos era a sina dela. O tempo passou, e a mulher conseguiu superar essa condição de invisibilidade: passou a ter alma e deixou de ser escrava e ser tratada como objeto pelos homens. (Não ignoramos que a condição de objeto predomina em muitas regiões do planeta.) Hoje, a mulher do ocidente continua a se construir e a elaborar seu caminho: está cada vez mais consciente de si e de suas potencialidades, desenvolve trabalhos produtivos e ocupa posições no espaço público e privado. No meio rural — nos assentamentos —, transpõe barreiras e supera preconceitos de tal modo, que muitas estão em condições sociais idênticas às de seus companheiros. Eis por que convém refletir sobre as relações de gênero e o trabalho da mulher no campo: a vida familiar, os momentos de alegria, a vida religiosa e sua visão de futuro.

5.7.1 *Questão de gênero*

Numerosas vozes salientam a invisibilidade das mulheres, negam que tenham uma história, dizem que são ausentes no trabalho produtivo, que a domesticidade não merece quantificação nem narrativa. No dizer de Duby e Perrot (1990, p. 7), a primeira dificuldade que o historiador precisa enfrentar quando se dedica a estudar a história das mulheres do campo é o que se pode denominar de “natureza masculina” da história, que tem levado ao ocultamento do papel desempenhado pelas mulheres. Com efeito, Perrot (2005, p. 11) afirma que “Muitas dificuldades se apresentam para quem ousa enveredar pelos estudos das

mulheres, pois se trata de terreno minado de incertezas, saturado de controvérsias moveidias, pontuado de ambiguidades sutis”; estudos sobre a temática feminina e história das mulheres nas sociedades ocidentais sugerem “[...] que elas não existiam para o espaço público. O trabalho das mulheres agricultoras é confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, tornando-se assim invisível”.

Todavia, o relato da assentada M18 (diário de campo) contrária o discurso de Perrot (2005, p. 13): “O trabalho que eu faço junto com o meu marido não é auxiliando ele, e nem ele me auxiliando, é um trabalho necessário que tem que ser feito pelos dois”.

Com efeito, Tedeschi (2009) procura mostrar a atuação dos homens e das mulheres dizendo que, a elas, correspondem atividades de reprodução social da família e que, aos homens, a função de provedor das necessidades materiais do grupo.

Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica. A figura do pai como representação principal na história das mulheres camponesas reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa prática existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho, delegando a mulher papel cultural específico: servir, cuidar e nutrir. (TEDESCHI, 2009, p. 153).

Porém, a fala da assentada M26 contradiz de novo o discurso teórico: “Aqui em casa não tem diferença entre homem e mulher, entre esposo e esposa, nós dois trabalhamos juntos, fazendo tudo que é preciso para sobrevivermos”.

Heredia (1984, p. 30) mostra que o trabalho da mulher no roçado é configurado como de ajuda, e não como trabalho produtivo.

Embora as atividades que se realizam no roçado sejam consideradas trabalho por oposição às atividades próprias da casa, dentro das atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificamente das mulheres, tais como a semeadura ou a limpeza da horta, tarefas estas, realizadas pelas mulheres perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas de ajuda.

No rastro de Heredia, Silva (2005, p. 42) esclarece que a força de trabalho da mulher no assentamento não se configura como trabalho de produção, e sim de ajuda; logo, não é contabilizado, ou seja, é excluído da remuneração e reconhecimento. A participação da

mulher camponesa nas atividades da roça teria se configurado como ajuda porque sua função principal é ser dona de casa.

Entretanto, a fala da assentada M46, conforme nosso diário de campo, opõe-se ao discurso de Silva (2005) e Heredia (1984): “[...] eu não ajudo o meu marido e nem ele me ajuda, nós dois vivemos aqui no assentamento para trabalhar a terra, cuidar do roçado e do gado”.

Nossa vivência no assentamento Herbert de Souza durante quatro anos revelou que o papel da mulher assentada diverge desses discursos teórico-reflexivos. O sistema de relacionamento homem–mulher no campo é negociado entre as pessoas que vivem no lote ou no contexto local, daí que a relação de trabalho do homem e da mulher no assentamento é gerada pelo convívio social na comunidade. Não ocorre a visão de que a mulher não tem história, de que é ausente do trabalho produtivo. A realidade do trabalho feminino no campo é revelada pela assentada M1 (Diário de campo): a mulher trabalha ao lado do marido, ajuda em tudo. É o dia a dia de trabalho da mulher se mostra neste relato:

“Acordo cedo e faço café, acordo os meninos e às 5h20 estou no ponto com eles esperando o ônibus escolar. Depois volto pra tirar leite de quatro vacas, depois que tiro o leite, eu vou cuidar dos bichos (galinha, porco, cavalo, pato, cachorro), ajudo o marido a cuidar do pasto, faço almoço e tiro o leite na parte da tarde. Tiro por dia uma média de 30 litros, mas agora estou tirando apenas 18 litros, porque o pasto ficou muito seco. O meu marido não tira leite porque tem um problema nas mãos, então quem tem que tirar o leite é eu.” (M9, diário de campo).

Conforme a pesquisa aqui descrita, o trabalho das mulheres nos assentamentos não ocorre só na esfera privada, tampouco as mulheres são pessoas invisíveis, conforme podemos constatar a seguir:

“A única coisa que eu não faço aqui no lote é tirar leite, tenho medo da vaca cair em cima de mim, mas ajudo buscar as vacas para tirar leite, e eu trabalho ao lado do meu marido, tudo que ele faz eu faço, só não tiro leite, vivemos bem, é um ajudando o outro. Bato pasto e busco o gado com meu marido.” (M5, diário de campo).

Em oposição ao discurso de Tedeschi (2009), podemos dizer que no assentamento não existe ocultamento do papel da mulher; antes, são pessoas importantes e colaboradoras em todas as atividades produtivas, como se lê nesta fala:

“A minha lida diária é na casa e no campo trabalhando junto com o meu marido; o dia inteiro a gente passa trabalhando. Acordo todos os dias mais ou menos às 6h e vou deitar às 22h, o tempo todo trabalhando na lida diária.” (M13, diário de campo).

Em geral, o trabalho no lote é feito pelo marido e pela esposa, que trabalham juntos: ambos estão envolvidos na manutenção da família; mas existem numerosos casos em que o esposo faleceu e a viúva trabalha com os filhos na produção ou sozinha. Também é comum o marido buscar emprego na sede do município ou em fazendas, enquanto a esposa assume as tarefas que a vida rural exige, conforme observamos neste relato: “Quem manda aqui em casa sou eu, eu que administro tudo, pois o meu marido trabalha fora” (M49, diário de campo). Outra assentada diz que quem prepara tudo é ela: “Aqui no lote só tem eu e mais ninguém, sou eu que preparo tudo, sou eu que mando, e mais ninguém. Tudo o que sei aprendi com o meu pai, ele sempre viveu e trabalhou em fazenda” (M43, diário de campo).

No assentamento Herbert de Souza, nós nos deparamos com situações minoritárias em que o marido exerce o domínio pleno e a mulher se coloca na condição de obediência:

“Quem manda em tudo aqui é o meu marido, porque ele é homem, e ele mesmo diz que quem manda é ele. Eu obedeço, mas não obedeço em tudo. Se ele manda fazer coisas errada, eu não obedeço, só obedeço em fazer as coisas certas. Ele coloca um objeto em um lugar, e eu vou lá e tiro e coloco em outro lugar, ele briga, mas o objeto fica onde eu quero.” (M17, diário de campo).

Outra assentada enfatiza que “[...] o marido dela manda no lote, na casa e nela, no entanto quem decide como aplicar o dinheiro é os dois” (M18, diário de campo). Outra moradora afirma a voz do marido:

“Quem manda aqui é ele, e quando ele sai eu mando e quando ele volta ele passa a mandar novamente. Aceito perfeitamente que ele manda aqui em casa porque dá mais respeito e eu aceito para não gerar briga, por causa disso estamos casados há quinze anos.” (M47, diário de campo).

Parece não haver no assentamento o posicionamento de excluir as mulheres do espaço público, desqualificar sua força de trabalho, atribuir-lhes um significado secundário e inibir sua presença e seus discursos na esfera social. A mulher assentada não é desqualificada com uma conotação de inferioridade social, cultural e econômica. Observamos que no assentamento ela tem condições de realizar seu trabalho e administrar sua própria propriedade. Não emerge a centralidade masculina no que se refere à administração diária do

trabalho e das finanças da propriedade. Mesmo ante situações em que a mulher realça a soberania do marido, elas dizem que desobedecem quando eles as mandam fazer coisas erradas, ou que mandam quando eles não estão nos lotes ou quando saem. Mas a gestão do dinheiro é dos dois.

5.7.2 *Trabalho da mulher no assentamento*

Yamin (2009, p. 187–206) comenta que as mulheres, mesmo enfrentando dificuldades, avaliam positivamente sua vida no assentamento. Essa situação é esclarecida quando resgatam suas condições de existência no passado de ser sem-terra e atuar como trabalhadoras sazonais, sem salário fixo, despossuídas de um lugar para abrigar os filhos ou criar animais. Antes, trabalhavam a terra dos outros para, no fim, sobrar com nenhum dinheiro; agora ressaltam que a vida hoje é melhor: no assentamento, têm galinhas, gado, mandioca e abobrinha. Lisboa e Lusa (2010, p. 881–7) chegam à conclusão de que as mulheres agricultoras representam o principal agente para preservar as habilidades necessárias aos diferentes tipos de cultivos da alimentação básica, à criação de espécies animais, bem como ao manejo do gado leiteiro no espaço da agricultura familiar ou comunitária. Detêm habilidades e experiências necessárias à condução de um processo de desenvolvimento humano local sustentável, pois são quem mais contribui para preservar a biodiversidade no lote.

As mulheres no assentamento trabalham sem descanso, sozinhas ou ao lado do marido. Notamos que trabalham muito e podemos vê-las com suas roupas simples, sem nenhuma maquiagem, cabelos amarelados pela poeira do local, a pele escura queimada de sol, mãos calejadas, sola dos pés espessa, calçando sandália havaiana — algumas usam botinas. Em geral estão com semblante transmitindo paz e calma; suas conversas são simples; responderam às nossas interrogações com poucas palavras. O trabalho delas pode ser classificado de doméstico, de trabalho no lote e diarista nas fazendas próximas. No trabalho doméstico, a mulher cuida dos filhos, faz o café da manhã, o almoço, a janta e outras guloseimas típicas do meio rural (bolo, pão de queijo, peta, tapioca), lava e passa roupa, além de costurar para a família — nesse último quesito, a atividade maior é a de remendar as roupas, como se lê nestes relatos:

“Acordo todos os dias às seis horas da manhã e durmo bem cedo. A minha rotina é bem apertada: lavo roupa, passo a roupa, limpo a casa e o terreiro, faço comida, faço biscoito, e também eu que faço compra em Paracatu e ainda costuro consertando as roupas.” (M33, diário de campo).

“Tenho 86 anos e eu que cuido da casa; lavo roupa; passo roupa; bordo e cozinho. Quando acabo de fazer todo o serviço da casa, fico aqui fazendo bordado, que minha nora leva para vender na cidade de Paracatu.” (M47, diário de campo).

“Sou saudável e trabalho o dia inteiro. Acordo cedo e vou dormir mais ou menos as 22 horas. Passo o dia trabalhando: arrumo a casa, lavo e passo roupa, faço a comida, costuro, faço biscoito e pão, e trabalho também na roça.” (M34, diário de campo).

O trabalho no lote inclui tratar dos animais — vacas, porcos e galinhas —, cuidar da horta e bater o pasto, fazer farinha e queijo, tirar leite, cuidar do criatório de abelhas e retirar o mel. Alguns relatos deixam entrever o dia a dia dessas mulheres, que vivem para trabalhar sem férias e sem descanso, aos sábados e domingos; que não se preocupam em cuidar das mãos nem dos cabelos — numa palavra, não preocupam em cuidar da beleza do corpo.

“Eu bato o pasto e busco o gado. A nossa labuta aqui é muito dura, mas vale a pena, o trabalho é satisfatório.” (M3, diário de campo).

“Plantei arroz cerqueiro e cheguei a colher doze sacos. Socava o arroz no pilão para tirar a palha e cozinhava. Planto milho para tratar da criação e planto também mandioca para fazer farinha; e quando faço muita farinha eu vendo um pouco. É muito difícil fazer farinha porque leva muito tempo. A gente tem que plantar; esperar crescer; colher; cascar a mandioca; lavar; moer; colocar a mandioca na prensa para tirar a água e ficar somente a massa; depois coar a massa na taboca; põe para secar e quando a massa está bem seca coloca no tacho, que é esquentado no fogo de lenha e vai mexendo o tempo todo, sem parar, até virar farinha. Tenho também um viveiro de frango caipirão, e na época certa mato o caipira, limpo e vendo a 15 reais o frango inteiro.” (M7, diário de campo).

“Aqui nós temos um criatório de abelha com oito caixas, tudo no nosso lote. Abro a caixa, tiro os quadros, limpo os quadros por cima, coloco os quadros na centrífuga que vai batendo, e então o mel sai e vai caindo no balde já coado, depois eu passo para o litro e vendo por 12 reais o litro. Nós também plantamos um hectare de cana e fazemos rapadura. A gente corta a cana, passa a cana no moedor, coloca a garapa no tacho, coloca o tacho no fogo de lenha e vai mexendo e quando a garapa estiver espumando é o melado, então despeja no cocho, bate o melado no cocho até endurecer, quando o melado fica grosso despeja na forma. É muito trabalho para fazer rapadura. Nós fazemos em média 900 rapaduras e vendemos cada uma por 3 reais. Sou pescadora profissional e tenho a minha carteirinha da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca. Eu pesco no rio São Pedro de canoa e rede. Quando a pesca é boa tiro uns trinta quilos de peixe por pescaria (crumatá e piranha). Limpo o peixe, coloco no congelador e vendo para o pessoal de Paracatu a 3 reais o quilo. (M10, diário de campo).

Algumas mulheres trabalham em fazendas objetivando ajudar nas despesas da família. Quando estão em casa executam todas as atividades necessárias do meio rural. A assentada explica como é o trabalho em outras fazendas:

“Trabalho como diarista em uma fazenda fora do assentamento e recebo 50 reais por dia de trabalho. Limpo o alojamento dos empregados e a casa do patrão, e esse dinheiro a gente soma com o que mamãe ganha, e com o que produzimos aqui no lote e vai dando para viver.” (M16, diário de campo).

Como se pode deduzir, parece ser infrutífero prescrever um modelo para descrever o trabalho da mulher assentada. Suas atividades refletem níveis de consciência bastante diversificada. Algumas trabalham em casa e executam todas as atividades na gleba. Outras centram seus afazeres no trabalho de casa. E outras mais vivem para trabalhar em casa, no campo e em fazendas vizinhas para aumentar a renda. Numa palavra, todas trabalham muito. O trabalho no assentamento — diz Yamin (2009, p. 187–206) — é uma travessia na qual as famílias procuram uma margem melhor do rio para alcançar, um lugar bom para viver e fincar raízes, a exemplo do o jequitibá, que permanece no campo como que a cuidar do lugar, das pessoas e dos animais. Dadas as histórias de vida das famílias assentadas, envoltas por dificuldades e conquistas, não podem ser caracterizadas como vencidas ou vencedoras em seu enfrentamento da estrutura capitalista. Vivem uma vida-travessia: não estão sempre iguais nem foram terminadas. Mudam sempre.

5.7.3 *Vida familiar*

Para Yamin (2009, p. 187–206), as famílias dos assentados foram vítimas da divisão da terra como renda capitalizada e fugiram do trabalho alienado. Ingressaram em um acampamento sem-terra ou adquiriram um lote após a desapropriação de uma área improdutiva. Buscaram a posse da “terra prometida” envolvida por um imaginário social de direito costumeiro, de legitimidade de acesso a uma terra, considerando-a como direito de todas as pessoas. Esforçam-se para obter a posse e se manter no lote vislumbrando a possibilidade de superar as incertezas das migrações. As palavras de Yamin (2009) indicam que, se as famílias dos assentados têm origem na alienação — ou seja, seriam instrumentos dos donos da terra —, agora estão tendo condições de trabalhar no próprio lote. Isso significa uma transformação que poucas pessoas podem compreender. No lote, toda a família está envolvida na preservação dessa condição; sonha com um futuro cada vez mais distante dos tempos de empregado dos donos da terra. Nos acampamentos, dormiram durante anos sob a lona preta. Agora se instalaram em um lote no cerrado agreste, onde passaram a construir, do nada, os seus sonhos, conforme se lê neste relato:

“Depois que recebemos o lote tudo mudou. Construimos nossas casas e passamos a cuidar da terra para nela produzir. Se a terra não produzisse, ia acabar tudo e nada daria certo. Dedicamos todo o tempo no cuidado da terra e da família. É um tempo diferente, muito diferente da época do acampamento. É outro tipo de vida. No assentamento, a família é muito unida, e todos estão unidos porque têm que dar certo tudo aqui no lote.” (M19, diário de campo).

Viver no assentamento requer muita união entre as famílias. Como descreve uma assentada:

Aqui no assentamento a família tem que ter muita união, caso contrário nada dá certo. Graças a Deus a minha família é toda unida e todos nós trabalhamos junto para que possamos ter uma vida com conforto e digna. Preocupamos muito com os estudos dos nossos [cinco] filhos, com a alimentação deles, com eles trilhando o caminho correto de trabalho. Não abrimos mãos que eles sejam pessoas honestas e trabalhadoras. (M38, diário de campo).

Alguns relatos mostram como é o relacionamento no assentamento, onde procuram viver em harmonia, sobretudo, por conta dos sofrimentos porque passaram até chegar ao ponto de possuir casas e ter condições de viver com a autonomia resultante de seus trabalhos na terra.

“A nossa maior alegria é levar a vida, estar em paz com a natureza e deixar o dia passar. Viver para a minha família é a minha maior alegria. Enquanto a gente vive, não pode parar de correr atrás. Cada pessoa deve correr atrás do seu objetivo. A única coisa que temos para fazer é trabalhar.” (M9, diário de campo).

“Apesar de toda dificuldade, a nossa maior alegria é ter esse lote e não precisar trabalhar nas fazendas para outras pessoas. Bem melhor é aqui, pois a gente está fazendo para a gente mesma.” (M2, diário de campo).

Notamos que a família no assentamento sempre está elaborando comparação com as experiências que passaram antes de possuir o lote. Assim, apesar das dificuldades, o presente é de alegria e contentamento. Antes não possuíam nada, hoje são donos da terra, onde vivem e produzem para suprir as demandas de suas famílias, sempre unidas e harmoniosas.

Salientamos, no entanto, que no assentamento não reinam as famílias felizes e estruturadas; há também desavenças e rivalidades, como se lê nos relatos abaixo.

“Nós estamos passando por problemas e estamos vendendo o gado todo, não plantamos mais, e o meu companheiro quer ir embora. Estava dando certo, e por duas vezes eu já fui embora, mas voltei e agora vou embora novamente. Vou embora, mas não sei para onde. Antes a gente plantava roça de milho, sorgo, mandioca e fazia silagem para o gado. A gente tirava leite, mandava

para cooperativa em Paracatu e acabou tudo. Hoje só temos seis vacas, e o meu genro está tirando o leite e entregando na cooperativa em Paracatu. Estamos comendo com o que recebemos do leite. Agora estamos comendo arroz, feijão e verdura de vez em quando. Aqui quem manda é ele. Estou com raiva dele. Não gosto mais daqui, ele passou a beber muito, e o povo está falando que ele tem uns casos com outras mulheres daqui do assentamento.” (M25, diário de campo).

“O lote saiu em nome do meu ex-marido e nós brigamos, acabou que ele me deu três facadas, aí nós separamos, e ele ficou com tudo, mas vendeu tudo. Tudo foi por causa do ciúme do Antônio que mora aqui no assentamento. O meu ex-marido pensava que eu tinha um caso com o Antônio, que era solteiro.” (M11, diário de campo).

A família no assentamento Herbert de Souza reflete a dialética e nos leva a recordar de Santos (2006, p. 141), que indica a complexidade no lugar da simplicidade: em vez do tempo linear, os tempos não lineares; em vez da ordem, a desordem; em vez da certeza, a incerteza; em vez do equilíbrio, a instabilidade; em vez dos sistemas lineares, o caos e a teoria das catástrofes. Para entender a complexidade existencial da família, não podemos deixar de recordar Morin e Kern (1995, p. 13): a história de nosso universo sempre comportou a incerteza: colisões de partículas e galáxias, logo com destruições mútuas, bifurcações, riscos. Quando se olha a história da Terra, vê-se que não foi linear: houve acidentes, cataclismos ecológicos como os que provocaram o desaparecimento dos dinossauros. Vivemos num mundo de mistura de ordem — tudo relativo ao determinismo, à estabilidade, à regularidade — e desordem — tudo o que é colisão, agitação, destruição, explosão, irregularidade.

5.7.4 Visão de futuro das mulheres no assentamento

Nossas representações, conforme afirma Barcelos (2005, p. 80), não estão imunes às nossas crenças, aos nossos valores morais, éticos, religiosos, econômicos e políticos, aos nossos conceitos científicos, ao nosso senso comum, às nossas ideologias. As nossas visões do futuro são criações autônomas e, ao mesmo tempo, dependentes do nosso nível de consciência, da nossa cultura, do nosso tempo, de nossos processos de vida e morte. As representações futuras ou a visão de futuro, para os assentados, estão restritas a sua sobrevivência: casa rebocada, banheiro, galinheiro grande, vaca dando leite, plantio de mandioca, dinheiro sobrando um pouco. O futuro para as mulheres no assentamento Herbert de Souza está estritamente relacionado com melhorar a condição de vida por que passam, o que podemos notar através dos relatos das assentadas:

“Eu gostaria de ter uma plantação grande de mandioca para fazer farinha, fabricar farinha aqui mesmo.” (M9, diário de campo).

“O meu maior sonho é arrumar minha casa com reboco, banheiro completo e colocar piso.” (M1, diário de campo).

“Para o futuro gostaria de ter mais dinheiro para investir na terra, no gado e possuir mais conforto em casa, e gostaria de ter renda para manter todos os meus filhos aqui no assentamento.” (M23, diário de campo).

“A respeito do futuro eu penso em criar gado, tirar leite, plantar capim. O nosso sonho é viver do leite que vendermos para a cooperativa. Ter uma renda toda tirada do lote. O maior sonho é arrumar o lote, plantar pasto para criar vaca leiteira.” (M29, diário de campo).

“Penso no futuro em arrumar a minha casa para que todos possam ter mais conforto, mas a dificuldade é tão grande, que muitas vezes penso em largar tudo e ir embora para cidade.” (M35, diário de campo).

Com base na voz das assentadas e no pensamento de Maturana (2005), podemos dizer que o ser humano é autopoietico, que produz, inclusive, no seu pensamento, isto é, produz a si mesmo continuamente. A realidade que percebemos ou na qual pensamos depende unicamente da nossa estrutura, que é individual, embora existam tantas realidades quantas são as pessoas que as percebem. Cada pessoa tem uma forma privilegiada de ver o mundo; mas o ser vivo não se limita ao seu aspecto autopoietico: depende, também, do meio ambiente. O ser vivo autopoietico está inserido no meio ambiente, portanto existe um acoplamento estrutural, significando que as estruturas se modificam de forma congruente, ou seja, harmoniosa. O meio produz mudanças nas estruturas dos seres vivos, que por sua vez agem sobre o próprio meio, alterando-o numa relação de circularidade infinita. Todo sistema está em acoplamento com outro, e o ruído de um é sempre fonte de respostas compensatórias do outro. O observador não é separado dos fenômenos que observa. Nessa lógica, podemos dizer que o pensamento da mulher assentada sobre o futuro tem a ela como medida, mas acoplada ao meio onde vive. Seus Sonhos e desejos se ligam diretamente com o ambiente e — é claro — com suas necessidades imediatas. Observamos que na vida diária no assentamento o homem e a mulher trabalham juntos, um ajuda ao outro. Não podemos dizer que o trabalho da mulher é invisível e que elas não existem no espaço público. No assentamento, muitas possuem o lote em seu nome e muitas, sem marido ou companheiro, exercem atividades como capina, plantio, tratamento de animal, ordenha e produção de queijo.

6

Percurso coletivo: educação ambiental para gestão no assentamento Herbert de Souza

Compreender a complexidade da vida e das vivências no assentamento Herbert de Souza pressupôs ampliar o escopo dos dados para abarcar informações quantitativas, obtidas mediante procedimentos de coleta mais objetivos — questionários padronizados. Os dados levantados — respostas às perguntas — foram dimensionados em gráficos estatísticos para traduzir nossa compreensão em outra linguagem e dar mais lastro à análise sobre a vida no assentamento, a vulnerabilidade ambiental, os títulos de concessão da terra, o estado civil, a escolaridade, o número de filhos, a rede de esgoto, as cisternas, os banheiros e o conhecimento do termo ecologia.

6.1 Diagnóstico socioambiental do assentamento

Mulheres do assentamento — convém reiterar — disseram que o período de meses no acampamento que antecedeu a divisão e distribuição dos lotes entre as famílias assentadas foi significativo em suas vidas porque passaram da condição de empregados nas fazendas à de vida coletiva sob lona preta para realizar o sonho de possuir terras. A maioria dos assentados era originária da luta no campo, por isso hoje carregam a experiências de ter sido empregados rurais e acampados e agora ser assentado; isto é, ter condições de vida melhores, viver da terra como donos, em vez de sobreviver nas fazendas como empregados.

Tempo de vida no assentamento

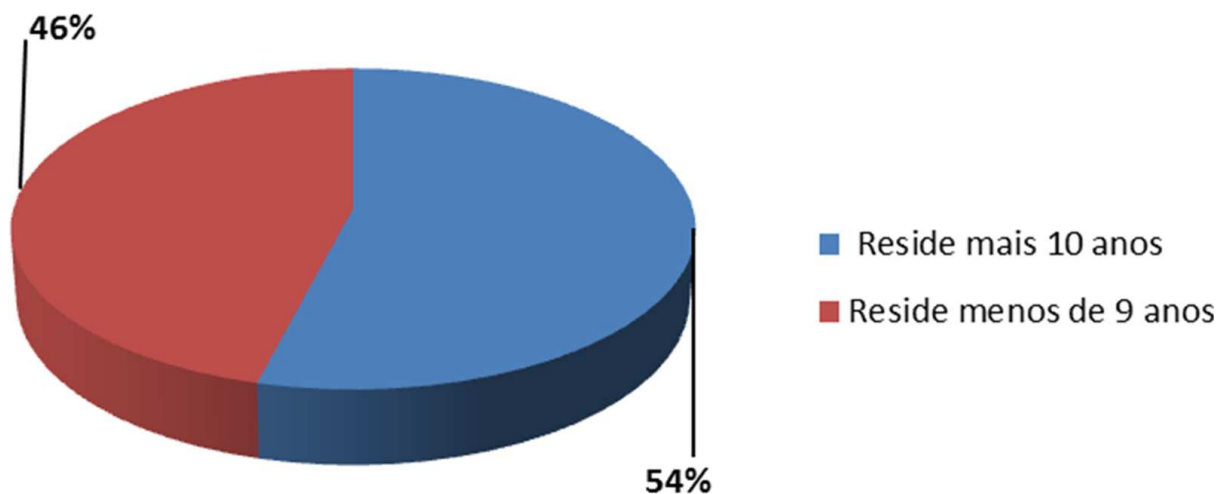


GRÁFICO 1 – Tempo de residência de moradores entrevistados no assentamento Herbert Souza — Paracatu, MG.
Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

O Gráfico 1 retrata o tempo de vida no assentamento. A maioria (54%) reside há mais de 10 anos e adquiriu os lotes depois de ter vivido como meeiro ou agregado cultivando roça, ou trabalhado como vaqueiro em fazendas de outros. No momento em que surgiu a oportunidade de possuir terras, enfrentou-se a vida de acampado. Quarenta e seis por cento das famílias que vivem no assentamento, conforme o relato das mulheres, compraram os lotes de assentados que não conseguiram tirar a sobrevivência da terra. Muitos assentados querem vender seus lotes e comprar residência na cidade porque falta uma política de sustentação da reforma agrária.

Se, antes de virar lotes de assentamento, a terra foi explorada pelos latifundiários como solo de pastagens e agricultura que alteraram sua biodiversidade, depois que os lotes foram ocupados houve abertura de estradas, que contribuem para a devastação do cerrado num processo que permite supor a irreversibilidade de conservação do bioma. O Gráfico 2, a seguir, retrata a vulnerabilidade ambiental do assentamento, levando em consideração os seguintes aspectos: proteção dos cursos d'água; condições da água para o consumo humano; conservação da área ambiental dentro de cada lote; queimadas; desmatamento; abates de animais nativos do cerrado; condições das cisternas; esgoto doméstico; constância da higienização pessoal; armazenamento do lixo doméstico.

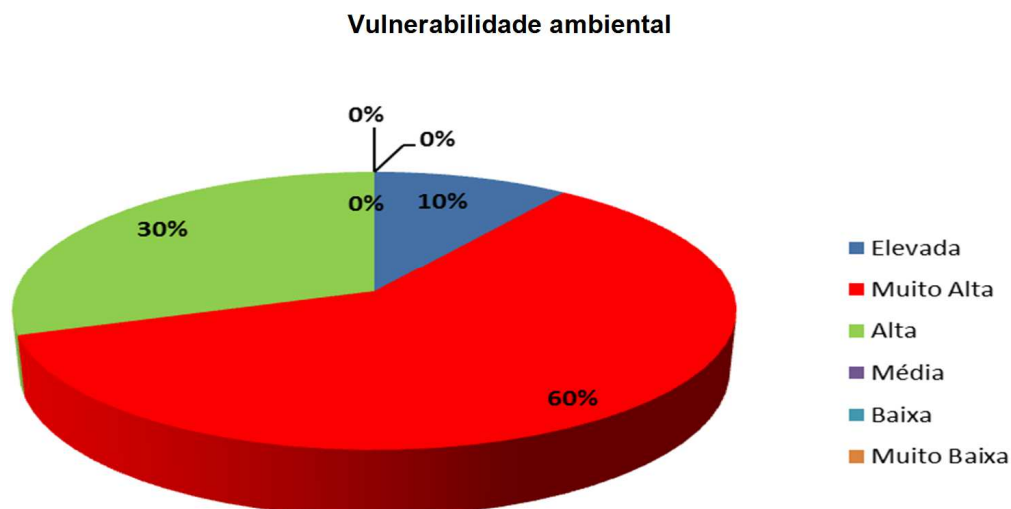


GRÁFICO 2 – Preponderância de vulnerabilidade ambiental de média a baixa no assentamento Herbert Souza, município de Paracatu, MG.
Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

Os indicadores variaram de 0 a 10 (vulnerabilidade elevada; vulnerabilidade muito alta; vulnerabilidade alta; vulnerabilidade média; vulnerabilidade baixa; vulnerabilidade muito baixa). Quanto mais alto for o indicador, maior será a vulnerabilidade: ocorre baixa relação simbiótica dos assentados com a natureza. Quanto mais baixo for o indicador, menor será a vulnerabilidade, ou seja, maior será a resiliência (integração entre ser humano e meio ambiente). A computação dos dados demonstrou que 60% dos assentados indicaram vulnerabilidade muito alta e 30%, vulnerabilidade alta. Dez por cento indicaram vulnerabilidade elevada. Com base nesses dados, podemos dizer que não existe relação perfeita dos assentados com o meio ambiente, pois a maioria indicou que a área apresenta restrições consideráveis quanto à utilização dos recursos naturais.

O Gráfico 3, a seguir, destaca que 37% das mulheres detêm os títulos de concessão de uso dos lotes e 63% dos títulos estão em nome dos homens. Os dados sugerem que as mulheres estão mais visíveis na comunidade e na história do assentamento e da reforma agrária, sobretudo como cidadãs qualificadas e posicionadas no processo de produção socioeconômica. Não por acaso muitas são provedoras das necessidades materiais da família.

Como o título de domínio e a concessão de uso são concedidos ao homem, à mulher e a ambos independentemente do estado civil, é provável que nos 37% de mulheres que têm a posse de lotes existam mulheres não casadas, como se pode deduzir dos percentuais apresentados no Gráfico 4. O estado civil de 76% das entrevistadas é casada/amigada; 2% são divorciadas; 4%, viúvas; e 12%, solteiras.

Título de concessão de lotes

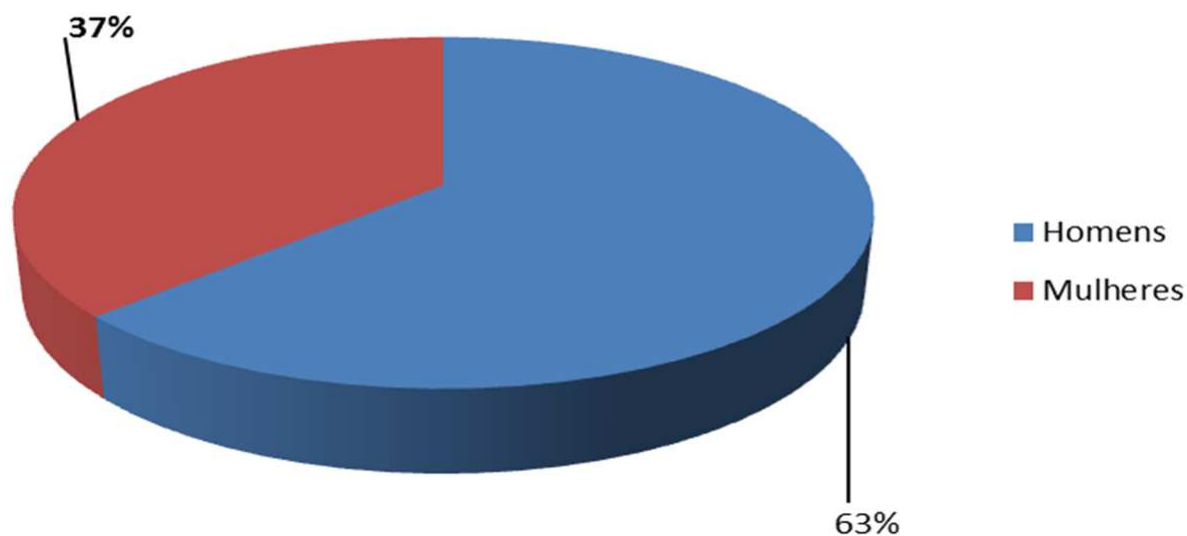


GRÁFICO 3 – Mulheres se projetam na posse de títulos de concessão de uso dos lotes do assentamento Herbert Souza, município de Paracatu, MG.

Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

Estado civil das mulheres no assentamento

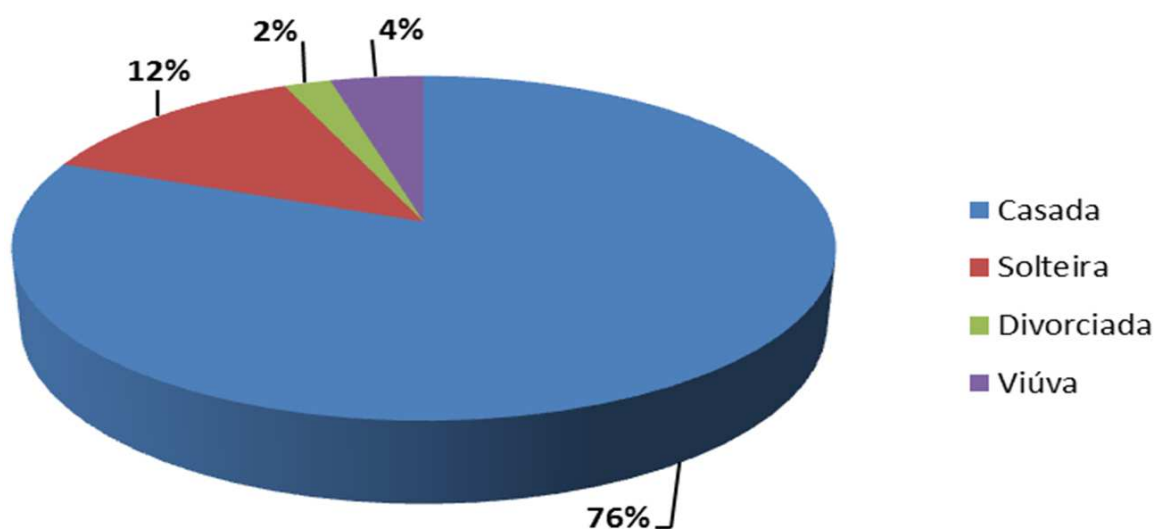


GRÁFICO 4 – Mulheres solteiras se destacam dentre viúvas e divorciadas no assentamento Herbert Souza, município de Paracatu, MG.

Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

Escolaridade das mulheres no assentamento

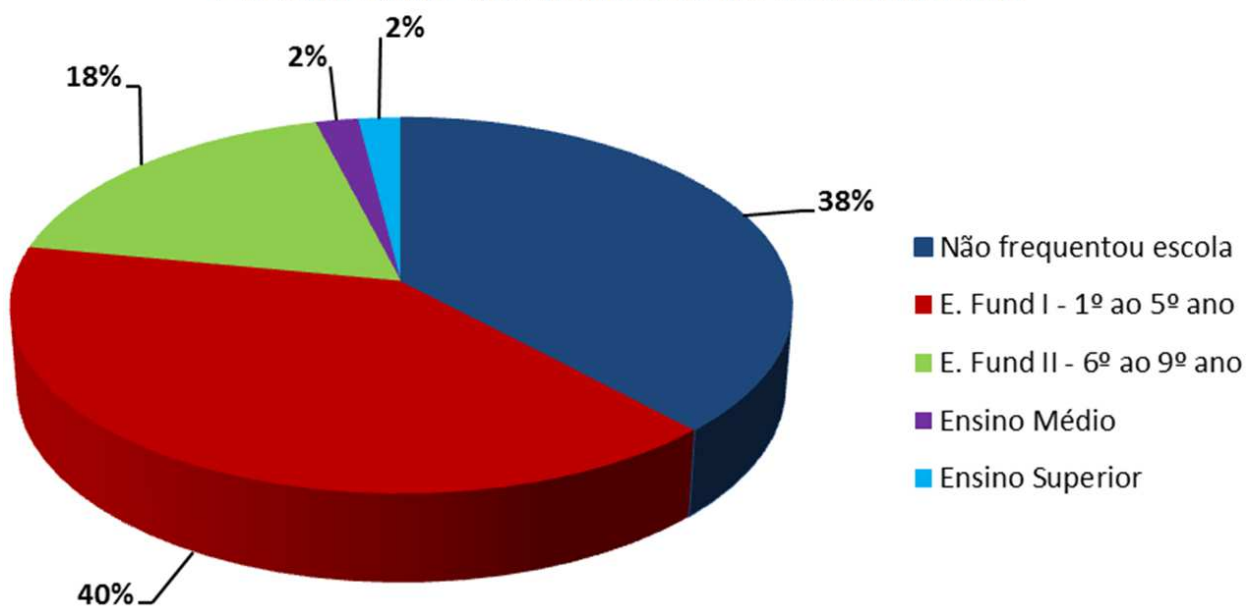


GRÁFICO 5 – A escolaridade das mulheres no assentamento retrata a não valorização da educação e não reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento do assentamento.

Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

Se for provável que algumas mulheres tenham adquirido os lotes em circunstâncias de descrença e desânimo de outros assentados por conta da ausência de políticas públicas, então a política educacional seria uma delas, a julgar pela escolarização das mulheres do assentamento. Com base no Gráfico 5, parece não se valorizar a educação do campo nem se reconhecer sua importância: das entrevistadas, 38% não têm escolaridade; 40% foram até o quinto ano do ensino fundamental; 18% conseguiram terminar o nível fundamental; 2%, o ensino médio; e outros 2%, o ensino superior. As 38% não alfabetizadas não sabem nem assinar o nome. Embora pareça não haver propostas para discutir a possibilidade, a instalação da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) poderia contribuir para solucionar parte da problemática com a formação de turmas em salas no assentamento. Contudo, resta aberta uma dimensão-chave: a formação de professores: ainda carente de cursos que preparem educadores para atuar em assentamentos da região.

O Gráfico 6 indica que 6% das entrevistadas não têm filhos; 6% são mãe de um filho; 68% têm de dois a cinco filhos; 20% têm de seis a dez filhos; 88% têm dois e dez filhos. Isso sugere que no assentamento existe um impulso a ter uma prole de até dez filhos. Segundo as entrevistadas, os filhos ajudam no trabalho doméstico e rural; no entanto, observamos, através das entrevistas, que muitos a partir dos 18 anos de idade trocam a vida no assentamento pela vida na sede municipal, aonde vão buscar educação e trabalho.

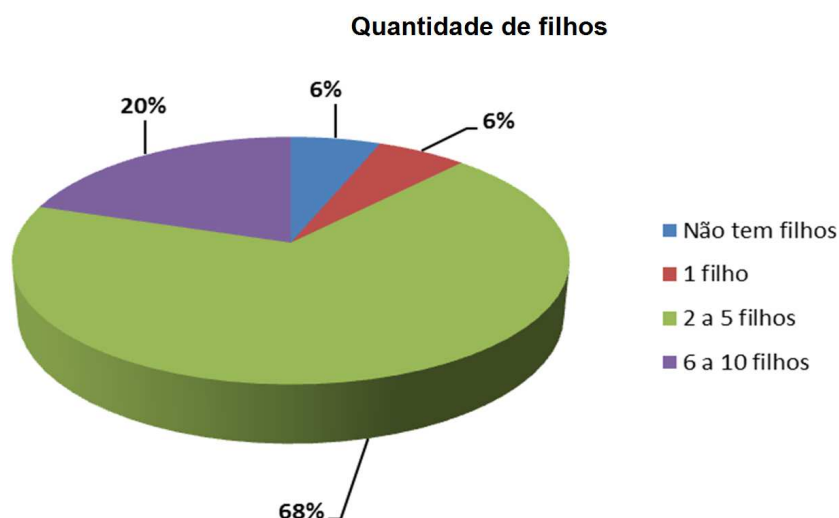


GRÁFICO 6 – Quantidade de filhos
Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

O Gráfico 7 realça que 84% do esgoto das residências é canalizado para fossas e 16% correm a céu aberto. Se não resta dúvida de que esta última porcentagem seja pequena, cabe dizer que mesmo assim não se coaduna com um projeto dirigido e controlado pelo governo. É comum ver residências do assentamento onde crianças brincam em meio ao esgoto junto com animais domésticos. As consequências imediatas desse contato incluem diarreia e parasitoses, que podem deixar sequelas em médio e longo prazo. Mais que isso, se os esgotos carregam substâncias tóxicas, então basta chover para que estas penetrem ainda mais no meio ambiente.



GRÁFICO 7 – Rede esgoto nas residências do assentamento
Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

Cisternas nas residências do assentamento

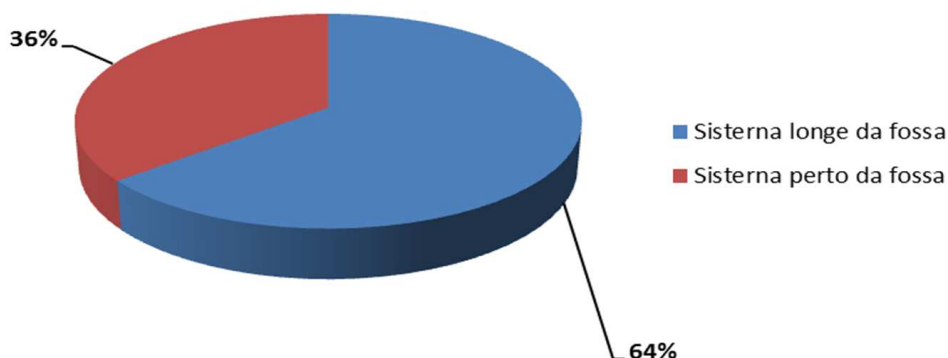


GRÁFICO 8 – Cisternas nas residências do assentamento
Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

O Gráfico 8 assinala que 64% das cisternas foram construídas longe das fossas, mas que 36% podem ser contaminadas por estas. As cisternas devem ser construídas na parte mais alta do terreno em relação à fossa; a distância adequada entre uma e outra tem que ser, no mínimo, de 15 metros; aproximações geram danos incalculáveis. Ainda assim o Estado não fiscaliza nem orienta.

O Gráfico 9 indica que 20% das famílias não têm banheiro na residência nem contam com banheiro externo; com isso, as necessidades fisiológicas precisam ser saciadas no mato. Disso se deduz uma falta de higiene tal, que não usam nem papel higiênico. Além disso, porcos, cachorros e galinhas convivem nesses lotes, remexendo excrementos humanos.

Banheiro nas residências do assentamento

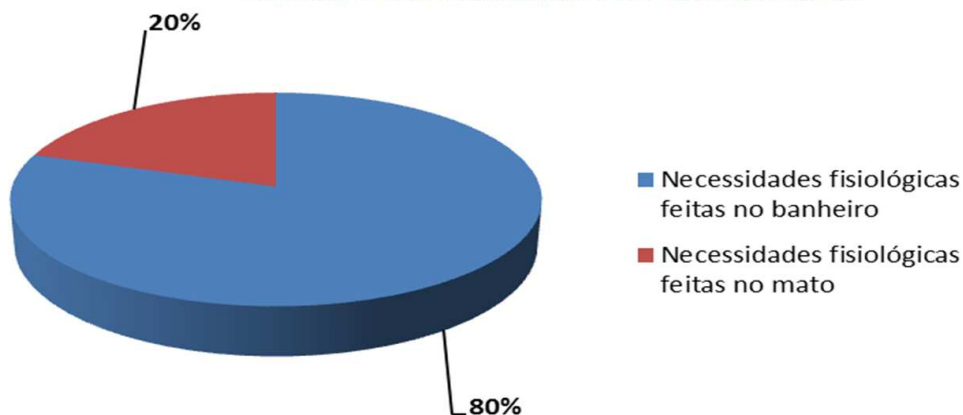


GRÁFICO 9 – Banheiro nas residências do assentamento
Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

Possui conhecimento sobre o termo Ecologia

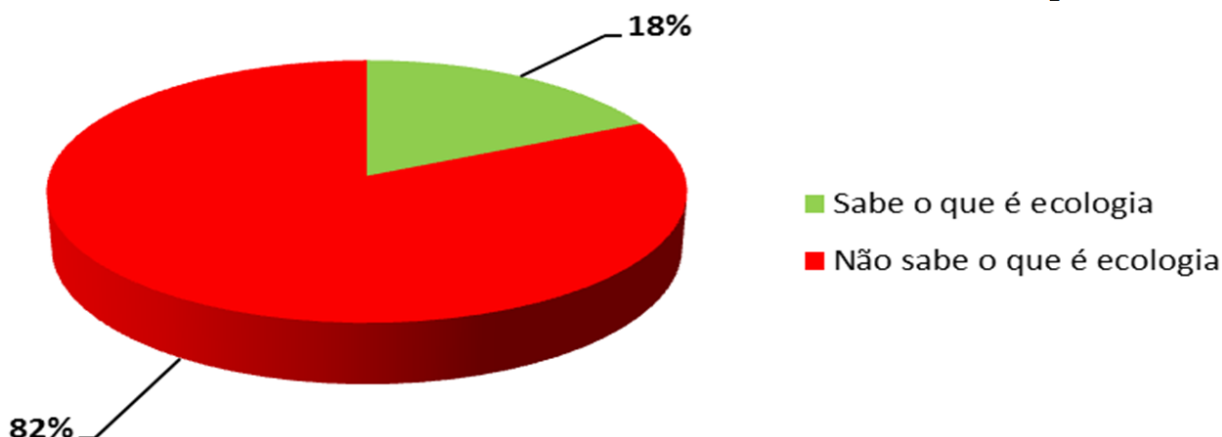


GRÁFICO 10 – Desconhecimento expressivo do que seja ecologia
Fonte: questionário de pesquisa, 2014.

O Gráfico 10 demonstra a visão que os assentados têm do termo ecologia: 82% não têm noção nenhuma do que seja ecossistema, ecologia, educação ambiental e educação do campo. Uma parcela significativa ignora totalmente a necessidade de interseção sinérgica entre ser humano e ambiente. Cada lote visitado durante a pesquisa retrata com nitidez o processo em que o assentado procura explorar o máximo da natureza sem se atinar ao processo de desertificação de seu espaço.

Este diagnóstico socioambiental estatístico do assentamento revela que: a maioria dos assentados tem mais de dez anos de vivência no local; os títulos de concessão dos lotes estão, a maioria, nas mãos de homens; a maioria das entrevistadas é casada, tem média de 2 a 5 filhos e não conseguiu cursar o sexto ano da educação básica — tem baixa escolaridade — e desconhece o significado do termo ecologia; a rede de esgoto deságua na fossa, as cisternas estão localizadas a uma distância razoável da captação do esgoto; suprem as necessidades fisiológicas no banheiro — embora haja uma porcentagem que não tem banheiro em suas residências; a vulnerabilidade ambiental é alta no assentamento, ou seja, existe restrições consideráveis ao uso dos recursos naturais.

6.2 Panorâmica das vivências das mulheres no assentamento

As informações derivadas das entrevistas, da observação participante, das oficinas e das rodas de conversa desenvolvidas com a comunidade do assentamento Herbert de Souza permitiram ter uma visão panorâmica dessa comunidade. Dos elementos que a compõem,

convém discorrer sobre alguns cujas inter-relações oferecem condições de articulá-los em forma de argumentos de síntese.

O assentamento ocupa área de cerrado onde — a leitura da literatura específica o mostrou — antes predominava o latifúndio, cuja atividade econômica era a pecuária intensiva. Para formar pastagem, recorriam-se ao desmatamento, às queimadas e à atividade de extração madeireira, de que derivaram as carvoarias. Na década de 1970, agricultores originários do Rio Grande do Sul compraram fazendas com topografia plana para explorar a monocultura — soja, milho e sorgo — com uso intenso de agrotóxicos, que puseram em risco as condições do ambiente.

O assentamento ocupa área de uma região de cerrado considerada como de vulnerabilidade muito alta, conforme diagnóstico que situa a região como altamente vulnerável às ações antrópicas, com restrições severas à utilização da água. Noutras palavras, queimadas e preparação do solo para agricultura e pecuária degradam a região. Além da formação de pastos via desmatamento, as atividades agrícolas irrigadas mecanicamente e as mineradoras eliminam nascentes, o que implica em diminuição da evasão das águas de riachos, lagoas e rios que comprometeu o ecossistema. Eis por que a região tem sido transformada em uma área desértica; em seu entorno, predominam fazendas de monocultura que estão diminuindo não só o uso da irrigação mecânica (pivô central), mas também os investimentos, o que pode acarretar o declínio da rentabilidade.

Os relatos dos entrevistados deixam entrever que, embora haja o problema da diminuição da água disponível, há discrepâncias entre o viver dos fazendeiros e o dos assentados; discrepância que dá a estes últimos uma visão crítica de como a política governamental privilegia os primeiros ao lhes viabilizar aquisição de tecnologia agrícola, defensivos e empréstimos. São duas realidades diametralmente opostas; duas políticas divergentes não suplantadas que resultam na descrença na ação governamental, a ponto de haver quem prefira vender o lote a explorá-lo como meio de vida sustentável.

Documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem, como o objetivo da reforma agrária, a divisão de propriedades em lotes a ser distribuídos a famílias camponesas. Os benefícios são incalculáveis, sobretudo a criação de condições mínimas ao trabalhador rural para que explore a terra como dono e desenvolva suas atividades como negócio que lhe garanta não só sobrevivência, mas também conforto material a sua família, rompendo de vez com a lógica binária do empregador–empregado, senhor–escravo. Os relatos e as rodas de conversa permitem constatar a luta para que meeiros e agregados conseguissem entrar no programa do assentamento; foi preciso enfrentar as

condições desfavoráveis à vida que um acampamento à beira de estrada impõe ao acampado, confrontar órgãos de segurança pública e, enfim, sobreviver e se manter nos primeiros anos como dono de terras. Curiosamente, no Herbert de Souza, quase 50% dos lotes foram vendidos a quem não apresentava os requisitos exigidos pelo INCRA para participar de assentamentos (foram assentadas — cabe frisar — 84 famílias). A compra e venda de terras continuam sem que o Estado aja para inibi-las. Entendemos que essa disfunção não só põe risco o projeto de reforma agrária, como também nulifica ou inibe um projeto social para o campo.

Na documentação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, impõe-se a importância da agricultura familiar no contexto da reforma agrária. Desde o início deste estudo, pensar em reforma agrária supôs associá-la com agricultura familiar em situação divergente da agricultura patronal. Parece impróprio não associá-la com o desenvolvimento dessa agricultura que concentra o esforço da família toda em um empreendimento dela que pode proporcionar renda suficiente para que todos vivam com dignidade. Não por acaso as relações entre agricultura familiar e reforma agrária permeou a criação de políticas públicas específicas para estimular os agricultores familiares: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), secretarias de governo orientadas para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar), Lei da Agricultura Familiar, representação sindical para disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar), reconhecido como profissional no mundo do trabalho.

Os contatos pessoais com os assentados e as rodas de conversa sugerem que essa estrutura não bastou para que, no assentamento Herbert de Souza, as famílias desenvolvessem agricultura familiar; ainda que algumas cultivem hortaliças para consumo próprio. A pecuária predomina como atividade produtiva; a criação de vacas visa produzir leite e queijo, vendidos em Paracatu, cuja cooperativa agrícola desenvolve um programa de produção industrial de polpas do cerrado, conforme certifica o relato do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais. Segundo ele, a cooperativa vai envolver agricultores da região. Mas os assentados não participam desse projeto porque lhes falta orientação para buscar alternativas de produção rural. A política de inclusão social do governo — cabe salientar — abrange a agricultura familiar, que está incluída na definição de políticas públicas; mas no Herbert de Souza não há atividade preparativas para iniciar a agricultura familiar.

Observamos que não é desenvolvida a agricultura familiar no assentamento Herbert de Souza devido, principalmente, à falta de água e ausência de conhecimento técnico relacionado

com a preparação da terra e dos canteiros, com a adubação, plantação das mudas e manutenção. Realçamos a existência de numerosos tipos de pragas que atacam as hortaliças, causando estragos e favorecendo o surgimento de doenças e a proliferação de fungos. Todos esses fatores salientados resultaram na quase inexistência de atividades agrícolas no assentamento.

Leituras já referidas mostraram que assentamentos como o Contestado, na região de Curitiba, PR, após desenvolver a agricultura familiar, avançaram rumo à agroindústria rural de pequeno porte. Também tida como familiar, essa indústria beneficia e transforma matéria-prima de origem animal ou vegetal produzida no assentamento. E o faz em instalações comunitárias visando ao desenvolvimento sustentável e à distribuição de renda local. Noutros termos, é uma forma de proporcionar inclusão social de agricultores no modelo de produção sustentável, que surge, em geral, aproveitando a produção da agricultura familiar.

Contudo, no Herbert de Souza inexistiu agricultura familiar; e, até a data de defesa desta tese, nenhuma possibilidade de implementar agroindústria rural de pequeno porte. Ainda assim, um grupo inicial de oito mulheres, por iniciativa própria e com ajuda da Igreja Católica, iniciou uma agroindústria rural familiar para produzir bolos e quitandas. Cinco abandonaram as atividades; as demais se desdobram para manter o empreendimento. A dificuldade maior está no mercado consumidor, cuja maior parte se resume aos assentados. Convém dizer que nunca tiveram orientação para efetivar a agroindústria rural de pequeno porte; daí que o desconhecimento de possibilidades viáveis entrava seu desenvolvimento, assim como o do próprio assentamento.

Relatos e rodas de conversa indicaram que houve distribuição de lotes e concessão de empréstimos para assentar famílias. Mas foram a essas ações que se resumiu o processo de inclusão social. Muitos ficaram entregues à própria sorte, alheios a qualquer estrutura de beneficiamento da matéria-prima produzida nos lotes. Ao cogitarmos, nas rodas de conversas com as assentadas, a possibilidade de as famílias se associarem para fabricar doces, geleias, rapadura, embutidos (salames, linguiças, salsichas e outros alimentos do gênero), farinha, fubá, goma ou tapioca, requeijão e aguardente, deixaram entrever um fio de esperança, traduzida nas numerosas perguntas que fizeram. Essa experiência mostrou a ausência não só de empreendimentos no assentamento, mas também de informações e políticas que as ajudem no processo de ascender socioeconomicamente.

Os relatos e as oficinas evidenciam que o governo oferece dois tipos de crédito: o de implantação e o de fortalecimento agropecuário. O sindicato dos trabalhadores rurais cuida do processo para pedir empréstimo, pois possui a estrutura e o conhecimento necessários para

tanto. A associação dos assentados abre uma conta corrente para ser depositado o valor dos créditos — os associados não recebem o valor tomado emprestado —, compra materiais necessários e entrega na residência dos assentados. Por imposição do sindicato, eles assinam documentos exigidos pela associação, inclusive o de recebimento do que foi comprado. Nesse sistema, que envolve o INCRA, o sindicato, a associação e empresas fornecedoras, são presumíveis desvios que prejudicam só os beneficiários.

Com efeito, o Ministério Público Federal em Minas Gerais/MPF/MG (2015) conseguiu denunciar pessoas por crimes contra o sistema financeiro, estelionato e falsidade ideológica por fraudar linha de crédito destinada à construção ou reforma de moradias nos assentamentos Belo Vale e Jambeiro, vizinhos do Herbert de Souza. Nenhuma mulher neste último declarou estar descontente com a liberação de empréstimos e a compra de materiais pelos órgãos responsáveis; mas conversas informais mostraram tristeza e desconfiança de toda a estrutura relacionada com os empréstimos.

As informações depreendidas dos relatos das assentadas entrevistadas indicam alienação da luta em conjunto para enfrentar os problemas; diferentemente de quando viveram no acampamento. Naquela época, unidos, todos formavam uma célula de combate para vencer as dificuldades. Os relatos e as rodas de conversa mostraram que, quando as famílias tiveram supridas suas necessidades básicas, o senso de coletividade arrefeceu. Após receberem os lotes, abandonaram o trabalho grupal para se ocuparem da sobrevivência familiar no espaço restrito. Enfraqueceu o esforço para continuar o trabalho associativo. Até o sistema governamental, unido ao sindicato e à associação, procurou anular movimentos reivindicatórios dos assentados. Com o passar dos anos, tentativas de reunir pessoas em um movimento sob liderança para encontrar um caminho comum foram desencorajadas. Não por acaso, em nossos primeiros contatos uma pergunta era imediata e recorrente: qual era o meu objetivo; ou seja, se tínhamos participação política ou pertencíamos a alguma agremiação reivindicatória. Receavam se envolver com algum movimento que representasse os assentados.

A desmobilização no Herbert de Souza e em outros assentamentos da região foi — e é — causa de instabilidade econômica e social. Não conseguimos aprofundar esse assunto com as entrevistadas para que pudéssemos pontuar as motivações, ante o silêncio que envolve essa questão. Possivelmente, a desmobilização visou evitar denúncias e reivindicações para calar vozes de oposição. Antes combativo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra parece ter desaparecido do panorama político. Texto publicado no jornal *Estadão* de janeiro de 2014 afirma que o movimento estaria perdendo poder de mobilização e que suas

reivindicações têm sido cada vez menos atendidas (ARRUDA, 2014). Disso derivaria uma crise de identidade que anula a força para organizar novos acampamentos e pressionar o governo a criar mais assentamentos.

A desmobilização dos movimentos dos sem-terra, dos sindicatos, das associações e dos assentados — é provável — está ocorrendo porque o governo abandonou as desapropriações. Constatamos durante a pesquisa de campo que, embora as condições de vida ali tenham melhorado ante as que experimentaram no passado, as famílias ainda estão inseridas no mercado de alguma maneira e têm suas capacidades de capitalização e desenvolvimento estagnadas. Daí a necessidade de conjuntamente reivindicar e denunciar aspectos que precisam de correção para desenvolver o assentamento, conforme constatamos na realização da Oficina do Futuro.

Contato com projetos de reforma agrária, vivências em quatro anos de coleta de dados verbais e a elaboração — leituras e releituras — deste trabalho permitem dizer que o assentamento deveria desenvolver agricultura familiar e agroindústria rural de pequeno porte articulando-se de forma cooperativa. No entanto, o arquétipo de pensamento predominante é o do desmatamento do lote e da criação intensiva de gado segundo a lógica dos pecuaristas latifundiários da região. Existem duas vertentes de pecuária ali: a do abate e a da produção leiteira, destinada à Cooperativa Agrícola de Paracatu. Essa opção é fortificada pelas pessoas que possuem recursos financeiros e compraram lotes. Observamos que criar gado tem sido fator-chave de desmatamento; muitas famílias até preferem pagar multa pela destruição da reserva do lote e plantar braquiária, milho e cana-de-açúcar para alimentar o rebanho.

Com efeito, ante a ausência de mais oportunidades provocada pela inoperância de instruções adequadas para agricultura familiar, criar gado é o único caminho para ganhar dinheiro rapidamente e com retorno relevante. Com base em muitos relatos, pode-se dizer que uma vaca leiteira comum produz média de 15 litros de leite por dia, vendidos a R\$ 0,90 o litro. Logo, dez vacas geram receita mensal bruta em torno de R\$ 4 mil e receita líquida de quase R\$ 2 mil — que satisfazem plenamente o assentado. A média de sete cabeças de gado para cada quatro hectares predomina na região. Como os lotes têm cerca de 30 hectares, pode-se criar quase 45 vacas e, assim, aumentar a receita bruta para mais de R\$ 18 mil. Parece ser impraticável conter a sobreposição da pecuária à agricultura familiar no Herbert de Souza. Trata-se de uma cultura incutida em seus moradores.

Outro aspecto importante, muitas pessoas que compraram lotes nesse assentamento transformaram seus lotes em depósito de maquinário agrícola para aluguel, do qual provêm seus recursos financeiros. Alugam máquinas úteis para o plantio e a colheita — gradear, arar,

distribuir calcário e adubo no terreno, pulverizar e colher. Cobram média de R\$ 100 por hora; para a colheitadeira, o valor do aluguel é de 6% do total colhido. Além de possuírem as máquinas de aluguel, essas famílias preparam seus lotes com vegetação para criar gado leiteiro — média de 50 cabeças.

Os relatos evidenciaram que não há escolas do campo no assentamento Herbert de Souza; a mais próxima está a quase 30 quilômetros; trata-se da escola Nova Lagoa Rica, no assentamento Nova Lagoa Rica, onde estudam alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I — 20 discentes. Estudantes do fundamental II — do sexto ao nono ano — e do ensino médio — 52 escolares — estudam nas escolas estaduais Afonso Roquete, Virgílio de Melo Franco e Altina de Paula, em Paracatu, a 52 quilômetros do assentamento. Deslocam-se para suas escolas em transporte escolar da prefeitura. Para isso, acordam por volta das 4h para ir. Retornam ao assentamento por volta de 14h.

De fato, ocorre uma transferência ampla dos assentados estudantes de seu espaço social, econômico e cultural para os espaços urbanos; mas os relatos das entrevistadas permitem salientar que apenas vão para as aulas — isto é, não estudam as disciplinas lecionadas. Uma vez que chegam em casa, vão se deitar para descansar; à noite assistem à televisão (novelas) ou ajudam nas tarefas domésticas. Muitos dizem que não sabem por que estudar tantas coisas se nunca vão aplicar em suas vidas.

A pesquisa mostrou que a ausência de educação do campo no assentamento favorece a negação da cultura rural em favor do estilo de vida urbano-industrial; o que esvazia o sentido da vida no campo e inviabiliza a agricultura familiar e a agroindústria rural de pequeno porte; isto é, a valorização de cursos diretamente relacionados com a supremacia da agropecuária de exportação responsável por trazer divisas e ampliar o comércio exterior do país.

Relatos e rodas de conversa mostraram que no assentamento passaram a existir grupos econômicos: os privilegiados, os medianos e os pobres. Os privilegiados possuem ordenha, colhedeira, trator, galpão para guardar o maquinário, criação de gado nelore — totalizam média de onze moradores, que compraram os lotes e vivem no assentamento. Os medianos possuem pasto formado, criação de gado leiteiro e tanque de armazenamento de leite — em média, somam 57 moradores, dos quais 32 compraram os lotes; 25 são verdadeiramente assentados, cuja renda bruta gira em torno de seis a sete salários mínimos. Os pobres são aqueles que não conseguiram desenvolver quase nenhuma atividade produtiva em seus lotes; estão trabalhando em fazendas vizinhas para sustentar a família — totalizam média de 20 assentados, com renda aproximada de um salário mínimo.

Conviver minimamente por quatro anos com as mulheres entrevistadas que foram acampadas e se tornaram assentadas suscita reflexões em prol da educação do campo e de sua implantação; da (re)construção de um modelo educacional coerente com a vida dos assentados; de escolas com projetos pedagógicos favoráveis às aspirações do campesinato para consolidar e mostrar o assentamento como forma de organização social importante para o desenvolvimento humano. Por isso, pensamos na importância de pesquisas aptas a esclarecer o que ocorre nos assentamentos para que o projeto de reforma agrária possa ser revisto e transformando.

Considerações finais

O trabalho de campo da pesquisa subjacente a esta tese foi antecedido por uma incursão na bibliografia sobre a reforma agrária que fundamentou nossa visão do assentamento Herbert de Souza. Tal incursão mostrou que a implantação da reforma agrária no país remonta a 60 anos atrás caso se considere a existência de projetos, leis e atividades do governo, de associações, de cooperativas e de movimentos ligados ao projeto social de diminuir a concentração de muitas terras nas mãos de poucos. Assim, ao iniciarmos a pesquisa no Herbert de Souza, visualizávamos os assentados trabalhando em conjunto; reuniões constantes para buscar alternativas coletivas; agricultura familiar desenvolvida; pecuária leiteira e de corte complementando a renda familiar; surgimento das primeiras iniciativas de agroindústria rural de pequeno porte; projetos comunitários sendo colocados em prática e funcionando paralelamente ao desenvolvimento dos lotes individuais; agrônomos e veterinários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apoiando os assentados; gestores de projetos lhes transmitindo as possibilidades viáveis de desenvolvimento de novas atividades no campo; relação constante da associação do assentamento com a cooperativa agrícola de Paracatu abrindo canais de comercialização dos produtos gerados; linhas de crédito canalizadas especificamente aos assentados; compras dos produtos em conjunto visando baratear o transporte e mercadorias adquiridas; escolas rurais com professores

especializadas localizadas em pontos estratégicos para atender os assentados; projetos de preservação dos recursos hídricos e água armazenada sendo utilizada racionalmente na pecuária e agricultura familiar; técnicos orientando a construção de cisternas, fossas, esgotos e valas para recolher o lixo orgânico e reciclável.

Com o trabalho de campo, desconstruiu-se aos poucos essa imagem. Aos poucos se impôs uma visão de realidade bem diferente, em que problemas enfrentados e lutas pela sobrevivência constituíam um cenário que dissipou essa visão ideal à medida que vivenciávamos as vicissitudes estruturais. De tal modo, hoje apresento outro cenário do assentamento: *ausência* de atividades produtivas estruturadas coletivamente por grupos de assentados; *inexistência* de agricultura familiar; *desmatamento e queimadas* constantes visando à formação de pasto para pecuária; *ausência* de perspectiva de instalação da agroindústria rural de pequeno porte para dar rentabilidade à agricultura familiar; *inexistência* de projetos produtivos individuais para aumentar a renda familiar; *ausência* de agrônomos, veterinários e gestores de projetos fornecendo informações e suporte técnicos; *vínculos* do assentamento com a cooperativa agrícola de Paracatu que se resumem à compra do leite produzido por cada produtor; *desconhecimento*, entre os assentados, da estrutura das linhas de crédito fornecidas pelo governo; *desinformação* de suas dívidas com seus credores; *compra* dos materiais resultante da liberação de créditos intermediada pelo sindicato e associação, o que gera desconfiança; *inexistência* de escolas do campo na região — os alunos são levados para escolas na cidade de Paracatu onde não têm conexão com a realidade do assentamento; *precariedade* na oferta de água — a comunidade conta com dois poços artesianos; *cisternas* construídas nas proximidades das fossas, esgotos a céu aberto; *necessidades* fisiológicas sendo feitas no mato; *mulheres* que vivem, em sua maioria, uma relação harmoniosa com seus companheiros e que têm, como primeira obrigação, cuidar dos filhos e da casa, depois auxiliar na pecuária e na agricultura como segunda atividade. (Muitas administram sozinhas seus lotes e são valorizadas porque têm atitude e voz ativa no trabalho desenvolvido e nas reuniões comunitárias em igualdade com a participação masculina.)

Em meio a esses problemas, vemos como mais grave a venda dos lotes porque abala os propósitos da reforma agrária. Quase 50% das glebas já foram vendidas; isto é, são ocupados por quem não se enquadra no perfil do assentamento. Outro problema preocupante é a desmobilização, que resultou no esvaziamento dos movimentos coletivos e reivindicatórios. Muitas assentadas dizem que a desmobilização ocorreu a partir de quando pessoas com recursos mais financeiros passaram a comprar lotes e impuseram uma estrutura individualista e burguesa. Com a desestruturação pela entrada de pessoas sem ligação com os objetivos da

reforma agrária, foram silenciadas as vozes do pessoal ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que trabalhavam as frentes (saúde, direitos humanos, gênero, educação, cultura, comunicação, formação, projetos e finanças) necessárias ao êxito da reforma agrária; também acabou o princípio da direção colegiada, em que todos tinham o mesmo nível de participação e responsabilidade. No início do assentamento — quando era ativa a presença das pessoas ligadas ao MST —, a participação do coletivo e o espírito de solidariedade do acampamento davam o tom da busca por alternativas às políticas governamentais convencionais, sempre na perspectiva camponesa.

Ao percorrermos o assentamento e ouvirmos as mulheres, muitas se negaram a relatar formalmente o que de fato ocorre; mas, após estabelecemos uma relação de confiança, expuseram informalmente suas preocupações com a desestruturação do assentamento. Em 12 de janeiro de 2015, estivemos no Herbert de Souza e presenciamos uma reunião com um representante do INCRA e a secretária de Agricultura do município de Paracatu, que até então não tinham ido ao assentamento. Dois fatos se destacaram na reunião. Um foi a presença de muitas pessoas que não conhecíamos. Tentamos entender quem eram e se tinham comprado recentemente os lotes; disseram que haviam comprado os lotes, mas que não queriam fornecer informações mais detalhadas — recusaram-se a ter sua fala gravada. Outro problema se refere à secretária da Agricultura: ela apresentou um projeto de disponibilizar um trator — embora os assentados devessem pagar o óleo —, mas desconhecia a inexistência de água para desenvolver qualquer tipo de agricultura. O representante do INCRA falou sobre a disponibilidade de créditos governamentais, mas não respondeu às perguntas sobre suas dívidas ou se os novos ocupantes dos lotes poderiam ter acesso a linhas de crédito.

O diagnóstico participativo realizado na Oficina do Futuro apresentou a demanda por um projeto comunitário de educação e gestão ambiental que traga soluções aos problemas ambientais locais, em especial a falta d'água, justamente um dos maiores problemas, que não encontram solução para abrir mais um poço artesiano. O córrego mais próximo pode vir a ser utilizado para abastecer e irrigar, mas sua vazão tem se reduzido a tal ponto, que qualquer plano de manejo deve presumir recuperação de sua mata ciliar.

Para concluir esta pesquisa-ação, acertamos com os envolvidos nela a continuidade de nossas atividades no assentamento para elaborar um projeto coletivo com base no “plano de ação” que possa trazer apoio de entidades locais interessadas em contribuir para o êxito da reforma agrária na região; isto é, colaborar para a construção participativa de um projeto comunitário de educação e gestão ambiental junto com as mulheres tendo em vista os problemas levantados na Oficina do Futuro, conforme proposto nos objetivos iniciais da

pesquisa aqui descrita. Em caráter emergencial, estamos trabalhando um projeto de impacto para ser desenvolvido, no curto prazo, a fim de favorecer a tomada de consciência ambiental com base em ações concretas de melhoria socioambiental. O projeto envolve a Faculdade Noroeste de Minas e a Faculdade Atenas — os cursos de Direito, Nutrição, Agronomia e Pedagogia —, trabalhando nestes assuntos: discussão a ser feita com os assentados por pessoas qualificadas sobre normas jurídicas relacionadas com as atividades do assentamento; capacitação para manejo da terra visando implantar agricultura ecológica e familiar; estímulo ao cultivo e à preservação das espécies vegetais do cerrado; enfim, apoio técnico para criar uma cooperativa.

Finda uma etapa do trabalho — a apresentação desta tese —, continuamos a lutar para que o valor do trabalho tenha supremacia sobre o valor do capital; para que os assentados tenham condições de solucionar problemas estruturais do assentamento, sobretudo pela produção de alimentos via agricultura familiar e rumo à instalação da agroindústria rural de pequeno porte que dê rentabilidade à agricultura familiar; para que a escola do campo seja implantada na região a fim de promover a inter-relações dos sujeitos com o meio ambiente e estabelecer uma relação de pertencimento e responsabilidade ambiental.

Referências

- AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas**: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: Recimam, 2008.
- ALVES, R. A mina d'água. **Correio Popular**, São Paulo, SP, 11 de fevereiro de 2001, Caderno C.
- AMSTDDEN, L. F. F. A reforma agrária no governo Collor. Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA. **Boletim da ABRA**, n. 3, 1992.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ARRUDA, Roldão. Esvaziado por ação do governo MST chega aos 30 anos. **Estadão**, São Paulo, SP, 20 de março de 2014, “Política [Eleições]”. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,esvaziado-por-acoes-do-governo-mst-chega-aos-30-anos-imp-,1120548>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- AVANZI, M. R. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.
- BARCELOS, V. H. L. Escritura do mundo em Octavio Paz: uma alternativa pedagógica em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOAL, A. **Teatro do oprimido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BRASIL. **Lei 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União de 9.1. 1997. Brasília, 1997
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília; 2002.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA. **Projeto de desenvolvimento sustentável – PDS**. Brasília: INCRA/MDA, 2006.
- BRASIL. Decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010. Estabelece sobre política de educação do campo. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 de novembro de 2010, “Seção 1”, p. 1.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Formando Com-Vida, Construindo Agenda 21 na Escola**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agenda21>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- BRENNEISEN, E. O MST e os assentamentos rurais no oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 128–63, 2004.
- CAMARGO, L. C. **Cooperação e cooperativismo**. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade de São Paulo, 1960, 140p. (Boletim 4, cadeira no. 20).

CAPITANI, R. Assentamento Contestado desenvolve novo modelo de produção. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST**. 2 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/assentamento-contestado-desenvolve-novo-modelo-de-produ%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CARVALHO, G. **Redução no número de assentados é reflexo de reforma agrária sustentável**. Disponível em: <http://www.pt.org.br/noticias/view/reducao_no_numero_de_assentados_e_reflexo_de_reforma_agraria_sustentavel_a#sthash.GJd6pdHE.dpuf>. Acesso em: 14 jun.2013.

CARVALHO, I. C. M. Sustentabilidade, cultura e alimento: *slow food* e a educação do gosto. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (Org.). **As sustentabilidades em diálogos**. Itajaí: ed. Univali, 2010, v. 1, p. 156–69.

CATALÃO, V. M. L.; RODRIGUES, M. S. **Água como matriz ecopedagógica**. Brasília: Edição do Autor, 2006.

CATALÃO, V. M. L. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. São Paulo: Peirópolis; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2009.

CATALÃO, V. M. L.; JACOBI, P. R. Água como motriz ecopedagógica: uma experiência de aprendizagem significativa e sustentável. In: JÚNIOR PAULA, F.; MODARELLI, S. (Org.) **Política de águas e educação ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos/Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Brasília: MMA, 2011.

CATALÃO, V. M. L.; MORAES, J. R. Ecopedagogia: na confluência da bacia hidrográfica com a bacia pedagógica. In: TERCEIRO INCLUÍDO NUPEAT — IESA — UFG, Goiânia, v.1, n.1, p. 35–43, jan./jun. 2011.

COSTA, A. L.; RUSCHEINSKY, A. A questão da educação ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental: abordagem múltipla**. Porto Alegre: Arned, 2002.

DANI, S. U. **O devastador “efeito Kinross”**. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/06/05/o-devastador-efeito-kinross-artigo-de-sergio-ulhoa-dani/>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

DINIZ, R. C. Entrevista. In: SOUZA, M. S. S. **Vidas vividas de Arinos**. Paracatu: Artes Gráfica Paracatu, 2000.

DOLHNIKOFF, M. (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente: a Antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1990, v. 1.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUVOISIN, I. A. A necessidade de uma visão sistêmica para a educação ambiental: conflitos entre o velho e o novo paradigma. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental: abordagem múltipla**. Porto Alegre: Arned, 2002.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FERREIRA NETO, J. A. Região noroeste: planejamento público e mudança social. **UFV Debate**, Viçosa, n. 15. 1993.

- FERREIRA NETO, J. A. **Os impactos regionais da reforma agrária**: um estudo a partir de áreas selecionadas — Entorno do Distrito Federal (MG e GO). Relatório de Pesquisa. Brasília: MDA/NEAD, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio do Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/FJP. **Plano bi-decenal de desenvolvimento sustentável do município de Paracatu**. 2011.
- GADOTTI, M. Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável. In: TORRES, C. A. (Org.). **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação**: métodos epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.
- GERVASIO, C. R. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera)**: institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.
- GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil e reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73–98, 2008.
- GHEDINI, C. M. Educação do campo: história e processo na luta por direitos. In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: ed. UFGD, 2009, p. 25–42.
- GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.
- GOSWAMI, A. **A física da alma**. São Paulo: Aleph, 2007.
- GRANZIERA, M. L. M. **Direito de águas**: disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2006.
- GREENE, B. **O tecido do cosmo**: o espaço, o tempo e a textura da realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRISOTTO, R. F. **A luta pela terra no noroeste mineiro**: a experiência em Paracatu. 2003. 88 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) — Universidade Federal de Viçosa, 2003.
- GRUN, M. O conceito de holismo em ética ambiental e em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GROF, S. **A aventura da autodescoberta**. São Paulo: Summus, 1997.
- GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.
- HEREDIA, B. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas na América Latina. In: AGUIAR, N. (Org.). **Mulheres e força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HESS, R. O momento do diário de pesquisa na educação. **Ambiente e Educação**, Rio Grande: ed. UFRG, v. 14, p. 61–87, 1996.
- INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS/IGAM. **Plano diretor de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paracatu**. 2006.
- KEIM, J. E. Eco-Pedagogia como ação para a autonomia e a liberdade: Gutiérrez e Freire em diálogo com princípios vitais. **Fórum Paulo Freire** [revista eletrônica], ano 2, n. 2, ago. 2006.

- KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LISBOA, T.; LUSA, G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero — Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 57, set./dez. 2010.
- MALIN, S. **A natureza ama esconder-se**. São Paulo: Horus. 2003.
- MARSCHNER, W. Muito além do rural: para falar de um espaço complexo. In: RONÇAY, S. T. Desenvolvimento e educação do campo em construção: referenciais teóricos-metodológicos. In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: ed. UFGD, 2009, p. 65–90.
- MARTINS, L. C. Questões ambientais e o papel da escola. In: MARFAN, Marilda Almeida. (Org.). **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação ambiental**. Brasília: MEC, SEF, 2002.
- MARX, K.; ENGELS, F. In: REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**. São Paulo: Paulinas, 1990.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MATA-MACHADO, M. B. N. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 305–6, 2012.
- MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2005.
- MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 26–32, 2007.
- MELO, A. T. M. **Ação coletiva entre assentados da reforma agrária: o grupo do mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, Município do Acará-PA**. Dissertação (mestrado em Agriculturas Amazônicas) — Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- MENDONÇA, M. L. **Mina subterrânea da Votorantim gera devastação ambiental**. Disponível em: <<http://alertaparacatu.blogspot.com/2009/11/mina-subterranea-da-votorantim-gera.html>>. Acesso em: 25 jun. 2011.
- MENEGAT, A. S. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: ed. UFGD, 2009, p. 207–34.
- MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Barcelona: Icaria, 1997.
- MINAS GERAIS. **Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais**. 2011.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/MINAS GERAIS. MPF/MG denuncia fraude em programa que beneficia assentamentos agrários. **JusBrasil**. Disponível em: <<http://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2769143/mpf-mg-denuncia-fraude-em-programa-que-beneficia-assentamentos-agrariose>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

- MONTE, F. C. D. **O INCRA e a política de assentamentos rurais**: um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2013/05/https___correo2.incra_.gov_4.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.
- MORAES, M. C. **Pensamento eco-sistêmico**: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, G.; CARVALHO, E. A.; ALMEIDA, M. C. **Ensaio da complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- ONÇAY, Solange Todero. Desenvolvimento e educação do campo em construção: referenciais teóricos-metodológicos. In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: ed. UFGD, 2009, p. 43–64.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005. Col. História.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PROGRAMA agrário da campanha presidencial do PT. Programa Vida Digna nos Campos. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 211–32.
- RIBEIRO, J. V.; SILVA, V. P. Caracterização das áreas de preservação permanente, da reserva legal e do saneamento básico rural do assentamento Vale Verde, Ibaiti, Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2., 6 a 9 de novembro de 2011, *campus* Piza — Unopar — Londrina/PR. **Anais...** Londrina: v. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/congresso2.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2013.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas; 1999.
- RUSCHEINSKY, A. As rimas da ecopedagogia: uma perspectiva ambientalista. In: _____. (Org.). **Educação ambiental**: abordagem múltipla. Porto Alegre: Armed, 2002.
- RUSCHEINSKY, A. Introdução. In: _____. (Org.). **Educação ambiental**: abordagem múltipla. Porto Alegre: Armed, 2002.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. Querer-poder e os desafios socioambientais do século XXI. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental**: abordagem múltipla. Porto Alegre: Armed, 2002.
- SÁ, L. M.; MOLINA, M. As políticas de educação do campo na universidade pública brasileira. **Congreso Universidad**, v. II, n. 2, 2013.
- SAITO, C. H. Política nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental**: abordagem múltipla. Porto Alegre: Armed, 2002.
- SANTOS, C. J.; SANTOS, F. L. A. Assentamentos rurais: uma realidade complexa. In: ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, 6., 2002. Salvador, 2002.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 2008.

- SARAMAGO, José. **ABC**, Madri, 6 de janeiro de 2001.
- SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005
- SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total**. São Paulo, Editora Annablume:FAPESP, 2003.
- SÉGUIN, E. **O Direito Ambiental: Nossa Casa Planetária**. Rio de Janeiro: Forense, 3ª ed., 2006.
- SILVA, J. G. **A reforma agrária no Brasil**. Rio do Janeiro: Vozes, 1971.
- SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: ed. Unicamp, 1996.
- SILVA, R. G.; CATALÃO, V. M. L. **Itinerância e pertinência: as múltiplas linguagens na produção coletiva de conhecimento**, 2002. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/887-04082010-213036.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.
- SILVA, M. S. **Mídia e meio ambiente: uma análise da cobertura ambiental em três dos maiores jornais do Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) — Universidade Federal de Rio do Janeiro.
- SILVA, D. B. **Do assentamento à universidade: a mulher camponesa no ensino superior**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2009.
- SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 5. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SOARES, D. O “sonho de rose”: política de saúde em assentamentos rurais. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2006.
- SOUZA, M. S. **Vidas vividas em Paracatu**. Paracatu: Caixa Econômica Federal, 1999.
- SOUZA, M. S.; OLIVEIRA, E. G. **Os negros de Paracatu**. Paracatu: Câmara Municipal, 2009.
- SOUZA, E. S; CATALÃO, V. M. L. As vozes das mulheres trabalhadoras rurais de Paracatu (MG): aprendendo com as mulheres do campo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL – SITRE CEFETMG: TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 5., 2014, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte: CEFETMG, 2014, v. 1, p. 76–94.
- STRONG, M. **Ecologia política**. Madrid – Barcelona: Fuhem/Icaria, n .4, sept. 1992
- TEDESCHI, Losandro Antônio. O uso da categoria na história ds mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, A. S. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: ed. UFGD, 2009, p. 141–72.
- TERRIER, L. De Paracatu à Pascua Lama: a falência do direito em proteger os seres humanos da morte pela expansão econômica incontrolável. **EcoDebate**. Cidadania & Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/06/07/de-paracatu-a-pascua-lama-a-falencia-do-direito-em-proteger-os-seres-humanos-da-morte-pela-expansao-economica-incontrolavel-artigo-de-laure-terrier/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.
- TURATTI, M. C. M. **Acampamento do MST: uma discussão crítica sobre a sociabilidade e poder**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 23., Caxambu, 1999.

VARGAS, S. H. N.; RUSCHEINSKY, A. Agroecologia e reforma agrária: integração possível e necessária. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental**: abordagem múltipla. Porto Alegre: Armed, 2002.

VELASCO, S. L. Querer-poder e os desafios socioambientais do século XXI. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental**: abordagem múltipla. Porto Alegre: Armed, 2002.

YAMIN, G. A.; FARIAS, M. F. L. Ambiguidades na vida das famílias nos espaços de reforma agrária. In: MENEGAT, A. S. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: ed. UFGD, 2009, p. 187–206.

■ FONTES ORAIS

RODRIGUES, Adelino José. Paracatu, MG, 25/06/2014. Entrevista foi manuscrita concedida a mim no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu residência da entrevista.

SILVA, Eliane Aparecida Ribeiro. Paracatu, MG, 19 de julho de 2014. Arquivo de mp3 (20 minutos). Entrevista concedida a mim na residência da entrevistada.

■ DIÁRIO DE CAMPO

Registro de todas as etapas da pesquisa — julho de 2010 a janeiro de 2015. Manuscritos em folhas de papel A4 (duas encadernações) /Arquivo eletrônico do tipo.doc (52 arquivos, total de 50 mulheres, o presidente do sindicato e o presidente da associação do assentamento — 145 p).

APÊNDICE

Questionários de pesquisa



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Pesquisa Quantitativa
Aluna: Eleusa Spagnuolo Souza
Matrícula: 11/0053494

QUESTIONÁRIO Nº 01

Qual o seu nome?
Data de nascimento
Casada ou solteira?
Possui filhos? Quantos? Eles estudam? Onde eles estudam
Qual o seu nível de escolaridade?
Sabe ler e escrever?
Qual o tempo de residência no assentamento?
Qual sua atividade no assentamento?
Sabe o que é ecologia?
Qual a renda familiar?
Gosta de viver no assentamento?
Possui assistência médica?
Está associada a algum sindicato? Qual? Possui assistência jurídica?

Assinatura



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Pesquisa Quantitativa
 Aluna: Eleusa Spagnuolo Souza
 Matrícula: 11/0053494

QUESTIONÁRIO 02

DESCRIÇÃO	SIM	NÃO
A sua cisterna é protegida?		
A água possui boa qualidade para consumo humano?		
O esgoto doméstico deságua na fossa?		
As necessidades fisiológicas são feitas dentro do banheiro apropriado?		
A higiene pessoal (escovar dente e tomar banho) é uma atividade diária?		
As atividades de colheita e arraste de madeira para produção de carvão vegetal foram eliminadas?		
O lixo é jogado em vala específica?		
A reserva ambiental do assentamento é mantida?		
A queimada dentro do seu lote foi eliminada?		
O gado bovino toma as vacinas obrigatórias?		
TOTAL DE PONTOS		

Observação: apenas as respostas negativas são pontuadas no valor de um ponto cada resposta.